

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DANIELLE TAHA COSTA

O PAPEL POLÍTICO DAS ONGS BRASILEIRAS NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

RIO DE JANEIRO
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

DANIELLE TAHA COSTA

**O PAPEL POLÍTICO DAS ONGS BRASILEIRAS NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte
dos requisitos para obtenção do título de Mestre em
Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Montaña

**RIO DE JANEIRO
2009**

DANIELLE TAHA COSTA

**O PAPEL POLÍTICO DAS ONGS BRASILEIRAS NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte
dos requisitos para obtenção do título de Mestre em
Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Montañó

Data de aprovação:

___/___/2009

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Montañó(orientador)

Prof. Dr. Mauro Luis Iasi (UFRJ)

Prof^ª. Dra. Maria Lúcia Duriguetto (UFJF)

AGRADECIMENTOS

Agradecer expressa o sentimento de gratidão a quem em diferentes momentos e de diversas maneiras contribuiu e influenciou na trajetória percorrida para a construção da dissertação. É o reconhecimento a pessoas e instituições cuja generosidade, solidariedade e afeto nos permitem resistir aos tempos da acumulação flexível, das relações de curto prazo, da meritocracia, do individualismo.

Ao Téo pelos anos de convívio (mesmo que agora seja à distância) repletos de cumplicidade no amor e no projeto de sociedade. Pessoa maravilhosa que me forneceu apoio e preciosas discussões.

A minha pequenina família, onde cada membro, cada um na sua especialidade, não mede esforços para auxiliar nas pequenas e grandes adversidades.

Ao Carlos Montaña, orientador e também amigo. Pessoa que esteve presente durante toda a minha formação acadêmica e que possibilitou o aprendizado e crescimento pessoal.

A professora Laura Tavares e ao professor José Paulo Netto, pelo significado da presença de vocês no meu processo de formação. Aos demais professores do PPGSS/UFRJ, pelos apoios, incentivos e evolução acadêmica que me possibilitaram.

Aos amigos(as) que incentivaram, torceram, ajudaram nesta e outras caminhadas: Amanda, Camila, Débora, Elaine, Fernanda, Ivy, Luana, Roberth, Yvaga São Amigos dos mais diferentes espaços de convívio, mas que cada um à sua maneira, fosse em sala de aula ou nos momentos de descontração deram sua contribuição.

Por fim, aos demais colegas do Mestrado e do Núcleo de Estudos PPETS por dividirem espaço de discussão e aprendizado. À disponibilidade dos trabalhadores do setor administrativo da Escola de Serviço Social.

“Feliz aquele que transmite o que sabe e aprende o que ensina”.
Cora Coralina

RESUMO

COSTA, Danielle Taha. **O papel políticos das ONGs brasileiras no capitalismo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

O presente estudo visa analisar o papel político das organizações não governamentais na atualidade enquanto mecanismo de estratégia para a recomposição do capital e legitimação do sistema. Neste momento em que vivemos uma crise estrutural capitalista, tal processo de recomposição vem provocando mudanças significativas nas áreas social, política, econômica e cultural, porém seus princípios fundamentais, pelo menos em sua essência, não se alteraram: a apropriação privada da produção social, a extração de mais-valia, a alienação do trabalho etc. Abordamos no trabalho os redimensionamentos sofridos pelo conceito de sociedade civil no cenário político contemporâneo privilegiando o debate conceitual desde o nascimento moderno do termo sociedade civil. Apresentamos ao longo da trajetória das ONGs no Brasil os distintos papéis configurados em diferentes conjunturas históricas e seus respectivos determinantes. Analisamos também alguns aspectos relacionados ao capitalismo contemporâneo no intuito de compreender as implicações econômicas, políticas e ideológicas do contexto no qual o objeto em estudo está situado.

Palavras-chave: Organizações não-governamentais; Capitalismo; Sociedade civil.

RESUMEN

COSTA, Danielle Taha. **O papel políticos das ONGs brasileiras no capitalismo contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

El presente estudio busca analizar el papel político de las organizaciones no gubernamentales en la actualidad en tanto estrategia utilizada para la recomposición del capital y legitimación del sistema. En este momento en que vivimos una crisis estructural capitalista, tal proceso de recomposición viene provocando cambios significativos en las áreas social, política, económica y cultural, sin embargo sus principios fundamentales, al menos en su esencia, no se alteraron: la apropiación privada de la producción social, la extracción de plusvalía, la alienación del trabajo etc. Abordamos en el trabajo los redimensionamientos sufridos por el concepto de sociedad civil en el escenario político contemporáneo privilegiando el debate conceptual desde el nacimiento moderno del término sociedad civil. Presentamos a lo largo de la trayectoria de las ONGs en Brasil los distintos papeles configurados en diferentes coyunturas históricas y sus respectivos determinantes. Analizamos también algunos aspectos relacionados al capitalismo contemporáneo con el objetivo de comprender las implicaciones económicas, políticas e ideológicas del contexto en el cual el objeto en estudio está situado.

Palabras claves: Organizaciones no gubernamentales; Capitalismo; Sociedad civil.

ABSTRACT

COSTA, Danielle Taha. **O papel políticos das ONGs brasileiras no capitalismo contemporâneo.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

The present study aims to analyze the political role of the non governmental organizations in present time while mechanism of the strategy for the capital increase and the system legitimation. At present that we live a capitalist structural crisis , such process of increase comes provoking significant changes in the economic, political, social and cultural areas, however its fundamental principles, at least in its essence, were not altered: the private appropriation of the social output, the extraction of surplus value, the alienation of the work etc. We approach in this work the reconstitution long-suffering by the concept of civil society in the contemporary political setting privileging the conceptual debate since the modern birth of the term civil society. We present through the NGOs career in Brazil the distinct roles configured in different historical situations and its respectives determinants. We also analyze some aspects related to the contemporary capitalism intending to understand the ideological, political, and economic implications of the context in which the object in study is situated.

Keywords: Non governmental organizations; Capitalism; Civil society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 OS CONCEITOS DE SOCIEDADE CIVIL	13
1.1 AS PRIMEIRAS CONCEITUAÇÕES	15
1.2 A ACEPTÃO GRAMSCIANA	20
1.2.1 <i>A origem em Marx</i>	21
1.2.2 <i>O conceito em Gramsci</i>	26
1.2.3 <i>Ruptura ou continuidade?</i>	30
1.3 A ACEPTÃO NEOLIBERAL	33
1.4 A ACEPTÃO PÓS-MODERNA	43
2 A TRAJETÓRIA SÓCIO-POLÍTICA DAS ONGS NO BRASIL	51
2.1 DITADURA MILITAR	53
2.1.1 <i>Do “milagre” à “década perdida”</i>	55
2.1.2 <i>Resistência e oposição ao regime</i>	61
2.2 A REDEMOCRATIZAÇÃO	66
2.2.1 <i>A Constituição</i>	67
2.2.2 <i>Fragmentação dos movimentos sociais</i>	69
2.2.3 <i>Assumindo identidade própria</i>	72
2.3 DÉCADA DE 90: A ERA DAS PARCERIAS	76
2.3.1- <i>A implantação do projeto neoliberal</i>	77
2.3.2 - <i>A Reforma do Estado Brasileiro</i>	83
2.3.3 - <i>Um novo trato à questão social</i>	89
3 O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	94
3.1 A CRISE ESTRUTURAL	96
3.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS EFEITOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA	106
3.3 O ESPECTRO IDEOLÓGICO	115
3.4 ONGS: AGENTES DA REESTRUTURAÇÃO	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, apresentada ao Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, representa o resultado final de um árduo período de estudos, em que sucessivas inquietações acadêmicas unem-se ao prazer intenso da realização de novas descobertas, de novas formas de pensar e de olhar o mundo. Digo inquietação, porque a idéia inicial de estudo surgiu desse sentimento, despertado a partir da realização de pesquisas sobre o mítico “Terceiro Setor” ainda quando aluna da graduação da Escola de Serviço Social. Nessa trajetória destaca-se também a inserção no Núcleo de Pesquisa PPETS¹ que propiciou o primeiro contato com a temática e por conseqüência forneceu a motivação e despertou o interesse pelas Organizações Não Governamentais.

Aos poucos, a inquietação se transformou em uma necessidade de procurar respostas às questões que surgiam de maneira recorrente. Dentre elas, as principais eram: qual o papel exercido pelas ONGs na atualidade? De que forma essas organizações se relacionam e se inserem no projeto societário vigente? Que fenômenos políticos e econômicos trazem a construção de novos parâmetros para essa relação? Buscando estas respostas desenvolvemos este estudo.

O desenvolvimento sócio-histórico do modo de produção capitalista é marcado por diferenciados estágios de desenvolvimento das forças produtivas e, assim, do grau de complexificação das relações sociais de produção por elas forjadas. Destacamos neste sentido as três últimas décadas do século XX e os primeiros anos do século XXI; que foram cingidos por intensas transformações, seja na forma de se relacionarem

¹ O Núcleo de Pesquisa “Políticas Públicas entre o Estado e o Terceiro Setor”(PPETS), pertencente à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, conforma um grupo de estudos com alunos de graduação, de pós-graduação e o pesquisador-coordenador envolvido.

capital e trabalho, seja na relação destes e seus representantes com o Estado, e deste último com a sociedade civil.

Neste contexto situam-se as novas estratégias capitalistas de dominação da vida social, dentre as quais destacamos aquela que nos instiga sobremaneira, suscitando investigação e aprofundamento teórico. Algo que requer desvendar a realidade num movimento dialético, ou seja, tendo como ponto de partida o concreto e sua reconstrução no plano intelectual para voltarmos ao concreto pensado.

Como a realidade se apresenta de maneira imediata e é composta por múltiplas determinações, uma aproximação à mesma solicita a realização de mediações que perpassam o real para que através de um movimento de sucessivas aproximações, possamos a ele retornar. Imbuídos desta perspectiva metodológica é que estamos olhando para nosso objeto de estudo. Tratamos assim, dos mecanismos de reestruturação do capital e legitimação do sistema, mais precisamente, do papel desempenhado pelas ONGs no capitalismo contemporâneo.

Seguindo a tradição marxista, sabemos que a história do capitalismo é a história da luta entre as classes que o compõem, uma vez que as contradições e antagonismos que envolvem essas classes definem os rumos econômicos, políticos, sociais e culturais desta sociedade. A hegemonia na sociedade capitalista é definida pela dinâmica desta luta, que é permeada por conflitos de ordem não apenas econômica, mas também ideológica.

O capitalismo já deu mostras de longa sobrevivência, de constantemente revolucionar os meios de produção, de encontrar novas formas de intensificar a exploração do trabalho. Contudo, não consegue resolver as insanáveis contradições inerentes ao seu modo de produção, o seu caráter parasitário e injusto, que é um obstáculo ao progresso da humanidade e, por isso, urge ser superado. Historicamente, o

capitalismo tem conseguido se refazer, se recompor, subvertendo constantemente o seu modo de produção. O dinamismo desse sistema implica na reprodução constante da relação capital/trabalho sob novas condições.

No enfrentamento da crise estrutural vivida pelo capital destacam-se: o plano da produção, pela reafirmação do capital diante das lutas de classes através da fragmentação da produção e, conseqüentemente, do trabalho, associado ao processo de centralização e concentração do capital. Isso foi viabilizado pela reestruturação da produção - que teve como balizadores a acumulação flexível e a adoção de novas formas de organização das empresas - e pelas mudanças institucionais no âmbito nacional e internacional; e o plano institucional, pela assunção do modelo de regulação neoliberal. Este modelo neoliberal centrou-se e centra-se na liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, na desregulamentação dos mercados de trabalho, no forte ataque à estrutura sindical, e na diminuição dos gastos públicos sociais.

Observamos no contexto, a diluição de categorias centrais para a compreensão da análise da conjuntura de crise e reestruturação do capital. Conceitos e categorias teóricas que são desqualificadas e passam a assumir significados diferentes e até mesmo conflitantes, como é o caso do conceito de sociedade civil. A desqualificação deste conceito inviabiliza a compreensão de um feixe de relações fundamentais na nossa época: as relações entre sociedade civil e Estado, ou seja, compromete o desvendamento do estágio atual de destruição de direitos sociais e a crítica ao processo de transferência de responsabilidades com a questão social para a esfera privada, fato que contribui para o processo de retomada crescente da acumulação e manutenção da hegemonia do capital.

As estratégias de consenso legitimam as alterações necessárias ao momento sócio-histórico de reestruturação geral capitalista. Para garantir as mudanças políticas,

sociais e econômicas é fundamental convencer e fragilizar a classe trabalhadora em torno das reformas de interesse do capital e não do trabalho. Portanto considera-se essencial refletir criticamente sobre a funcionalidade do conjunto do “Terceiro setor” e especialmente das ONGs na conjuntura do século XXI e sobre os seus alicerces ideológicos, a fim de contribuir no processo de luta e resistência da classe trabalhadora às reformas do capital.

O estudo em questão será desenvolvido em três capítulos. No primeiro capítulo, realizamos uma análise, ainda que não aprofundada, dado os limites impostos pelo próprio trabalho, dos redimensionamentos sofridos pelo conceito de sociedade civil no cenário político contemporâneo, apresentando as razões desse processo e privilegiando o debate conceitual desde o nascimento moderno do termo sociedade civil.

No capítulo seguinte buscamos analisar as alterações do papel político dessas organizações em conjunturas históricas distintas e determinadas, levando em consideração nesta análise os determinantes econômicos, sociais e políticos de cada período. Nesse sentido, a perspectiva aqui utilizada permite captar e entender as transformações históricas operadas no campo das ONGs brasileiras denotando a historicidade dos fenômenos, suas múltiplas relações e contradições.

O terceiro e último capítulo têm como objetivo compreender as implicações econômicas, políticas e ideológicas do contexto no qual o objeto em estudo está situado. Nesse sentido, para a discussão do presente objeto, parte-se da compreensão de que há uma nova configuração nas relações sociais e políticas, desenhando uma batalha no interior da sociedade civil, com o uso de estratégias político-ideológicas que visam persuadir as camadas de classe subalternas à formação de consensos em favor do fortalecimento da hegemonia do capital.

CAPÍTULO 1 - OS CONCEITOS DE SOCIEDADE CIVIL

De acordo com Acanda (2006), em uma época de mudanças, em todo lugar do mundo, os indivíduos se angustiam com transformações sociais profundas que parecem não levar em consideração seus interesses e valores como pessoas. Pessoas que por estarem presas por um lado, a estruturas sócio-políticas alienantes e, por outro, às realidades de um mercado despersonalizado e hostil, tendem a sentir falta de, a pensar sobre e a procurar um espaço social no qual possam encontrar abrigo e segurança. Diz ainda que em qualquer posição do leque político existe o medo da desintegração social e surgem apelos para a criação de novas solidariedades que ressuscitem a comunidade e faz com que a expressão sociedade civil pareça conter em si todos esses temores e esperanças.

Assistimos a uma verdadeira explosão na utilização de um termo que havia sido relegado ao esquecimento em meados do século XIX e que agora, no século XXI, retorna com extraordinária força, precisamente, porque vem acompanhado de boa dose de messianismo. Ressurgindo com a aura de ser não apenas a nova chave teórica que permitirá desvelar os mistérios do funcionamento social, mas também o “abre-te sésamo” para todos os problemas.

O termo, evidentemente, não é a questão decisiva. O importante é o que ele designa, a problemática que ele expressa. O que se espera é que as mudanças terminológicas levem a uma compreensão melhor da realidade, com as inevitáveis consequências sociais, epistemológicas e políticas. Não é o que observamos que esteja acontecendo atualmente. É evidente que o mundo de hoje é muito diferente do mundo do século XIX. Inúmeras mudanças ocorreram, na esfera estatal, no surgimento de novos grupos sociais e entre outros aspectos, e por essas mudanças é possível entender que conceitos forjados para expressar o mundo de séculos passados não conseguem

apreender toda a riqueza da concretude do mundo contemporâneo. Mas isso não significa que devemos abandonar tais conceitos e sim trabalhá-los de forma que eles passem a refletir com mais fidelidade os fenômenos atuais, enriquecendo-os com as novas determinações da realidade, mas sem abrir mão das articulações mais essenciais que preside o todo social.

O conceito de sociedade civil serve tanto para que se faça oposição ao capitalismo e para que se delineiem estratégias de convivência com o mercado, quanto para que se proponham programas democráticos populares e para que se legitimem propostas de reforma gerencial no campo das políticas públicas. Busca-se apoio na idéia tanto para projetar um Estado efetivamente democrático como para se atacar todo e qualquer Estado. É em nome da sociedade civil que muitas pessoas questionam o excessivo poder governamental ou as interferências e regulamentações feitas pelo aparelho de Estado. É em seu nome que se combate o neoliberalismo e se busca delinear uma estratégia em favor de uma outra globalização, mas é também com base nela que se faz o elogio da atual fase histórica e se minimizam os efeitos das políticas neoliberais.

Quase todos falam hoje sobre sociedade civil, porém com uma enorme diversidade de acepções, das quais duas se destacam. Por um lado, há os que consideram a sociedade civil como um “terceiro setor” situado para além do Estado e do mercado, no qual reina a solidariedade e a filantropia e por outro os que a consideram como uma arena privilegiada da luta de classes, vendo-a como um momento integrante do Estado entendido em sua concepção ampla.

Sabemos que a sociedade civil, como forma organizativa da vida sob os marcos do capitalismo, é um espaço de lutas sociais e de lutas de classes. Na sociedade civil se organizam vontades e consciências e se travam embates entre frações diversas do capital (intraclasses), nas quais um grupo procura convencer e capturar a sensibilidade das

maiorias para formas específicas de direção e domínio capitalista. Mas também se travam batalhas cotidianas entre as classes sociais, através de organizações contra-hegemônicas. De um lado, grandes empresas apoiam e financiam organizações diversas (voltadas para temas os mais variados, dentre eles a “responsabilidade social” e o agenciamento empresarial de “voluntariados”, através de fundações e associações aparentemente voltadas para “auxiliar” a população); de outro, movimentos sociais, sindicatos e entidades populares se organizam – com escassos recursos – para frear a voracidade do grande capital, resistindo a seu avanço e procurando seguir em direção a uma vida humana emancipada. Diante disto torna-se imperativo retomamos a origem do conceito moderno de sociedade civil a partir da contribuição de diferentes autores e para lançar luz sobre esta discussão abordamos as suas variadas acepções em uso na atualidade.

1.1 AS PRIMEIRAS CONCEITUAÇÕES

Ao termo sociedade civil são conferidos variados conteúdos e intenções, mas, além disso, são conferidos conteúdos e intenções antagônicas. O que faz com que esses diferentes significados atribuídos ao termo dificultem qualquer discussão, antes de qualquer coisa porque o conceito traz imagens distintas de acordo com seus diferentes interlocutores.

A dificuldade segue quando buscamos apreender com maior precisão o conteúdo do termo. O conceito de sociedade civil aparece no debate atual de forma tão freqüente quanto variado e impreciso, compartilhando com outros conceitos (democracia, identidade, solidariedade) o fato de terem sido aplicados a uma enorme diversidade de contextos, com uma variedade ainda maior de significados e conotações ideológicas.

Por isso, retomamos o aspecto histórico do conceito buscando observar de forma mais cuidadosa as transformações da noção de sociedade civil.

Os autores do início da modernidade têm como pressuposto teórico a idéia de um Estado de natureza originário, a partir do qual os homens, pelas mais diversas razões (medo, maior racionalização e organização, corrupção moral, etc) vêem a formação de um pacto e a conseqüente instituição de uma sociedade civil como única alternativa aos dilemas do estado de natureza (BOBBIO, 2000; LAVALLE, 1999).

A Sociedade Civil teve sua primeira importante conceituação teórica com os contratualistas². Ainda que possam ser encontradas diferenças e até mesmos oposições entre autores como Hobbes, Locke, Kant e Rousseau, todos eles, ao procurar explicar o surgimento da sociedade atual, partem da mesma dicotomia: estado de natureza x estado de sociedade. No primeiro, o homem se encontraria numa situação primitiva, regido unicamente por leis naturais, sem governo e sem outras normas, exceto aquelas ditadas pela satisfação das necessidades imediatas. No entanto, o aparecimento de inúmeros conflitos pondo em risco a paz, a segurança, a liberdade e a propriedade dos indivíduos que viviam nesse estado, teria tornado imperioso o estabelecimento de um pacto pelo qual, alienando cada um a sua liberdade irrestrita, criava-se um conjunto de instrumentos capazes de impedir a guerra generalizada e garantir de forma mais adequada os interesses de cada um. Surgia, assim, o Estado, com seu aparato jurídico, político e administrativo, oriundo do consenso dos indivíduos e com a finalidade bem definida de assegurar o livre exercício dos direitos naturais desses mesmos indivíduos.

²Segundo Ribeiro, “*contratualista*, quer dizer, um daqueles filósofos que, entre os séculos XVI e o XVIII (basicamente), afirmaram que a origem do Estado e/ou da sociedade está no *contrato*: os homens viveriam, naturalmente, sem poder e sem organização – que somente surgiriam depois de um pacto firmado por eles, estabelecendo as regras de convívio social e de subordinação política” (RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, “O Federalista”. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991, p. 53. grifos do autor).

Essa concepção contratualista – que não é unívoca, pois traz em uma mesma estrutura conceitual teorias muito diversas entre si (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992: 272) –, em sentido amplo, entende que novos contornos sociais resultaram do contrato firmado entre os homens, uma vez que ele deu origem ao Estado, um novo e significativo elemento protagonista na demarcação da dinâmica societária. Desta forma, “sociedade civil” torna-se sinônimo da evolução política do homem, da conquista da “civilização” alcançada graças ao abandono do “estado de natureza” e a conseqüente constituição da sociedade política mediante um acordo “para racionalizar a força e alicerçar o poder no consenso” (Idem).

Assim compreendidas, as relações sociais passaram a ser vistas como reguladas não mais pelos impulsos individuais dos sujeitos em defesa de seus interesses, numa “luta de todos contra todos”, uma generalizada guerra social, mas por complexos mecanismos políticos criados pela humanidade “por consentimento na comunidade” (LOCKE, 1991: 225). Desta feita, a sociedade política ou Estado é concebido como um conjunto de instrumentos de regulação social que promove a passagem do estado de natureza a um novo padrão de funcionamento das relações sociais, no qual são garantidas a paz, a liberdade, a segurança e a propriedade, tidas pelos pensadores modernos como fundamentais à convivência civilizada.

Exceção deve ser feita, porém, às formulações de Rousseau. Como se sabe, mesmo sendo identificado como contratualista, ele exalta o “bom selvagem”, e compreende que “A essência, a *natureza* do homem é essencialmente boa” (FORTES, 1989: 32 – grifo do autor) e, ao mesmo tempo, ataca a “civilização”, que tem para ele uma conotação negativa porque promove a “degenerescência dessa natureza originária” (idem). E para se diferenciar ainda mais dos outros contratualistas, nomeadamente de Hobbes e Locke (para quem “sociedade civil” e sociedade política ou civilizada são a

mesma coisa, isto é, superação do estado de natureza), Rousseau faz uma distinção entre “sociedade civil” (ou civilizada), que degenerou a natureza humana, e sociedade política, que deverá surgir do contrato social e superará a degenerescência a que o homem foi submetido com a corruptora civilização (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1992: 1207-1208).

Com Hegel, o conceito de sociedade civil deixa de identificar-se com o Estado, representando apenas um momento em sua formação. Na sua obra "Filosofia do Direito", Hegel inova ao conceituar a sociedade civil como sinônimo de sociedade pré-política, já delineando certa inversão do conceito anterior, empregado pelos contratualistas. Diferenciando-se, portanto destes, uma vez que entende que a “sociedade civil” é anterior ao Estado, enquanto que aqueles a concebem como manifestação do desenvolvimento político estatal.

Em seu sistema, a sociedade civil aparece como momento intermediário entre a família e o Estado e representa o momento em que a família, em função das necessidades que surgem, se dissolve nas classes sociais. Dessa forma, a Sociedade civil, desprovida de organicidade, característica inerente ao Estado, é chamada por Hegel de "Estado externo". Segundo Wefford (2002:105-106) a Sociedade Civil em Hegel trata-se da esfera dos interesses privados, econômico-corporativos e antagônicos entre si, em contraposição ao Estado político que seria a esfera dos interesses públicos e universais, na qual as contradições já se encontram mediatizadas e superadas.

Conforme bem anotado por Semeraro (1999a :116), pode-se dizer que “a maior transformação que Hegel observa (...) no mundo moderno se realiza entre o Estado – que tende a ocupar espaços políticos cada vez mais universais – e a sociedade – que se dedica, livre e autonomamente, às suas tarefas ‘civis’ e econômicas”. De fato, “A Revolução Industrial opera a passagem da economia para o âmbito da ‘sociedade civil’,

relegando à família a mero espaço ‘sentimental’, (...) limitada ao matrimônio, à propriedade e à educação dos filhos”.

Há, portanto, uma clara distinção entre sociedade civil e Estado, ou sociedade política, no pensamento de Hegel: a primeira é vista de forma negativa e caracteriza-se pela ação humana marcada pelos interesses individuais e egoístas, que são objetadas pelo Estado, que conserva-supera a sociedade pré-estatal e imprime-lhe uma nova dinâmica de desenvolvimento, marcada pela universalidade real alcançada pelo “Estado, saído da Revolução Francesa, que é, para Hegel, ‘a realidade da liberdade concreta’, um evento histórico em ato (...) que o conceito de direito (...) se torna real (...) De agora em diante, fundamento da política é o direito que nasce da liberdade e se concretiza no Estado” (SEMERARO, 1999a :115)

Para Hegel, equivocam-se os contratualistas ao verem no Estado o resultado do consenso dos indivíduos. Pelo contrário, o Estado é um momento superior dessa racionalidade, que se impõe mesmo contra a vontade dos indivíduos, porque só ele pode fazer aceder a massa informe e anárquica da sociedade civil a um nível superior de existência que é a sociedade política. A distinção que Hegel faz, então, não é entre estado de natureza e estado de sociedade, mas entre sociedade civil e sociedade política.

Segundo Bobbio (1982:28) “A inovação de Hegel com relação à tradição jusnaturalista é radical: na última redação do seu elaboradíssimo sistema de filosofia política e social, tal como aparece na *Filosofia do Direito* de 1821, ele se decide a chamar de sociedade civil – ou seja, com uma expressão que, até seus imediatos predecessores, servia para indicar a sociedade política – a sociedade pré-política, isto é, a fase da sociedade humana que era até então chamada de sociedade natural”

Para Hegel, a sociedade civil é o momento que sucede à família como lugar de satisfação das necessidades. Da dissolução da unidade familiar surgem classes sociais e

uma multiplicidade de oposições entre diferentes grupos, todos eles tendo por base interesses econômicos. Na medida em que cada um desses grupos tem por objetivo principal a defesa de seus interesses, a tendência é estabelecer-se uma anarquia generalizada que põe em perigo a própria sobrevivência da sociedade. A necessidade de Estado como princípio superior de ordenamento racional põe-se exatamente porque a sociedade civil, por si mesma, não tem condições de superar esse estado de anarquia. O Estado representa, pois, um momento superior da existência social, uma vez que nele o interesse geral prevalece sobre os interesses particulares.

1.2 A ACEPÇÃO GRAMSCIANA

Gramsci pode ser considerado, sem dúvida, um “marxista”, na mais plena acepção do termo: seja pelo envolvimento direto com a militância em favor de uma revolução socialista, seja pela posição assumida de continuador do marxismo, onde dialoga com Marx, aceitando e problematizando seus pressupostos e, partindo deles, levando a teoria para horizontes novos. Tendo exercitado sua militância política e desenvolvido suas concepções teóricas no princípio do século XX, Gramsci seguiu a trilha deixada por Marx no âmbito da teoria social, agregando novos elementos presentes na leitura de tempo. Dedicou-se, sobretudo, à tarefa de conhecer os complexos movimentos de reprodução do modo de vida capitalista com vistas à sua superação. Foi assim que desenvolveu interessantes conceitos, entre os quais o de “sociedade civil”, um dos mais centrais em suas formulações.

Nos dias atuais, o conceito gramsciano de sociedade civil passa por uma ressignificação profunda. Sua utilização sucede para justificar o suposto desaparecimento dos conflitos e das classes. O momento sócio-histórico presente está

saturado de conceitos que são refuncionalizados de acordo com os interesses dominantes, sem a devida crítica e análise das múltiplas determinações, sendo massificados a partir de uma apropriação pelo capital que deturpa as categorias teóricas na sua essência a favor dos seus interesses.

Para Netto (2004: 61-62) “nos últimos vinte anos, também no Brasil, observa-se um nítido processo de diluição da carga semântica das categorias teóricas empregadas na análise social (...) um quadro de frouxidão categórica e conceptual e confusionismo” que nos parece funcional ao capital. Diante deste cenário torna-se fundamental o resgate do real significado deste conceito partindo de Marx para chegar a Gramsci.

1.2.1 A origem em Marx

De acordo com Netto (2004) a diluição teórica da categoria sociedade civil compromete a análise social e inviabiliza a compreensão de um feixe de relações nucleares na nossa época: as relações entre sociedade civil e Estado, ou seja, compromete o entendimento e a análise da conjuntura de crise e reestruturação do capital, o desvendamento do estágio atual de destruição de direitos sociais e a crítica ao processo de transferência de responsabilidades com a questão social para a esfera privada, fato que contribui para o processo de retomada crescente da acumulação e manutenção da hegemonia do capital. Pode-se inferir que obscurece as relações e os conflitos de classe na contemporaneidade, dificultando a articulação dos trabalhadores na luta por uma sociabilidade para além do capital.

Na busca pelas origens históricas da categoria, retoma-se as reflexões de Karl Marx sobre sociedade civil. Para Marx (1978:129), a sociedade civil constitui-se “na totalidade das relações materiais de vida”:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (MARX, 1978: 129-130).

Nessa passagem, Marx sinaliza a complexa relação entre Estado e sociedade civil: “a sociedade civil é a estrutura sobre a qual se articula uma superestrutura de que é parte o Estado” (NETTO, 2004: 66), ou seja, o Estado é uma expressão/derivação da sociedade civil. É indispensável o conhecimento rigoroso desta sociedade, visto que as lutas que têm por cenário a sociedade civil/burguesa rebatem diretamente no Estado. Tal relação Estado X Sociedade Civil compõe uma totalidade complexa, porque, segundo Netto (2004: 67), “as contradições existentes na sociedade civil, em que operam interesses antagônicos, tensionam mediatamente a totalidade em causa e ativam formas de ação social” quando aqueles interesses são tomados como objeto passível de intervenção.

Segundo Bottomore (1993), Marx vale-se do conceito de sociedade civil em sua crítica a Hegel e ao idealismo alemão em textos como *A questão judaica*, a “Crítica da filosofia do direito de Hegel: introdução” e os *Manuscritos econômicos e filosóficos*, nos quais a discussão se faz na linguagem hegeliana daquele período de sua obra. A categoria praticamente desaparece nas obras posteriores de Marx embora se possa argumentar que algumas das implicações de sua anterior discussão permanecem importantes para a visão que Marx tinha da política.

Para Marx, a Sociedade Civil possui duas características básicas e complementares: significa (1) “o conjunto das relações materiais dos indivíduos no

interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas”, e (2) “encerra o conjunto da vida comercial e industrial existente numa fase e ultrapassa por isso mesmo o Estado e a nação, se bem que deva afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado” (MARX; ENGELS, 1997: 94).

E se o Estado é a forma sob a qual a sociedade civil se organiza interiormente e a Nação é forma sob a qual a Sociedade Civil se apresenta exteriormente diante das outras sociedades, deste modo o Estado é também “a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda Sociedade Civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem dele uma forma política” (MARX; ENGELS, 1997: 96).

O conceito de sociedade civil em Marx inscreve-se na crítica de Hegel com o objetivo de elaborar os fundamentos da sua própria concepção de realidade social. No Prefácio à Contribuição à crítica da economia política, de 1857, Marx expressa ao mesmo tempo a concordância e a crítica fundamental ao idealismo ao afirmar que, como para Hegel e os ingleses e franceses do século XVIII, as condições materiais de existência recebem o nome de sociedade civil, mas que ao contrario dos idealistas, essas condições são o solo matrizador do todo social.

Segundo Marx “A sociedade civil compreende todo o intercâmbio material dos indivíduos numa determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Compreende toda a vida comercial e industrial de uma etapa, e nesta medida transcende o Estado e a nação”, e como tal “esta sociedade civil é o verdadeiro lar e teatro da História” (MARX; ENGELS, 1997:99). É sobre essa “sociedade civil” que se projeta o Estado, que:

“Adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil; [mesmo se sabendo que] ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa como internamente, para garantia mútua da sua propriedade e de seus interesses [...] [uma] forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época”. (MARX; ENGELS, 1997: 101).

Segundo essa acepção, a “sociedade civil” identifica-se com a “sociedade burguesa”, que historicamente combateu o Estado Absolutista e Mercantilista, pois limitava seu desenvolvimento e obstaculizava sua liberdade econômica. Conseguida a sua emancipação, a “sociedade civil burguesa” apropria-se do Estado e o utiliza como instrumento de defesa de seus interesses privados como classe, e não-públicos, tornando-o “um comitê para gerenciar os assuntos comuns a toda a burguesia” (MARX; ENGELS, 1997:12).

O conceito de “sociedade civil”, portanto, é empregado por Marx como forma de descrever parte dos acontecimentos que levaram à passagem do modo de produção feudal ao capitalista, em que há o monopólio da política pela “sociedade civil burguesa”. Sua preocupação filosófico-científica e política era a de desvelar os fundamentos da solidariedade social que caracterizavam as relações sociais capitalistas de seu tempo, que para ele se encontram não na natureza humana e nem em um elemento místico qualquer, mas na estrutura social em sua dinâmica concreta de funcionamento.

De fato, o termo sociedade civil surgiu no séc. XVIII, quando as relações de propriedade já tinham se desembaraçado da comunidade antiga e medieval. “A sociedade civil como tal só se desenvolve com a burguesia; a organização social que se desenvolve a partir diretamente da produção e do intercâmbio, e que em todos os tempos forma a base do Estado e da restante superestrutura idealista, continuou sempre designada com o mesmo nome.” (MARX; ENGELS 1997: 99).

A sociedade civil de Marx é a arena onde se enfrentam duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado, clarificando a noção de uma sociedade de classes. Essa esfera se constitui simultaneamente como fonte e resultado do domínio da burguesia e a contradição social e a luta entre essas classes é inerente à ordem capitalista. Assim, a sociedade coincide com o momento estrutural, contraposta à superestrutura onde estão as ideologias e instituições. A crítica marxiana aponta que as características centrais do capitalismo, como a subjugação do trabalho ao capital e a mais-valia, traduzem-se em uma relação social e é produto de uma luta de classes. As relações de produção são assim apresentadas em seu aspecto político-econômico, com sua contestação enquanto relação de dominação. Nessa linha de raciocínio,

... O Estado deixa então de lhe parecer apenas como a encarnação formal e alienada do suposto interesse universal, passando a ser visto como um organismo que exerce uma função precisa: garantindo a propriedade privada, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade de classes (ou seja, conserva a sociedade civil) e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim, é um Estado de classe: não é a encarnação da razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses comuns de uma classe particular (COUTINHO, 1996: 19).

Marx toma como objeto de suas análises a sociedade civil na sua forma moderna, ou seja, como sociedade burguesa. Fundada na propriedade privada regida pelo capital, ela é atravessada por conflitos radicais entre capital e trabalho, pela concorrência, pelos interesses privados, pelo individualismo. O surgimento e a natureza do Estado decorrem dessa mesma natureza da sociedade civil. Dilacerada pela contradição entre interesses gerais e particulares e não podendo resolvê-los ela mesma, dá origem a uma esfera, com uma especificidade própria, mas cuja função fundamental seria a de solucionar essa contradição. Sua origem, porém, traça-lhe precisamente os limites. A ironia está em que os propósitos mais universais da sociedade moderna

encontram-se a serviço de seres humanos sujeitos à condição degradada dos desejos individuais e da necessidade econômica.

1.2.2 O conceito em Gramsci

A expressão “sociedade civil” aparece constantemente nos escritos carcerários de Gramsci. Ainda que utilizado de formas diversas, podemos compreender o sentido que o autor quis imprimir. O entendimento adequado dessa categoria relaciona-se a dois elementos básicos no pensamento do autor: a concepção ampliada de Estado; e conceito de hegemonia. Começemos pelo primeiro.

O Estado, longe de ser a materialização concreta dos interesses gerais da sociedade, existe para administrar os negócios da classe dominante; no caso da sociedade capitalista, os interesses burgueses. Sua função na sociedade capitalista é a garantia da reprodução da sociedade sob duas classes antagônicas – burguesia e proletariado. Para isso, o Estado burguês precisa, além de mascarar o seu real papel, regular a luta de classes e conseqüentemente assegurar o equilíbrio da ordem social.

Gramsci, vivendo num contexto histórico diferente ao vivido por Marx, amplia essa visão. O pensador italiano por pertencer a uma outra época política³, pôde visualizar novos fenômenos como a conquista do sufrágio universal e o grande desenvolvimento dos partidos políticos de massa, bem como dos sindicatos e associações de classe. Essa intensa “socialização da política” demonstra, no sentir de

³Gramsci viveu, nas primeiras décadas do século passado em uma Itália de intensos conflitos sociais. No cenário pós - Primeira Guerra o desgaste social e econômico mobilizou diferentes grupos políticos. No campo, os grupos camponeses sulistas exigiam a realização de uma reforma agrária. A mobilização dos grupos trabalhadores trouxe à tona o temor dos setores médios, da burguesia e conservadores em geral. A possibilidade revolucionária refletiu-se na ascensão dos partidos socialista e comunista. De um lado, os socialistas eram favoráveis a um processo reformador que traria a mudança por vias estritamente partidárias. Do outro, os integrantes das facções comunistas entendiam que reformas profundas deviam ser estimuladas. Os setores conservadores e da alta burguesia pleitearam apoio ao Partido Nacional Fascista. Após a inserção nas esferas do poder político os fascistas tiveram a oportunidade de impor seu projeto político autoritário. Em 1924 os fascistas já eram maioria no parlamento. O Estado fascista, contando com tantos poderes, aniquilou grande parte das vias de oposição política. Entre os anos de 1927 e 1934, milhares de civis foram mortos, presos ou deportados.

Gramsci, que a luta política não ocorre somente entre o aparelho do Estado e movimentos revolucionários das classes subalternas: surge uma esfera pública “ampliada” formada por amplas organizações de massa.

Auxiliando na exposição do conceito em Gramsci, Coutinho (2006:41) extrai algumas conclusões da concepção gramsciana de sociedade civil, sendo elas: 1) a sociedade civil é para Gramsci um momento do Estado ampliado, um espaço no qual têm lugar relações de poder, ainda que se trate de um espaço dotado de autonomia relativa em face da sociedade política (Estado em sentido estrito); 2) portanto, não se apresenta em Gramsci uma posição dualista, que contraponha de modo maniqueísta a sociedade civil ao Estado: a sociedade civil nunca é homogênea, mas se apresenta como uma das principais arenas da luta de classes e, portanto, como palco de contradições; 3) a sociedade civil é um momento da superestrutura político-ideológica, condicionada “em última instância” pela base material da sociedade (que é o local onde tem lugar a gênese das classes). Portanto, a sociedade civil não é de modo algum um “terceiro setor” situado “para além do Estado e do mercado”.

Gramsci parte do conceito de sociedade civil para demonstrar que a classe dominante não mantém o poder apenas mediante a coerção, mas, também, por intermédio do consentimento (hegemonia). Os intelectuais assumiriam nesse processo um papel fundamental, isto é, difundir e conservar a concepção do mundo que atende aos interesses das classes proprietárias. Na compreensão de Gramsci,

“A partir desta concepção da função dos intelectuais, segundo penso, esclarece-se a razão ou uma das razões da queda das Comunas medievais, isto é, do governo de uma classe econômica que não soube criar a sua própria categoria de intelectuais e portanto exercer uma hegemonia além de uma ditadura; [...] As comunas foram, portanto, um estado sindicalista que não conseguiu superar esta fase tornando-se Estado integral como em vão indicava Maquiavel, que através da organização do exército queria organizar a Hegemonia das cidades sobre o campo...” (GRAMSCI, 1987:224).

Em seu conceito de Estado, Gramsci identifica no campo da superestrutura a presença de duas esferas: a chamada sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política corresponde ao Estado em sentido estrito, ou seja, o exercício de dominação da classe burguesa a partir do aparato estatal de coerção, ou, como colocado por Gramsci, pelos aparelhos coercitivos do Estado. No que tange à sociedade civil, Gramsci a desloca para a esfera da superestrutura devido a sua visualização de que o processo de desenvolvimento do capitalismo implica na complexificação das relações sociais, gerando novos espaços de disputas de poder e difusão de ideologias que, embora não estejam diretamente vinculados ao Estado restrito, guarda relações com este. Esses espaços são formados pelos chamados “aparelhos privados de hegemonia”.

Em Gramsci, sociedade civil é a esfera da vida social na qual os diferentes grupos e classes sociais se organizam para disputar hegemonia, ou seja, para interferir diretamente na correlação de forças que determina o conteúdo do poder numa formação social concreta. Segundo Semeraro (1999b), embora as origens do conceito de sociedade civil estejam relacionadas com a tradição política burguesa e liberal, Gramsci elabora um novo significado que o diferencia da tradição contratualista e o conduz além dos horizontes desenhados por Marx. Âmbito particular da subjetividade e de suas múltiplas expressões, a sociedade civil não é apenas o território exclusivo da burguesia, reservado para as suas iniciativas econômicas e a estruturação de sua hegemonia no mundo moderno. Gramsci percebe que esse espaço pode, também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam as suas associações, articulam as suas alianças, confrontam os seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico.

Gramsci afirmava que as modernas formações econômico-sociais ocidentais são resultantes do dinâmico entrelaçamento de duas esferas societárias, a sociedade civil e a sociedade política. Pela nova acepção que conferiu ao termo “sociedade civil”, esta era para ele o conjunto de aparelhos que buscam dar direção intelectual e moral à sociedade, o que determina a hegemonia cultural e política de uma das classes sobre o conjunto da sociedade; e a sociedade política uma extensão da sedimentação ideológica promovida pela sociedade civil, que se expressa por meio dos aparelhos e atividades coercitivas do Estado, visando adequar as massas à ideologia e à economia dominantes.

Em verdade, para se reproduzir como sistema de vida hegemônico, o capitalismo procura conformar um “bloco histórico”⁴ que garanta a hegemonia da classe dominante economicamente e dirigente sob o ponto de vista ético-político. E faz isso utilizando tanto dos recursos e dos aparelhos de “convencimento” da sociedade civil quanto dos de coerção da sociedade política, isto é, do Estado, segundo a noção ampliada que Gramsci tem dele, numa operação mediada por diferentes atores sociais comprometidos com a conservação da realidade. Segundo suas palavras, temos que o:

“Estado, que comumente é entendido como Sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo para amoldar a massa popular ao tipo de produção e à economia de dado momento) [deve ser visto] como um equilíbrio da Sociedade política com a Sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre a sociedade nacional inteira exercida através das chamadas organizações privadas, como a Igreja, os sindicatos, as escolas, etc”. (GRAMSCI, 1987: 224).

Da forma ampla como é entendido por Gramsci, o Estado torna-se apto a colocar em funcionamento uma série de iniciativas – institucionalizadas ou não – capazes de

⁴Para Gramsci, Bloco Histórico é a articulação interna de uma situação histórica precisa. O Bloco Histórico é dividido em estrutura (conjunto das relações materiais) e superestrutura (conjunto das relações ideológico-culturais), que por sua vez mantém uma relação orgânica e dialética representada pelos intelectuais. Gramsci rejeita toda visão determinista e mecanicista desta relação.

reproduzir as relações sociais capitalistas, tornando as classes subalternas um conjunto de indivíduos identificados economicamente e também pela submissão que vivenciam.

1.2.3 Ruptura ou continuidade?

Em o Manifesto Comunista de 1848 o Estado é definido como “o comitê executivo da burguesia”, como o objetivo de gerir os negócios comuns dessa classe e impor seus interesses às demais classes, uma imposição que tem na violência e na opressão os seus principais recursos. O Estado é caracterizado como um aparelho que representa apenas os interesses da classe dominante e que faz valer tais interesses através da coerção e das estratégias de fetiche e consumo.

De acordo com Coutinho (2005) embora essa definição “restrita” possa parecer distante da realidade de boa parte dos Estados capitalistas existentes, ela correspondia essencialmente à natureza dos Estados com os quais Marx e Engels se defrontaram quando escreveram o Manifesto. Nesse momento o Estado capitalista se manifestava efetivamente como uma arma nas mãos da burguesia. Desde então surgiram inúmeros fenômenos novos no mundo capitalista, tanto na esfera econômica quanto na política, que terminaram por modificar a própria natureza do Estado capitalista. Sem deixar de ser capitalista esse Estado assumiu novas características, na medida em que se viu obrigado, pela pressão das lutas dos trabalhadores, a incorporar novos direitos de cidadania política e social. Desenvolveu-se no último terço do século XIX e acentuou-se ainda mais no século XX o que tem sido chamado de “socialização da política”. Ou seja: cada vez mais pessoas passaram a fazer política, não só através do voto, mas também pelo ingresso de amplas camadas da população em múltiplas organizações que iam se constituindo. Com isso, desaparece progressivamente aquele estado “restrito”, que exercia seu poder sobre uma sociedade atomizada e despolitizada. Em face do

Estado surge uma sociedade que se associa, que faz política, que multiplica os pólos de representação e organização dos interesses, freqüentemente contrários àqueles representadas no e pelo Estado. Configura-se assim uma ampliação efetiva da cidadania política. Foi precisamente esse novo espaço público que Gramsci chamou de “sociedade civil”.

Gramsci (2000:244) assinala “que na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado=sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)”. Neste ponto, precisamos fazer uma observação importante: a distinção conceitual (sociedade civil) operada por ele com relação a Marx e Engels. Estes utilizam a expressão sociedade civil para indicar “o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas” (MARX; ENGELS 1997:33); Gramsci, por sua vez, para mostrar o conjunto de organizações privadas responsáveis pelas operações de hegemonia. Ressalte-se, contudo, que a referida distinção não significa ruptura.

Marx e Engels demonstraram a relação (dialética) entre infra-estrutura (forças produtivas = sociedade civil) e superestrutura (Estado), sendo que a primeira funda a segunda. Gramsci, ao contrário do que se apregoa, não rompe com esse princípio básico e “se situa firmemente no terreno marxista: não faz do Estado o ‘sujeito da história’ e, menos ainda, o sujeito do modo de produção capitalista” (LIGUORI, 2003:175). Gramsci, embora opere uma distinção conceitual relativamente à concepção de sociedade civil em Marx e Engels, não perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura. Essa interpretação, não obstante, é negada por muitos autores. Bobbio, na interpretação de Coutinho (1999:122), é um deles:

“... em Marx a sociedade civil (a base econômica) era o fator ontologicamente primário na explicação da história, Bobbio parece supor que a alteração efetuada por Gramsci [referência com relação ao emprego do termo] o leve a retirar da infra-estrutura essa centralidade ontológico-genética, explicativa, para atribuí-la a um elemento da superestrutura, precisamente à sociedade civil. (...) Gramsci seria assim um idealista em teoria social, na medida em que passaria a colocar na superestrutura política, e não na base econômica, o elemento determinante do processo histórico.”

Com a complexidade das sociedades de classes, em relação à sociedade capitalista (expansão e da classe operária, surgimento de partidos e sindicatos, socialização da política etc.), a esfera ideológica ganha não só importância com relação à conquista e à manutenção do poder, mas também certa autonomia material, exercida, principalmente, pelos aparelhos privados de hegemonia. É aí que reside a importância da sociedade civil, compreendida, agora, como palco onde entram em confronto diversas concepções do mundo.

O fato de Gramsci situar a sociedade civil no momento da superestrutura não significa retirar da infra-estrutura a centralidade explicativa, ontológica. Trata-se, portanto, de ver essa divisão como uma classificação didática, e não de caráter orgânico. O conceito de sociedade civil é o principal meio pelo qual Gramsci enriquece a teoria marxista do Estado. Assim,

“E se é verdade, como vimos que esse enriquecimento motiva uma concretização dialética na questão do modo pelo qual a base econômica determina as superestruturas (ou seja, essa determinação é mais complexa e mediatizada onde a sociedade civil é mais forte), isso não anula de modo algum, como vimos também, a aceitação gramsciana do princípio básico do materialismo histórico: o de que a produção e reprodução das relações sociais globais é o fator ontologicamente primário na explicação da história” (COUTINHO, 2003:122-123).

Devemos sublinhar a singularidade da obra de Gramsci uma vez que podemos caracterizá-lo como um autor que se coloca em uma posição de renovação e conservação em relação à Marx. Isso é fundamental, já que :

"(...) a teoria social de Marx não é constituída por dogmas e sim por propostas que precisam ser compreendidas a partir de diferentes momentos do movimento histórico. Isso porque o marxismo é pensamento e ação; ou seja, a história é um processo dialético de conservação/renovação. Repetir mecanicamente Marx, Engels ou Lênin como uma cartilha é ser, antes de tudo, antimarxista. A reflexão gramsciana explora, portanto, novos campos de pesquisa, que avançam além do terreno da análise marxiana mas, ao mesmo tempo, nesse processo conservação/renovação, entende que os pressupostos teóricos do marxismo devem continuar a ser o fio condutor de uma proposta de caráter revolucionário" (SIMIONATTO, 1995:36).

Diante do exposto concluímos que tanto a visão de Gramsci, quanto a de Marx sugerem uma interpretação revolucionária, com a destruição das formas associativas adequadas para a reprodução da hegemonia burguesa e a sua substituição por novas instituições que formarão a estrutura principal de uma nova sociedade.

1.3 A ACEPÇÃO NEOLIBERAL

A sociedade civil expressa as complexidades e contradições da sociedade capitalista contemporânea, como vimos. O que ocorre no presente momento é uma deturpação da categoria, desconsiderando, principalmente, aspectos econômicos e políticos no contexto da sociedade capitalista, isentando-a do conflito e da contradição a ela inerentes; como se constituísse um espaço homogêneo de interesses, o que permite atender à necessidade contemporânea do capital de redução do Estado no tratamento da questão social.

A centralidade conferida à chamada sociedade civil, na contemporaneidade está relacionada à conjunção de três aspectos que destacamos: o primeiro deles, as determinações e exigências do atual processo de acumulação capitalista que expressa o movimento de reestruturação do capital; o segundo, (articulado ao primeiro), as

mudanças na relação entre Estado-Sociedade, que configuram a emergência de uma multiplicidade de formas organizativas da sociedade, sociedade esta que se complexifica e que se vincula a processos sociais cujas referências centrais são o estímulo à participação, à adesão e à necessidade de colaboração das classes sociais presentes em determinadas conjunturas, especialmente, conjunturas onde se apresenta uma crise de hegemonia – e por último, não menos importante, a necessidade de adequar as estruturas burocráticas do Estado às exigências do atual estágio de desenvolvimento capitalista, conformando um amplo movimento de Reforma do Estado.

Para os neoliberais a sociedade civil é uma esfera anti-estatal, domínio do chamado terceiro setor, da constituição do capital social, de uma concepção mínima de bem-estar fruto da construção de uma rede de solidariedade. Os movimento sociais são reduzidos as ONGs. Esta leitura se harmoniza de maneira exemplar com os documentos oficiais sobre política social emitidos pelo Banco Mundial, pela Organização Mundial do Comércio e pelo FMI, bastiões do neoliberalismo globalizado.

A simples alusão a expressões como “organizações não governamentais” ou ainda “sociedade civil organizada” e tantas outras utilizadas, não são capazes de revelar a real natureza do conceito de sociedade civil: um conceito polissêmico, ambivalente, cambiante conforme contextos históricos, políticos e econômicos diferenciados. Não por acaso, essa imprecisão conceitual têm gerado os mais diversos tipos de abordagem, propiciando os mais variados usos e abusos do conceito de sociedade civil (GÓMEZ, 2005).

Estamos assistindo a novas condições históricas, sociais, políticas e econômicas que complexificam o conceito de sociedade civil levando o pensamento neoliberal a recuperá-lo, imprimindo uma outra direção que evidencia a dimensão integradora,

ampliada e despolitizada da sociedade civil, em contraposição às referências classistas e dialéticas que marcam a sociedade capitalista e que devem ser abandonadas para que os neoliberais realizem seu programa.

A terminologia utilizada para caracterizar a sociedade civil é um conceito que está desarticulado das contradições (estas não mudam com o passar dos séculos) essenciais da realidade na qual vivemos. Mais recentemente, o sinal e o signo do termo foram invertidos. O que fora um conceito crítico, tornou-se guia laudatório no vocabulário do liberalismo contemporâneo; o que antes indicava a exploração, interesses materiais concretos, antagonismo e ilusão, torna-se agora um princípio positivo que designa uma suposta esfera de autenticidade e de liberdade, de manifestação e exercício de uma diversidade irreduzível, de diferenças insuperáveis: a sociedade civil como instância positiva de realização plena e “democrática” de tais diferenças e, no limite, identificada com a própria democracia (ANDERSON, 1997: 32).

É a partir dos fundamentos do projeto neoliberal que se intensifica, nos planos teórico e prático-político, uma conformação de sociedade civil com legalidade e institucionalidade próprias, situada entre o Estado e o mercado. Denominada de esfera pública não-estatal ou Terceiro Setor, esta idéia de sociedade civil articula-se em torno de “entidades e movimentos sociais de caráter não-governamental, não mercantil e não-partidário”. As organizações da sociedade civil que cumprem funções públicas seriam precursoras de uma “nova” institucionalidade, capaz de reformar e democratizar o Estado e as demais instituições. A sociedade civil, “como contraparte absolutizada do Estado”, passou a ser cada vez mais impelida a assumir as funções sociais antes a cargo do poder público. Passaram a adquirir importância crescente as esferas pública não-estatal e mercantil, enquanto instâncias necessárias à garantia dos “direitos republicanos” (DAGNINO, 2004).

Hoje, tem-se a falsa idéia de que a sociedade civil está participando, quando, na realidade, as suas instituições representativas, como sindicatos, movimentos sociais e partidos estão sendo arrasados como parte da estratégia neoliberal. Ellen Wood comenta acerca da sociedade civil neste período particular do capitalismo:

“‘Sociedade Civil’ constitui não somente uma relação inteiramente nova entre o ‘público’ e o ‘privado’, mas um reino privado inteiramente novo [...]. Ela gera uma nova divisão do trabalho entre a esfera pública do estado e a esfera privada da propriedade capitalista e do imperativo de mercado, em que a apropriação, exploração e dominação se desligam da autoridade pública e da responsabilidade social – enquanto esses novos poderes privados dependem da sustentação do estado por meio de um poder de imposição mais concentrado do que qualquer outro que tenha existido anteriormente. A sociedade civil deu à propriedade privada e a seus donos do poder de comando sobre as pessoas e sua vida diária, um poder reforçado pelo Estado, mas isento de responsabilidade, que teria feito a inveja de muitos Estados tirânicos do passado”.(WOOD, 2003:217-218).

Em seu novo traje que “lhe cai como uma luva”, a sociedade civil, faz-se de palco (não mais a velha arena) onde atores representam nobres ideais (ou nem tanto), mas todos legítimos enquanto expressão daquela diversidade de culturas, sujeitos, agentes, singulares e, portanto, insubordináveis a qualquer universalidade que viesse a congregar a multidão de agentes livres. E, para que melhor cumpra seu papel, dela se elimina qualquer base sócio-econômica concreta: desarticulam-se os nexos mais profundos do todo social, negam-se as articulações entre economia e poder político, proclama-se a autonomia do discurso, enfatiza-se a espontaneidade e a diversidade.

Emerge então uma nova concepção de sociedade civil, muito mais restritiva, despolitizada e despolitizante, em que se observa o reforço de uma “visão solidária” . O termo “Solidário” parece ser a palavra-chave para acionar os sentimentos de cooperação mútua de todos os segmentos sociais para a solução dos problemas gerados pela crise do capital, embora com a mínima ajuda do Estado. Traz consigo uma ideologia que se opõe à do Estado provedor e sugere uma outra, de Estado parceiro dos segmentos sociais que,

sob a aura da solidariedade, funciona como dinamizador das iniciativas individuais para a solução dos problemas sociais. Assim, o termo “solidário” funciona como um chamado para que cada um faça a sua parte, um convite à cultura do individualismo, uma porta para um novo tipo de corporativismo.

Na medida em que ganham força as idéias neoliberais, foi-se adotando um conceito cada vez mais asséptico de sociedade civil. Em vez de campo de luta e de conflito, a sociedade civil tornou-se o reino do bem e do voluntariado, contraposto ao Estado considerado como o reino do mal, da ineficiência e da coerção. É fácil ver como essa nova formulação serve à proposta neoliberal e privatista de desmonte do Estado, não sendo casual o seu emprego e valorização nas recentes propostas de combate à desigualdade formuladas pelo Banco Mundial⁵.

Muito embora haja na doutrina neoliberal uma leitura da sociedade civil como uma esfera geradora de solidariedade social, de relações espontâneas, possuidora de virtudes como a flexibilidade e a ação dirigida para o interesse comum, no neoliberalismo temos o conceito de sociedade civil como uma esfera não estatal, situada entre o Estado e o mercado com ações direcionadas para o interesse público (CARDOSO, 2000). Assim, temos um Estado mínimo (para os trabalhadores) enxuto, a partir de seqüências de privatizações, de uma política de desregulamentações e de retração no que tange aos direitos sociais, ao mesmo tempo em que se observa o

⁵Uma breve análise do documento Brasil Justo, Sustentável e Competitivo(2003) nos permite tracejar as propostas do Banco Mundial. Segundo este, a justiça social seria alcançada pela eliminação dos subsídios à previdência do setor público; por reformas que aumentem a credibilidade na polícia e no judiciário; os serviços públicos, empregos públicos, a infra-estrutura e assistência social deveriam cumprir suas metas com transparência; e por fim, para reduzir as desigualdades, a qualidade e a oferta do ensino médio deveriam ser ampliadas. Nota-se que no item superação da desigualdade de renda, o Banco tem a preocupação de ressaltar as atividades “básicas” do Estado - segurança, educação e serviços básicos – e defender um remanejamento de recursos já existentes, desconsiderando qualquer ação mais direta do Estado na geração de emprego ou na superação das desigualdades regionais. Outra medida para o combate à pobreza, que ocupa centralidade no documento, é o aumento do controle da aplicação de recursos na área social: diminuição de programas sociais, gestão financeira centralizada e um fortalecimento da política de focalização.

estímulo para que as políticas sociais, antes cabíveis ao Estado, fiquem a cargo das associações localizadas na sociedade civil.

A sociedade civil passa a ser sinônimo de "terceiro setor", "nem público nem privado", composta por um conjunto indiferenciado de organizações, que passa por cima das lutas de classe, da diversidade dos projetos políticos, dos conflitos sociais, para valorizar a idéia da comunidade abstrata, das relações de ajuda mútua, de solidariedade social - processo denominado por Yazbek (2000) "*refilantropização da questão social*".

A noção de sociedade civil, utilizada como sinônimo do terceiro setor, cancela a relevância histórica de tal categoria teórica e confunde a trama de relações e conflitos de classe presentes na sociabilidade do capital. Não parece coincidência que “na segunda metade dos anos noventa (século XX), o ataque aos direitos sociais próprio da era FHC recorreu ampla e demagogicamente ao mote da defesa da autonomia da sociedade civil” (NETTO, 2004:63). A aproximação entre a sociedade civil e o terceiro setor, ou seja, sua sobreposição na atualidade tem uma funcionalidade política e ideológica com a conjuntura de reordenamento capitalista, uma vez que obscurece os conflitos e fomenta a imobilização da luta de classes. No discurso neoliberal, segundo Petras (1999:19), “o Estado é inimigo da democracia e da liberdade e um provedor corrupto e ineficiente de bem-estar social, sendo que em seu lugar a ‘sociedade civil’ é a protagonista da democracia e da melhoria social”. Para desvendar o discurso dominante e fazer a crítica, é necessária a reflexão da categoria sociedade civil.

É importante destacar que o que se coloca no horizonte da proposta do “terceiro setor” é uma nítida intenção de esvaziar a sociedade civil das contradições e conflitos de classe que a perpassam, abrindo espaço à manutenção da hegemonia da classe burguesa, ao invés da construção da contra-hegemonia da classe trabalhadora. Diante disto,

entendemos que o que deveria ser um processo de disputa entre os distintos projetos societários presentes na sociedade civil, é amalgamado por fortes componentes ideológicos que imprimem nesta, a insígnia da passividade, da homogeneidade.

Ressaltamos que, contudo, a perspectiva que orienta nossa análise nos permite dizer que o discurso da passividade não cabe para uma qualificação da sociedade civil, por compreender que ela é permeada por contradições e conflitos. Neste caso, consideramos ser legítimo e necessário problematizarmos tal questão, e para isto recorreremos às análises de Montaño (2002). Segundo ele, é preciso primeiramente compreendermos que o conceito “terceiro setor” não guarda identidade com a sociedade civil, principalmente pela tentativa de autonomizá-la em relação às demais esferas da sociedade. Ao processar esta setorialização das relações sociais de produção, todavia, não abarca as atividades classistas e de lutas político-econômica; deslocando o foco da luta para o da parceria, da negociação.

Tal concepção de uma suposta harmonia na esfera da sociedade civil nos parece equivocada e contribui antes para desnortear do que para melhor orientar a luta político-social. Daí resulta a impossibilidade de estabelecer uma base de resistência e de enfrentamento da realidade efetiva já que toda a tensão é eliminada e substituída pelo consenso. Conceitos como cidadania, sociedade civil e democracia são interpretados de maneira conveniente aos próprios interesses da classe burguesa. Essas interpretações se devem, em parte, ao fato de serem essas categorias objeto de uma intensa disputa de significados pelo fato de não serem efetivamente consensuais, seja na vida social ou nas elaborações teóricas. Na verdade, não poderia ser diferente já que elas são construções históricas de uma sociedade conflitiva e plural, com diferentes perspectivas e concepções em disputa pela hegemonia dos diferentes sentidos.

A sociedade civil, a quem se atribuem diferentes significados, parece se tornar a solução para o desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento este pautado na análise não de uma totalidade social, como nos ensina Marx, mas, de seus aspectos particulares e focais. Assim compreendida, a sociedade civil “autônoma” torna-se sinônimo de independência em relação aos interesses que movem as classes, dos antagonismos que as caracterizam, dos seus projetos históricos. A mediação desses processos passa pela questão da democracia e das formas de representação dessa sociedade nas ações do Estado.

Não estamos aqui minimizando a importância das formas de participação que as classes sociais constroem, historicamente, para fazer parte da vida social e política, mas afirmando que tais formas são insuficientes para interferir nos mecanismos de acumulação capitalista contemporâneos. Nosso entendimento é o de que ao tratar estratégias como as “parcerias”, a responsabilidade social, o voluntariado, o empreendedorismo enquanto formas atualizadas e refuncionalizadas da relação da sociedade com o Estado e com o mercado, na realidade, o que se pretende é não só a dissolução dos antagonismos, mas a colaboração de classes, que significa nada mais nada menos do que novas modalidades de agregação de interesses direcionados para a sociabilidade capitalista que se pretende, para impor um novo modo de viver e de pensar das demais classes (Cf. Netto, 2004).

A formulação do conceito, ausente de conteúdos classistas, de historicidade, esta apresenta-se saturada de um debate genérico sobre democracia e cidadania. Por um lado, a justificativa de que a crise e a derrocada das sociedades do Leste europeu mostraram ao mundo a invencibilidade capitalista, sua inexorabilidade e o seu caráter civilizatório; de outro, a complexificação das formas de ação política da sociedade, face

à crise dos partidos políticos e das organizações sindicais, representações históricas dos trabalhadores⁶ que cristalizavam as possibilidades de transformações societárias.

Para materializar tais necessidades se opera uma radical reforma do Estado, num claro movimento de retirada e de redução do seu papel e atribuições históricas. E mais, se tece um discurso justificador das iniciativas de ajuste do Estado às funções da “nova economia”, e com isso, a necessidade de mobilização da sociedade civil para articular interesses gerais e particulares.

Esvaziada de política, a sociedade civil, apropriada como recurso argumentativo neoliberal, configura-se como o principal espaço de transferência dos serviços atribuídos antes ao Estado, e torna-se lugar para realização da solidariedade e da aglutinação dos projetos e da hegemonia burguesa. Conforme Simionato (2006) esclarece, a redefinição do papel do Estado a partir da introdução de medidas político-ideológicas de corte neoliberal provocou um forte retorno ao debate sobre a sociedade civil, não apenas em termos teóricos, mas, acima de tudo, prático-políticos. Numa concepção minimalista do Estado e da democracia, a sociedade civil passou a ser a “esfera de todas as virtudes”, conclamada para assumir funções antes de responsabilidade do Estado, entendido agora como ineficiente e ineficaz para dar conta das diferentes expressões da questão social.

Nesta modalidade, a sociedade civil ingressa no universo gerencial, sendo este um espaço evidentemente “neutro”, ocupado por associações não-governamentais despojadas de maiores intenções políticas, sede de intervenções sociais “privadas” e sem fins lucrativos dedicadas a ativar determinadas causas cívicas ou a auxiliar os governos no combate à questão social (TORRES, 2003). Tal noção sustenta-se sobre

⁶ Para Ricardo Antunes (Cf 1995 e 1999) a nova morfologia do mundo do trabalho não poderia deixar de afetar os organismos de representação dos trabalhadores e cita como exemplo a crise dos sindicatos. Para o autor, o mais importante, hoje, é aquele movimento social, sindical ou partidário que consegue chegar às raízes das nossas mazelas e engrenagens sociais, tocando suas questões vitais. E para tal, torna-se imprescindível conhecer a nova morfologia do trabalho, bem como as complexas engrenagens do capital.

uma valorização da sociedade civil como esfera própria, autônoma diante do Estado e a ele oposta, uma instância homogênea e integrada por intenções comuns, que se comporiam “espontaneamente”. Com isso, dá-se passagem a uma idéia de sociedade civil vazia de tensões, disputas ou contradições, uma sociedade civil que “luta”, mas que não está atravessada por lutas.

As organizações definem um campo “não governamental” de ação ao assumirem conceitos como o de “sociedade civil”, excluindo as forças políticas, abrem um amplo espaço de alianças com grandes empresas privadas e suas fundações, com todas as outras ambigüidades que são exploradas, de forma ingênua ou mesmo de má fé. Definem um campo de ação próprio, fundado em idéias como as de “pensar global e agir local”, preservando esse campo, sem se comprometer com sua transformação. Tal transformação só poderia passar pelo campo política, pela luta por outra estrutura do poder na sociedade, pela formulação de estratégias, de ideologias, de formas conjuntas de ação política.

Com sua progressiva disseminação, entidades e organizações congestionaram a sociedade civil, confundindo-se com ela. De espaço dedicado à articulação política dos interesses de classe, a sociedade civil se reduziu a um acampamento de ONGs. Despolitiza-se a sociedade civil, que passa então a ser pensada ou como trincheira para proteger o indivíduo e as associações voluntárias contra o Estado, ou como ambiente capaz de recompor as tradições cívicas destruídas pelo mercado.

A partir daí, a sociedade civil - genericamente tratada - passou a designar formas de ampliar a representação da sociedade nos processos de gestão do Estado e a recorrência à sociedade civil corresponde à necessidade de envolvê-la nas ações estatais, conferindo legitimidade aos ajustes e reformas requeridos pelo processo de reestruturação capitalista nos países periféricos. Nestas últimas duas décadas do século

XX falar em sociedade civil é reportar-se ao contexto de ofensiva neoliberal nos países centrais e periféricos e apreender a dinâmica que esta realidade revela, tendo como uma das referências a apropriação ideológica do conceito e a necessidade de conferir às práticas de classe outros elementos, cujos conteúdos expressam a formação de um consenso nas sociedades. Este consenso, a nosso ver, vem se formando, dentre outras formas, a partir das propostas participativas que incluem a sociedade em alguns processos, numa clara tentativa de subordiná-la para dar legitimidade à reforma neoliberal do Estado.

1.4 A ACEPÇÃO PÓS-MODERNA

A pós-modernidade ou o pós-modernismo guarda alguma relação com o neoliberalismo na medida em que apresenta enquanto racionalidade hegemônica e funcional ao projeto neoliberal de transformação do capital. Além disso, os dois estão dentro do contexto histórico do capitalismo contemporâneo, ou seja, das últimas décadas. Um outro ponto comum é a convivência com o capitalismo já que a resignação pós-moderna equivale à defesa neoliberal de que é impossível contestar um sistema vitorioso e que veio para ficar. Apesar das semelhanças entre pós-modernismo e neoliberalismo vamos destacar aqui as singularidades do primeiro.

Embora a pós-modernidade, enquanto idéia, não seja recente, sua expressão no âmbito do conhecimento pode ser verificada com maior intensidade a partir da metade dos anos 1970. No mundo do conhecimento começam as interferências, não sem conflitos, do denominado pensamento pós-moderno, "notadamente em sua versão neoconservadora" (NETTO, 1996:114) que questiona e nivela os paradigmas marxista e positivista. Estes questionamentos se voltam contra os diferentes "modelos" explicativos

por suas macroabordagens apontando que nestas macronarrativas são deixados de lado valores e sentimentos fundamentais dos homens, seu imaginário, suas crenças, afeições, a beleza, os saberes do cotidiano, os elementos étnicos, religiosos, culturais, os fragmentos da vida enfim.

Longe de apresentar-se como um pensamento homogêneo, a pós-modernidade tem como “traço definidor” a perda de credibilidade nas chamadas metanarrativas ou grandes teorias sociais (ANDERSON, 1999). Anuncia o desaparecimento das grandes oposições nos campos político, social, filosófico, artístico e cultural. O abandono de categorias como totalidade e essência (TONET, 2006) leva à emergência de outras mais locais e operativas, originando, assim, um modo de análise da realidade mais flexível, fragmentado e subjetivo. Para Jameson (1996: 32), os elementos constitutivos do pós-moderno referem-se a “uma nova falta de profundidade, que se vê prolongada tanto na ‘teoria’ contemporânea quanto em toda essa cultura da imagem e do simulacro; um conseqüente enfraquecimento da historicidade tanto em nossas relações com a história pública quanto em nossas formas de temporalidade privada”.

Em determinado momento de sua obra, Anderson (1999) mostra como, apesar de toda a heterogeneidade de posições dentro do pós-modernismo, algumas espécies de unidade são características desse campo de pensamento. Uma delas é o fato de se tratar de um campo ideologicamente consistente. O pós-modernismo passa a assumir uma postura de direita (ainda que tenha autores representativos da esquerda como Boaventura de Souza Santos) e funcional à ideologia conservadora e neoliberal, isto é, de afirmação da ordem capitalista, ou, no melhor dos casos, de resignação frente a uma inexorável supremacia do capitalismo, ainda que contraditório. Como diz o autor (pp.53-54),

“Para Lyotard, os próprios parâmetros da nova condição foram criados pelo descrédito do socialismo como última narrativa grandiosa – versão última de uma emancipação que não fazia mais sentido. Habermas, ainda numa posição de esquerda, resistindo a um compromisso com o pós-moderno, mesmo assim atribuiu a idéia à direita, formulando-a como uma representação do neoconservadorismo. Comum a todos era a subscrição dos princípios do que Lyotard – outrora o mais radical – chamou de democracia liberal como o horizonte insuperável da época. Não podia haver nada mais que o capitalismo. O pós-moderno foi uma sentença contra as ilusões alternativas.”

A resignação pós-moderna seria fruto, assim, da derrota do socialismo real, isto é, da derrota de uma metanarrativa que se propunha alternativa frente à ordem capitalista. Ao “vitorioso”, o capitalismo, seria necessário reconhecê-lo como uma realidade incontestável, contra o qual não poderiam ser construídas alternativas totalizantes. O pragmatismo parece ser a única opção coerente para essa realidade. Esta resposta de como o ser humano deve agir frente à nova condição pós-moderna foi claramente percebida por Harvey (2005:55):

“Mas se, como insistem os pós-modernistas, não podemos aspirar a nenhuma representação unificada do mundo, nem retrata-lo com uma totalidade cheia de conexões e diferenciações, em vez de fragmentos em perpétua mudança, como poderíamos aspirar a agir coerentemente diante do mundo? A resposta pós-moderna simples é de que, como a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias (e, portanto, fadadas a ser autodissolventes e autoderrotantes), sequer deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. O pragmatismo...se torna então a única filosofia da ação possível”.

A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão moderna afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (em si mesmos) restaurando o pensamento conservador e antimoderno. Seus questionamentos são

também dirigidos à ciência que esteve mais a serviço da dominação do que da felicidade dos homens. Assim ao afirmar a rejeição à ciência o pensamento pós-moderno rejeita as categorias da razão (da Modernidade) que transformaram os modos de pensar da sociedade, mas não emanciparam o homem, não o fizeram mais feliz e não resolveram problemas de sociedades que se complexificam e se desagregam. O posicionamento pós-moderno busca resgatar valores negados pela modernidade e cria um universo descentrado, fragmentado relativo e fugaz. Para Harvey (2004) as características da pós-modernidade são produzidas historicamente e se relacionam com a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital.

A complexidade da questão não está na abordagem de questões micro sociais, locais ou que envolvam dimensões dos valores, afetos e da subjetividade humana (questões de necessário enfrentamento), mas está na recusa da Razão e na descontextualização, na ausência de referentes históricos, estruturais no não reconhecimento de que os sujeitos históricos encarnam processos sociais, expressam visões de mundo e tem suas identidades sociais construídas na tessitura das relações sociais mais amplas. Relações que se explicam em teorias sociais abrangentes, que configuram visões de mundo onde o particular ganha sentido referido ao genérico.

Prioriza-se a esfera da cultura como chave das análises dos fenômenos contemporâneos, deslocada, no entanto, da totalidade social. Os denominados “novos paradigmas” assumem, como bandeiras epistemológicas, “trabalhar não a realidade, mas as suas representações”; não o universal, e sim o singular, o micro, o pontual; não as questões macro, de estrutura, mas o cotidiano, os fragmentos; não o futuro, e sim o presente; não o público, mas a intimidade (CARVALHO, 1995:19). “O mundo social” – conforme descreve Rouanet (1992:233) – “se desmaterializa, passa a ser signo, simulacro, hiper-realidade”.

Em síntese, as expressões da pós-modernidade, segundo Rouanet (Ibidem), podem ser identificadas em três planos: no plano do cotidiano, através da valorização das vivências particulares, dos signos, do simulacro e da hipercomunicação; no plano econômico, mediante a mundialização ou planetarização do capitalismo e suas manifestações estruturais e superestruturais, com destaque para a cultura informatizada; e no plano político, pela desqualificação do Estado e as novas formas de expressão da sociedade civil, através de uma vasta rede de grupos segmentares que passam a compor o terreno da política moderna. Em relação ao plano político, Rouanet (1992:231) descreve:

“(...) Enquanto a política moderna tinha como palco o Estado e visava a conquista e a manutenção do poder estatal, a política pós-moderna tem como palco a sociedade civil e visa a conquista de objetivos grupais ou segmentares. Os sujeitos da nova política não são mais os cidadãos, mas grupos, e seus fins não são mais universais, visando o interesse geral, mas micrológicos. O citoyen rousseauista, abstração social sem biografia, pulveriza-se em seus elementos constitutivos e é restituído à sua particularidade de mulher e judeu, negro e homossexual, e conseqüentemente a política não é mais a genérica, exercida pelo cidadão, mas a específica, de quem está inscrito em campos setoriais de dominação – a dialética homem/mulher, anti-semita/judeu, etnia dominante/ etnias minoritárias. Assim como não há atores políticos universais – grandes partidos agregando um leque amplo de interesses e posições –, não há mais um ‘poder’ central, localizado no Estado, mas um poder difuso, estendendo sua rede capilar por toda a sociedade civil – as ‘disciplinas’ de Foucault. Política segmentar, exercida por grupos particulares, política micrológica, destinada a combater o poder instalado nos interstícios mais imperceptíveis da vida cotidiana, estamos longe da política moderna, em que o jogo político se dava através de partidos, segundo os mecanismos da democracia representativa.”

As novas formas de organização social e expressões culturais movimentam-se e expressam-se, ainda, nos espaços locais e cosmopolitas, nacionais e internacionais, públicos e privados. Afirmam-se a autonomia e as identidades locais, com o retorno da valorização de instituições como família e comunidade, permeadas por uma idéia abstrata de solidariedade. A separação entre indivíduo/classe e sua relação com grupos

coletivos e a primazia do privado sobre o público contribuem, de forma incisiva, para o aumento da alienação, o esvaziamento das ações histórico-sociais, a neutralização e a banalização do agir político. A soma de indivíduos privados não é capaz de produzir o espaço público, provocando o “triunfo do indivíduo sobre a sociedade” (HOBSBAWM, 1995:328).

A substituição dos interesses universais e de classe por objetivos grupais específicos e localistas constitui a perspectiva política da pós-modernidade. Expressa nas reformas pontuais e nas lutas cotidianas, a micropolítica pós-moderna coloca em jogo as possibilidades de totalização dos processos sociais. Desqualificam-se atores universais, como partidos e sindicatos, em nome de um leque difuso de poderes capilarmente dispersos por toda a sociedade civil, cada vez mais distantes dos mecanismos da política moderna. Essa pulverização reforça as ações “econômico-corporativas” e, sorrateiramente, destrói as possibilidades de construção de uma “vontade coletiva”, de um momento “ético-político” de caráter universal. Fragmenta os sujeitos coletivos, quer do ponto de vista material, quer do político-cultural, através de valores particulares e individuais que desorganizam as classes em relação a si mesmas e as articulam organicamente ao ideário do capital. O “pertencimento” de classe cede lugar ao individualismo, reforça a “alienação e reificação do presente” e provoca um “estilhaçamento dos nossos modos de representação” (JAMESON, 1996).

As lutas das minorias, do acesso a terra, moradia, saúde, educação, emprego, hipertrofiaram-se em um turbilhão de demandas segmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado, situando-se naquilo que Gramsci (2000) denomina de “pequena política”, que engloba questões parciais e localistas e que precisa, necessariamente, vincular-se à “grande política” para a criação de novas relações. As

expressões moleculares dos inúmeros movimentos da sociedade civil, embora tragam como marca a luta contra a violência do “pós moderno”, também encerram em si a impotência de congregar os diferentes interesses particulares em interesses universais.

O esmaecimento dos processos de lutas globais é meta prioritária das elites, cuja intencionalidade primeira é reduzi-los a questões meramente particulares, desligadas da totalidade social. Assim, a prioridade do público sobre o privado e o fortalecimento de uma cultura pública aparecem, neste momento de crise, como referências fundamentais a serem resgatadas, na medida em que se reatualizam elementos diversos da tradição autoritária, conservadora e excludente, “signos” do atraso da modernidade.

O pós-modernismo, ao rechaçar qualquer alternativa totalizante à ordem vigente, limita-se, em termos de posicionamentos políticos, às seguintes alternativas: conformismo com a vitória histórica do capitalismo; ou então contestar a ordem vigente, mas não a partir de uma perspectiva totalizante, global, mas desde uma ótica fragmentada, com base nas múltiplas formas de identidade que existem na sociedade pós-moderna.

Além disso, é preciso entender o pós-modernismo como um pensamento que surge a partir de determinada conformação histórica, e não como um conjunto de idéias soltas no ar, sem nenhuma referência com os processos históricos pelos quais passa a humanidade nas últimas décadas. Sendo assim, o que os pós-modernos tematizam (enquanto uma suposta novidade) não passaria de formas de manifestação, características e processos produzidos pelo próprio capitalismo.

Como suas verdades não têm nem tempo nem espaço, são universais e abstratas, não há o reconhecimento da relação com a sua origem histórica, isto é o que define, também, o processo mistificador do pensamento pós-moderno, pois transforma uma etapa do desenvolvimento capitalista (que corresponde à ascensão e hegemonia do

neoliberalismo) em uma nova era, um novo conteúdo, como se não tivesse nenhuma relação com o conteúdo capitalista que, aliás, lhe dá o sentido, histórico, político, ideológico e filosófico.

Ao defender a nova fase do capitalismo como uma nova condição inelutável, inquestionável e, pior, sem perspectiva de transformação social pós-capitalista, o máximo que se faz é questionar distintas formas de opressão, dentro do conteúdo mais geral do capitalismo, sem negar a contradição básica deste último entre o trabalho e o capital, e isso por uma razão muito simples: se é que esta contradição existiu um dia, ela não existe mais.

CAPÍTULO 2 - A TRAJETÓRIA SÓCIO-POLÍTICA DAS ONGS NO BRASIL

Ao falarmos de ONG tratamos de um amplo e heterogêneo conjunto de organizações, associações e fundações. Seu próprio conceito é definido a partir da negação, ou seja, do que elas não são, e não a partir de sua missão social, dos projetos que elaboram ou pelas relações que estabelecem na sociedade. Ao longo dos anos, observamos variadas instituições abarcando práticas as mais difusas, se autodenominando Organização Não Governamental. Claramente há uma dificuldade em se lidar com denominação tão ampla quanto *organização não-governamental*, por esse motivo há vários outros termos para também nos referirmos a essas instituições, com cada autor defendendo uma noção diferenciada. O problema da inexistência de uma delimitação conceitual objetiva destas organizações gera dificuldades analíticas em relação à tênue e necessária separação entre ONGs e outras organizações/movimentos (religiosos, esportivos, patronais, profissionais e outros) da sociedade civil.

Essa definição carece, principalmente, de historicidade, de contextualização e de problematizações, já que as organizações foram construídas em tempos e espaços determinados, expressando diferentes sentidos. Como já afirmado, sob a nomenclatura de organizações não-governamentais, pode-se encontrar uma multiplicidade de organizações com objetivos, missões, interesses, histórias, modelos organizacionais e formas de sustentabilidade completamente diferentes, como poderá ser visto a seguir. O termo "ONG" abriga uma quantidade enorme de entidades, muito heterogêneas, com métodos de ação completamente distintos. As tensões advindas do fato de não terem fins lucrativos, sem serem filantrópicas; serem políticas, sem serem partidárias; serem não-governamentais, mas, eventualmente, manterem relações de cooperação com governos, constituem parte da dinâmica original de constituição das ONGs e são,

exatamente por isto, pontos de definição de identidades e pertencimentos que se reeditam a cada conjuntura e em cada campo específico.

As ONGs proliferaram, no decorrer dos últimos trinta anos , dentro de um contexto social , econômico e político marcado pela complexidade, incerteza , instabilidade e mudanças aceleradas, em uma dimensão globalizada e de grande desenvolvimento tecnológico e científico . Em contrapartida, de muita pobreza e desigualdade social. Desta forma, a dimensão e o significado dessas organizações necessitam ser compreendidos dentro da conjuntura social, econômica e política que tem determinado a sua configuração no contexto contemporâneo.

Uma lógica privatista que tudo subordina aos ditames do mercado, dando origem ao *negócio do social*, ao chamado “terceiro setor” e a refilantropização das políticas sociais, constitui, a partir dos anos 1990, a marca de um ambiente social hegemonizado pelo capitalismo neoliberal. A grande expansão das ONGs se dá (não coincidentemente) em um momento em que as novas medidas de reestruturação econômica ditadas pelo neoliberalismo fizeram com que os governos dos países em desenvolvimento, saneassem suas economias, privatizando-as, abrindo-as ao mercado livre e retirando os subsídios que antes respondiam às problemáticas econômicas e sociais de seus povos. Como resultado, temos a concentração desigual de riqueza, a geração de desemprego a níveis de grande empobrecimento para as maiorias, a concentração de poder em monopólios econômicos-políticos.

2.1 DITADURA MILITAR

O período ditatorial brasileiro está diretamente associado à resistência exercida por diversos segmentos sociais. Sua instauração no Brasil não foi realizada a partir de um amplo apoio das camadas populares, mas avançou com a anuência dos setores dominantes, diretamente interessados em usufruir os ganhos obtidos com o desenvolvimentismo e a modernização cunhados como pontos principais do modelo econômico seguido pela ditadura brasileira. Ao tratar dos fatores que contribuíram para organização e resistência dos diversos atores da sociedade civil, a análise do desenvolvimento sócio-econômico do país possui muita importância, na medida em que contribui para a compreensão da relativa “unidade” que se estabeleceu em torno da luta pela instauração de um regime democrático e pelo fim da ditadura.

A idéia de um projeto economicista, baseado no desenvolvimento nacional fazia parte do cenário político brasileiro já nos anos cinquenta, e integravam a sua defesa tanto grupos mais liberais, ligados ao governo (como os membros dos conselhos da época de Juscelino Kubitschek), como também setores reformistas da esquerda brasileira. Ressalte-se então, que para eles, e até mesmo para a chamada “esquerda revolucionária”, a democracia não figurava como uma questão primordial, mas apenas como um meio ou uma etapa necessária, um instrumento, seja para a realização do desenvolvimento nacional e das reformas estruturais, seja para a transformação gradual da sociedade brasileira com a implantação final do socialismo. O discurso economicista predominava, não havendo espaço para uma discussão substantiva sobre democracia.

De fato, o país experimentava, desde a Era Vargas, um processo intenso de modernização, industrialização e urbanização, contribuindo para os primeiros passos da formação de uma sociedade civil mais sólida, mais organizada. Segundo Carlos Nelson Coutinho (1988), é a partir dos anos trinta que se dá a criação dos pressupostos

objetivos para o surgimento de uma sociedade civil autônoma. A presença dos sindicatos, embora prejudicados pelo modelo corporativista de Estado adotado no país, ilustra esse quadro. Todavia, essa sociedade civil não seria totalmente aniquilada pela ditadura, o que pode explicar a sua posterior organização como forma de resistência.

A ditadura militar instaurada no Brasil não teve a capacidade de eliminar a sociedade civil, embora tenha ocasionado um enfraquecimento de sua movimentação. Nos idos de 1970, a vitrine da ditadura, o chamado “milagre brasileiro” entrava em crise, anunciando seu colapso com a conseqüente perda de suas principais fontes de apoio, como as camadas médias e os grandes beneficiários do projeto desenvolvimentista, a alta burguesia brasileira. Dessa forma, a questão já aludida inicialmente, acerca da falta de um consenso geral da sociedade sobre o regime militar se torna ainda mais intensa quando aliada às complicações causadas pela crise econômica, revertendo esse quadro e situando a questão da atuação da sociedade civil em novas bases.

Aliado a “decepção” dos setores dominantes com a ditadura observa-se nesse período um processo de intensa diversificação da sociedade civil, com o incremento de práticas associativas das mais variadas formas, com organizações, movimentos e associações que passam a integrar os atores oriundos de diversos segmentos da sociedade, dos quais podemos ressaltar a atuação de setores progressistas da Igreja Católica nas comunidades eclesiais de base, da Universidade e da comunidade acadêmica, do sindicalismo, do multifacetado universo dos movimentos populares e dos novos movimentos sociais.

Apesar de sua heterogeneidade e pluralidade, à medida que se articula como pólo de oposição ao Estado, a visão da sociedade civil cunhada durante o período ditatorial reforça a idéia de uma esfera unificada, como um terreno homogêneo, o que

contribui para uma ampla negativização do Estado – o opressor – bem como para o realce à sociedade civil como esfera virtuosa (DAGNINO,2002). A construção da idéia de sociedade civil como uma esfera de liberdade e de participação se revelaria um ponto imprescindível para uma ação efetiva de defesa contra o Estado autoritário.

A gestação de uma nova sociedade civil se deu no contexto de resistência à ditadura, nas mobilizações e lutas sociais por democratização, baseada na idéia de autonomia em relação ao Estado. Além de englobar movimentos e associações diversos, assumia uma conotação de anti-Estado – portanto, uma opção pela oposição política ao regime autoritário. O processo de resistência e oposição ao regime fomentou o surgimento de uma diversidade de organizações civis, operárias, estudantis, populares, entre elas as ONGs, que ganharam novos horizontes com a democratização política.

2.1.1 Do “milagre” à “década perdida”

Os governos militares iniciados em 1964 inauguram a fase de consolidação do sistema, acompanhada por profundas alterações na estrutura institucional e financeira das políticas sociais, que vai de meados da década de 1960 a meados da década seguinte. Nesse período, são implementadas políticas de massa de cobertura relativamente ampla, mediante a organização de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de provisão de serviços sociais básicos. Baseados em um regime fortemente repressivo, os governos militares restauram muitas das tradições corporativistas do Estado Novo (BARCELLOS, 1983). Para Malloy (1979), isso representou uma retração do papel dos movimentos organizados de trabalhadores em função de um modelo de desenvolvimento baseado na idéia de que a concentração de renda e poder no núcleo capitalista da economia era um pré-requisito para o crescimento.

O cenário econômico passa a caracterizar-se pela grande intervenção do Estado, o que contribuiu para o desenvolvimento de uma infra-estrutura propícia aos interesses dos grandes grupos capitalistas nacionais, em especial aqueles mantinham estreitos vínculos com o capital internacional. Já nos primeiros anos da ditadura militar a política econômica se mostra voltada a implantação e implementação de um amplo programa de investimentos do Estado, sempre financiados através de fundos obtidos junto à instituições internacionais de crédito. A nova política econômica propiciava financiamento nacional às indústrias estrangeiras. A economia abriu-se aos investimentos estrangeiros. Foi editada a legislação de remessa de lucros das empresas estrangeiras para os seus países de origem. Neste período de ditadura militar, os Estados Unidos, através de uma política de créditos fáceis e de empréstimos de capital, foi o país que mais investiu no Brasil, iniciando-se aí a escalada do endividamento externo nacional.

As decisões econômicas do governo geraram benefícios ao mesmo tempo em que reduziam o número de beneficiados. Era uma política impopular. A forma encontrada para calar os protestos era típica de ditadores: proibição pura e simples. No entanto greves e passeatas tornaram-se cada vez mais comuns. A escalada completou-se em 13 de dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº 5, AI-5, durante o governo de Arthur da Costa e Silva, que lhe concedia o direito de pôr em recesso o Congresso Nacional, decretar intervenção em Estados e municípios, suspender direitos políticos, proibir manifestações sobre assuntos políticos, suspender a garantia do Habeas-corpus.

Qualquer manifestação de rua, que se opunha a alguma política do governo e/ou de caráter reivindicatório, era combatida pelos agentes de segurança como ações de "subversivos", "baderneiros" e/ou "comunistas" (DA SILVA, 2003). Este Ato foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira, produzindo um elenco de ações

arbitrárias de efeitos duradouros, marcando um momento duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.

A partir de 1968, em resposta à pressão do movimento estudantil e ao início da luta armada por parte de setores radicalizados da [oposição](#), o regime militar se enrijece, passando o País pelo período de maior repressão política de sua história sob a presidência do general Garrastazu Médici (1969-1974).

Segundo Bava (2003) no Brasil dos anos 70, o Governo proibia os cidadãos de se expressarem publicamente sobre assuntos de interesse público. Havia censura à imprensa; os sindicatos estavam amordaçados; manifestações públicas eram proibidas; os partidos políticos de esquerda foram postos na clandestinidade; houve perseguição, prisão, tortura e morte de opositores do regime.

Entre 1968 e 1973 o país experimentou um grande crescimento na produção industrial. O PIB elevou-se, reflexo da maior produção de bens duráveis, principalmente eletrodomésticos e automóveis. Este período, que atenuou o desemprego urbano, ficou conhecido como "Milagre Econômico". A indústria automobilística era apresentada como a grande vitrine desta política econômica adotada pelo governo. Entretanto, se não pode ser negado o crescimento econômico havido no período da ditadura militar, não se pode perder de vista também que esse crescimento resultou no benefício de poucos, tendo em vista que piorou o problema da má distribuição de renda.

De acordo com Evans (1980), o *I Plano Nacional de Desenvolvimento* (1972-1974), definiu as prioridades do governo Médici: crescer e desenvolver aproveitando a conjuntura internacional favorável. Nesse período o Brasil cresceu mais depressa que os demais mercados latino-americanos. Foram atingidos altos índices de desenvolvimento econômico sob a falsa idéia de "surto de progresso" que o país vivia. O governo

impunha à população, quer pela mídia, quer pelo silêncio ditado pela censura, o "milagre econômico", projeto conduzido pelo então Ministro da Fazenda, Delfim Neto. Com a abertura do país ao capital estrangeiro, dezenas de empresas multinacionais se instalaram no Brasil e os grandes fazendeiros passaram a produzir para exportação

Medeiros (2001) argumenta que, após a fase de consolidação inaugurada pelos governos militares de 1964, o modelo de *Welfare State*⁷ perdeu o caráter populista e assumiu duas linhas definidas, uma de caráter compensatório e outra de caráter produtivista. A primeira buscava minorar os impactos de um modelo de desenvolvimento baseado na concentração da riqueza e a segunda visava contribuir com as condições necessárias para o crescimento econômico como, por exemplo, a qualificação de mão-de-obra. Entretanto, ambas apresentavam como características a centralização política e financeira no governo federal, a forte fragmentação institucional e o caráter regressivo nos gastos sociais.

Porém, não durou muito o surto de progresso. Em 1973, uma crise internacional anunciava as dificuldades futuras, afetando o desenvolvimento industrial e aumentando o desemprego. Geisel assumiu o governo (1974-1979) em um período de ajustamento e redefinição de prioridades, grave endividamento externo, flutuações de desempenho, dificuldades inflacionárias, e, mais tarde, a recessão: o milagre econômico chegava ao fim. O novo presidente acelerou o programa de seus antecessores, gastando à larga em projetos de todo tipo: petroquímica, energia nuclear, telefonia e siderurgia. A economia brasileira passou a ser dominada pelo Estado em grau nunca visto antes. Para os beneficiados, os favores se multiplicavam. Era tanto dinheiro, e tão subsidiado, que já

⁷ *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar-Social é caracterizado numa certa generalização por três pilares: pleno emprego, universalização das políticas sociais e assistência social como uma rede proteção social. É um Estado "intervencionista, surgido após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos" (ANTUNES, 1999: 22). Seu erguimento se deu pela necessidade de o Estado controlar os conflitos de classes, advindos da crescente polarização entre elas, com a consolidação e amadurecimento do capitalismo monopolista e como forma de enfrentamento da crise de subconsumo.

não era suficiente a poupança interna. E logo começaram a aumentar os empréstimos contratados no exterior, que se transformavam em dívidas. Às taxas espetaculares de crescimento econômico que registramos nos anos 70, no período do “milagre” (quando o PIB crescia a uma média de impressionantes 7% ao ano), sobreveio a estagnação econômica: os anos 80 ficaram conhecidos pelos economistas como a “década perdida” (porém não do ponto de vista político).

Uma das estratégias do governo para enfrentar o momento de crise era constituir um meio de ir abrandando alguns aspectos da ditadura. A esse movimento deu-se o nome de "distensão". Gradual e vagarosamente iniciava-se um processo de transição para a democracia sem "acerto de contas" com o passado: sem questionamentos quanto às medidas adotadas pelo governo em relação à economia e, principalmente, em relação à condução política. Com a crise econômica veio a crise política, nas fábricas, comércio e repartições públicas o povo começou um lento e gradual descontentamento. Iniciou-se uma crise silenciosa onde todos reclamavam do governo (em voz baixa) e de suas atitudes.

O capitalismo passava por mais uma crise. Crise esta que se expressava no esgotamento dos mercados internos de alguns países centrais, na queda de produtividade e de lucratividade e na desvalorização do dólar e na Crise do Petróleo. Os traços característicos da crise nos países capitalistas avançados se expressavam por: a redução dos níveis de produtividade do capital dada pela tendência decrescente da taxa de lucro em razão do aumento do preço da força de trabalho; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista⁸ de produção; o aumento da esfera financeira e sua relativa autonomia em relação ao capital produtivo; à crescente concentração de capitais

⁸ O taylorismo é baseado na separação das funções de concepção e planejamento das de execução com fragmentação das tarefas além do controle de tempo e movimento. O fordismo fundamenta-se na linha de montagem acoplada à esteira evitando o deslocamento dos trabalhadores, tornando o trabalho repetitivo, parcelado e monótono.

a partir das fusões; a crise do “Estado do Bem-Estar Social” e a necessidade de retração dos gastos públicos devido à crise fiscal; o incremento das privatizações; a tendência à flexibilização da produção, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 1999).

Como parte do processo de enfrentamento à crise, ocorre o complexo de reestruturação da produção e do trabalho para dotar o capital de instrumentos para recompor a taxa de expansão como decorrência da própria concorrência intercapitalista e a necessidade de controlar as lutas sociais. Estes avanços no processo produtivo ocorrem com novas tecnologias e o modelo toyotista⁹ de organização e gestão do trabalho, a chamada terceira revolução industrial. A partir de então, assiste-se a um novo processo de organização do capitalismo com reflexos nas esferas política, econômica e ideológica.

Esta crise resultaria numa ofensiva contra o modelo de Estado de Bem Estar Social¹⁰, principalmente ao sistema de proteção social, colocando novamente em discussão as relações do Estado com a economia. A solução encontrada pelo capital para a sua sobrevivência é a financeirização e a reestruturação do processo produtivo que terá forte repercussão no mundo do trabalho. A crise econômica se aprofunda e mergulha o Brasil na inflação e na recessão.

⁹ O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que criou na fábrica Toyota) é uma forma de organização do trabalho surgida no Japão pós-45 (ANTUNES, 1999).

¹⁰ A questão do Estado de Bem Estar Social brasileiro, é uma questão polêmica tendo em vista que não há consenso no que diz respeito a sua implementação. Autores defendem que a experiência brasileira foi a de um Estado Interventor e não um verdadeiro Welfare State, já que o caráter universalista não está presente. Vieira (2001: 20), aborda a questão dizendo que “nos países periféricos do capitalismo, operou-se a intervenção estatal no domínio econômico social, no sentido de resguardar e garantir alguns serviços sociais”. Serviços sociais que se caracterizaram como uma operação tapa-buraco, de viés assistencialista e compensatório. Mas não se pode desconsiderar, mesmo que fragmentados, direitos sociais foram conquistados, desde a era Vargas, os quais tem se diluído, com o enxugamento das responsabilidades do Estado na esfera social.

2.1.2 Resistência e oposição ao regime

Em 1964, o Brasil inaugura um período posteriormente comum a toda a América Latina caracterizado pela violação dos direitos humanos, das liberdades democráticas e de expressão. Muitas ONGs surgem neste período, onde as formas tradicionais de participação (sindicatos e partidos) estavam bloqueadas pelos regimes autoritários nos anos setenta e dentro de um contexto de rápido crescimento urbano. Microiniciativas na base da sociedade foram criando novos espaços de liberdade e reivindicação. Inscrevem-se, neste momento, os movimentos comunitários de apoio e ajuda mútua, voltados à defesa de direitos e à luta pela democracia. Contando com o apoio de diferentes agências internacionais (principalmente norte-americanas e européias) essas organizações cumpriram um papel importante na luta contra os Estados Ditatoriais. Porém é importante salientar que mesmo neste período, existiam organizações que exerciam um papel paliativo, denunciando internamente as violações de direitos e a pauperização da população, mas raramente denunciando seus financiadores americanos e europeus.

Em plena vigência, o regime militar encerrava um período de intensa mobilização social que envolvera diversos setores da sociedade. Na pauta dessa mobilização, a disputa sobre o modelo de desenvolvimento e o tipo de sociedade a se constituir no Brasil ocupavam posição de destaque. As novas organizações tinham como missão principal a reconstrução do tecido social que havia se rompido com a ditadura, a defesa dos direitos humanos e a educação popular. O que se buscava com esses processos educativos era ampliar o nível de compreensão que a população pobre tinha das suas condições de vida, discutindo as suas causas, visando uma atuação crítica na sociedade.

A Igreja católica foi um dos espaços mais importantes para os trabalhos de ação junto aos grupos populares com essas características. Nesse contexto, os processos educativos baseavam-se na leitura dos textos bíblicos, adaptando-os à realidade do momento, sob a perspectiva da Teologia da Libertação. As famosas Comunidades Eclesiais de Base eram grupos de ação pastoral e de educação popular. A reflexão sobre a realidade não ficava restrita apenas a um processo de conhecimento. Ao contrário, o contato direto com a realidade para identificar os problemas existentes determinava, após análise das causas desses problemas, uma intervenção sobre a mesma realidade, visando a sua transformação, a fim de superar os problemas e construir condições de vida mais justas. Nesse sentido, a prática educativa era ao mesmo tempo um ato de organização e mobilização da sociedade. Como se pode imaginar, o trabalho desenvolvido não tinha visibilidade pública. Era uma ação militante, realizada em um nível microssocial, que se desenvolvia em sigilo e sob o silêncio da censura e da repressão impostas pelo regime militar.

As comunidades eclesiais de base promoviam a ação coletiva ancorada fortemente no território. Redes de solidariedade eram criadas no espaço local das paróquias, incentivando práticas comunitárias que acabavam por instaurar verdadeiros espaços públicos independentes da ação governamental. A rápida ampliação do número de associações de moradores, ligadas à Igreja Católica ou não, marcou o cenário político notadamente nos centros urbanos; tratava-se também de associações ancoradas no território (bairros) que buscavam revigorar gradativamente a prática da cidadania.

“Dois fatores parecem ter sido particularmente importantes para promover, nos anos 60, a criação das instituições conhecidas hoje por ONGs. Um deles foi o aumento dos programas de ajuda familiar, administrados pelas organizações internacionais voluntárias e privadas(...)que procuraram explicar a ajuda alimentar como recurso para o desenvolvimento e não como medida de socorro. O segundo fator foi a Segunda Conferencia Geral do Episcopado Latino-Americano da Igreja Católica, realizada em 1968, em

Medellín(...) que pediu uma ampla ação social que ultrapassasse a capacidade institucional da Igreja(...)” (PETRAS,1999:77)

Parte dos processos educativos sofriam grande influência do pensamento pedagógico desenvolvido no período anterior ao golpe, durante os primeiros anos da década de 60, quando as idéias do educador brasileiro Paulo Freire se disseminaram entre centenas de experiências de educação popular, denominadas na oportunidade como movimentos de cultura popular. As experiências uniam a política com manifestações culturais como teatro, música, poesia. Eram trabalhos educativos, construídos junto com as comunidades carentes, a partir das suas tradições, e que se espalharam por todo o país. Em linhas gerais, tais orientações pedagógicas se apoiavam na idéia de que os grupos populares detinham um saber particular, que era produzido conforme suas condições de vida, e que os processos educativos ocorriam do encontro entre esses saberes e os saberes dos educadores. Isso se dava pelo diálogo entre o educador e o educando, tomando como base o estudo da realidade local, voltado para a transformação das condições de vida da população empobrecida. A missão educativa de tais educadores não se realizava separada de uma intencionalidade política.

As ONGs desenvolveram, na década de 60 e 70, o papel de mediadores dos movimentos sociais e de apoio às causas populares, no sentido da luta pela democratização da sociedade brasileira. O papel político dos mediadores variava de acordo com as necessidades dos movimentos e as conjunturas políticas específicas. Estes agentes foram fundamentais para a qualificação dos conflitos sociais neste período. Instituições como a FASE, o CEAS, o ASSESSOAR, o CEDI e outras, todavia, não se reconheciam atuando num mesmo campo, muito menos se autodenominavam ONGs. Isso significa adotar a identificação de ONG como tardia a estas entidades, datada dos anos 80.

Entre as décadas de 70 e 80 do século XX, com o suporte financeiro da “cooperação internacional”¹¹, as ONGs iniciaram o seu processo de expansão, intervindo diretamente no campo político, visto que se gestam em pleno regime militar, num contexto em que tenderam a fortalecer a oposição política à ditadura. Nesse momento, a função social das ONGs era de parceira dos movimentos sociais, embora recebessem financiamentos de agências internacionais, sendo coadjuvante fundamental na relação movimento social/população/Estado, já que contribuía para a organização interna e articulação de tais movimentos.

Nesse período não eram as ONGs, mas os movimentos sociais que lutavam contra uma ditadura, contra mecanismos de opressão e exploração, os que se articulavam em torno de interesses específicos como alimentação para creches, cooperativas de consumo, iluminação, saneamento, direitos da mulher, da criança e do adolescente, etc. As ONGs aqui tinham como missão tanto contribuir para a melhor organização interna como para a articulação entre os movimentos sociais, além de transferir para estes os recursos captados de organismos estrangeiros (MONTAÑO, 2002: 270-271).

Essas organizações priorizavam a ajuda às organizações e movimentos sociais, com o intuito de *consolidarem a democracia*. É neste contexto que os centros de assessoria a movimentos sociais e populares na década de 1970, encontram nessas ONGs/agências internacionais uma fonte de financiamento para suas atividades: focada na *politização, conscientização; formação política*.

Entre os últimos anos da década de 70 e o final dos anos 80 o Brasil conheceu um ascenso das lutas populares, a resistência à ditadura militar, a luta pela anistia, por liberdades democráticas e pela Constituinte, o movimento contra a carestia, as grandes greves do ABC paulista, as mobilizações pelas diretas já, a luta para garantir vários

¹¹ Corresponde a toda uma rede de bancos (por exemplo, o BIRD) e organizações não governamentais (igrejas, instituições, associações, dentre outras) que investem em projetos sociais nos países de capitalismo periférico.

direitos democráticos e sociais novos na Constituição de 1988 e a campanha da Frente Brasil Popular.

Enfim, os países latino-americanos voltaram ao regime democrático após duas décadas de ditadura militar e repressão aos movimentos sociais e a sociedade civil voltou a organizar-se e a manifestar-se. A partir da redemocratização, essas organizações assumiram a tarefa de organizar, mobilizar e formar os movimentos e lideranças sociais, trabalhando na rearticulação da sociedade civil brasileira. Passaram a dialogar com agências de cooperação internacional, romper com a visão de que estavam a serviço dos movimentos sociais, e ampliar relações com governos e agências de cooperação.

As organizações começam a se espalhar pelo Brasil “criando um enraizamento social e assumindo a terminologia ‘ONG’ com significado específico, que as diferencia das demais organizações da sociedade civil” (Cadernos ABONG, 2005:8), apoiando organizações populares, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social. Alguns fatores favoreceram a multiplicação dessas organizações. Pode-se destacar o processo de redemocratização, que permitiu que inúmeras saíssem da ilegalidade, já que se caracterizavam como oposição ao governo militar; e a não resolução do problema de desigualdade social, que acabou por abrir um enorme campo de atuação para organizações com foco na parcela mais carente da população.

Quando se começou a usar o termo ONG para identificar estas instituições, nos meados dos anos 80, surgiram questionamentos ao nome e recusas de alguns, que reafirmavam sua identidade como agentes a serviço do movimento popular, mas o nome ONG foi se institucionalizando e ganhando um perfil próprio, que apresentava um novo fazer político. Paralelamente a este processo de consolidação institucional e expansão

quantitativa, desencadeia-se um significativo processo de revisão da auto-imagem, identidade e razão de ser destas organizações. Assim, a década de 80 é marcada pela interação entre dois fenômenos: um processo gradual de diferenciação entre ONGs e setores populares, com a conseqüente afirmação de um sentido próprio de identidade deste conjunto de organizações, e a experimentação de padrões de relacionamento mais flexíveis, de conflito e colaboração, entre ONGs e órgãos públicos.

2.2 A REDEMOCRATIZAÇÃO

Em 1985, depois de 21 anos, o Brasil tinha novamente um governante civil. Os movimentos sociais estavam conseguindo a redemocratização do país e o restabelecimento dos direitos civis. O período da redemocratização, iniciado com a chamada Nova República, foi impulsionado pela campanha das Diretas-Já, feita em 1984. O Brasil inaugurava uma nova fase nas agendas política e social. Uma característica desse período foi o crescimento do número de organizações não-governamentais. Os pequenos partidos políticos, com a garantia da pluralidade ideológica, também foram favorecidos. A Nova República tinha dois objetivos políticos a curto prazo: primeiro, o de revogar as leis que vinham do regime militar, chamadas pelo então senador Fernando Henrique Cardoso de “entulho autoritário”; o segundo objetivo, consistia na eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte para a elaboração de uma Constituição que restabelecesse o Estado de Direito.

A promulgação da Constituição de 1988, chamada de constituição cidadã devido ao seu forte conteúdo social, se faz em um momento conjuntural altamente desfavorável à sua efetivação. No plano internacional, os anos oitenta presenciavam um ostensivo ataque às estruturas do *Welfare State* europeu, com a implantação de práticas neoliberais e a paulatina transferência aos setores privados, da chamada questão social.

Aqui, onde apenas havíamos conhecido as práticas populistas e desenvolvimentistas de Estado, a Constituição representava a tentativa de construção de um Estado responsável pela questão social e de um novo paradigma das relações existentes entre Estado e sociedade civil. Com a revitalização dessa esfera e a democratização formal do Estado, coroada com a Constituição, emerge a necessidade de se pensar em uma atuação que envolva tanto o ente estatal quanto a sociedade civil, visando o aprofundamento democrático de ambos.

2.2.1 A Constituição

Os momentos de transição e mudanças mais significativos da sociedade são marcados pela disputa acerca de projetos e perspectivas sobre aquilo que virá. O *novo* torna-se objeto de contestação e enfrentamento pelos grupos que desejam obstruí-lo, sofrendo paralelamente a pressão do velho, que insiste em permanecer e que procura manter de todas as formas sua influência. Os anos que testemunharam o processo de redemocratização do Brasil e que antecederam a Assembléia Constituinte trazem marcas da dialética velho/novo, conservação/ superação.

A Constituinte passou a ser vista como uma oportunidade por todos os setores da sociedade de imprimirem suas concepções e visões de mundo, definindo os rumos a nação assumiria a partir de então. Motivados pela mobilização da sociedade civil e pelo surgimento de novos movimentos sociais, a esquerda vislumbrava na Constituinte a possibilidade de uma espécie de *refundação* do país, ao passo que a direita desejava, se não a permanência total das coisas, ao menos o mínimo de mudanças possíveis, que implicassem na conservação do *status quo* sob uma roupagem mais moderna. Finda esta

etapa, a Constituição de 1988 passará a ser o principal instrumento de disputa das forças políticas na conjuntura política que se seguirá após a redemocratização.

No final dos anos 1970, começo dos 1980, a democratização chega com a Anistia, com o fim do AI-5 e de outros atos. Mas só em 1986 houve a convocação de uma Assembléia Constituinte. Entretanto, o processo que se inaugura desde a eleição dos parlamentares, em 1986, e que se desenvolve nos trabalhos da Constituinte, entre 1987 até 5 de outubro de 1988, foi muito importante na história política, social e cultural do Brasil, com muitas manifestações, participação da sociedade em todos os níveis, empresários, trabalhadores, mulheres, jovens, minorias.

A Constituição gerada nesse processo foi batizada por Ulisses Guimarães de “Constituição Cidadã”, uma Carta que de fato expressa conquistas avançadas. A nova Constituição ampliou e fortaleceu a garantia de direitos individuais e liberdades públicas. A Carta de 88 avançou no sentido de garantir diversos direitos aos trabalhadores, como a proteção contra a demissão arbitrária, o seguro desemprego (principal foco de oposição do empresariado durante a Constituinte), a participação dos empregados nos lucros, a redução da jornada de trabalho para 44 horas, a proibição da redução do trabalho em turnos ininterruptos superiores a seis horas, a elevação da compensação por horas extras trabalhadas, a criação do adicional de 1/3 do salário para as férias anuais, a instituição da licença-paternidade, a garantia de proteção aos dirigentes sindicais, a ampliação do direito de greve, a garantia da presença de representantes dos trabalhadores nas empresas com mais de 200 empregados, entre outros (DELGADO, 2002).

Entre as garantias Constitucionais destacam-se ainda a criação do sistema único de saúde (SUS); prioridade ao ensino fundamental; benefício de um salário mínimo a idosos e deficiente; instituição do direito a proteção da família, da maternidade, da

infância, da adolescência e da velhice; equiparação dos direitos entre urbano e rural e ampliação do conceito de seguridade social – previdência, saúde e assistência (COUTO, 2004). A eles devem ser acrescidos os direitos civis como o de liberdade de expressão, o direito de ir e vir, de associação entre outros. Por sua vez quanto aos direitos políticos, por exemplo, é assegurada a soberania popular através do sufrágio universal e assegurado a livre criação de partidos políticos.

A engenharia constitucional brasileira foi marcada por esforços para legitimar o retorno à democracia mediante a promulgação de uma Constituição aberta à participação popular e societal. O processo constituinte não se caracterizou pela ruptura com os partícipes do antigo regime, mas sim pela aceitação de novos e velhos atores, visando à legitimação da nova ordem democrática e assegurar a continuidade da mesma. Essas características ampliaram o número de atores no processo decisório, fragmentando o poder, sem desintegrar, contudo, as velhas coalizões políticas. O processo constituinte foi marcado por novidades como uma intensa e influente participação da sociedade civil e pela ausência de um bloco hegemônico. Daí o caráter abrangente e detalhista do texto constitucional. Mas foi esse aspecto “contraditório” do texto o que permitiu que fosse reivindicado pelos mais diferentes grupos e movimentos e foi isso que construiu sua legitimidade.

2.2.2 *Fragmentação dos movimentos sociais*

O contexto histórico das décadas de 1960-80 é apontado por alguns autores como o período de transição das lutas sociais catalisadas pelo movimento operário, que tinha por base reivindicações predominantemente sócio-econômicas, para a fragmentação ou difusão desse princípio reivindicativo sob novas formas de ação ou reivindicação coletivas. Alguns autores trabalham com o conceito de *novos movimentos sociais* para

definir essa transição. Tal caracterização configurou-se como a emergência de ações coletivas e lutas sociais diversificadas em torno de temas como identidade e diferença, sobretudo, nas camadas populares (SILVA, 2005). Tal configuração comporta uma diversidade de apreensões conceituais que abarca desde o surgimento de “comunidades reivindicantes” (DOIMO, 1995) no espaço urbano, à fragmentação dos movimentos sociais em formas de organização sociopolíticas e culturais específicas (as ONGs), na sociedade civil (GOHN, 1997, 2000), aos movimentos pela universalização da cidadania (TELLES, 2001), até os movimentos estudantis, feministas, por direitos civis, ecológicos, étnicos, entre outros (MELUCCI, 2001).

Tais autores apontam para a transição dos movimentos sociais centrados no caráter de filiação a um projeto sociopolítico de transformação estrutural da sociedade capitalista, e em ações e mediações orientadas por tal teleologia, para movimentos de ação direta, orientados pela experiência dos sujeitos. E ainda indicam a transição de um princípio universal de reivindicação redistributivista, centrado nas relações capital x trabalho, que afeta diretamente as relações de produção da sociedade capitalista, para uma esfera plural de sentidos e princípios reivindicativos situados fora das relações de produção da sociedade capitalista.

O período compreendido entre 1979 e 1989 foi muito rico para os movimentos sociais que produziu muitas lideranças, avanços orgânicos e conquistas sociais, inclusive na constituição. Destacamos neste período a atuação do movimento operário do ABC paulista, com as grandes greves de 1978 a 80, o retorno de diversos militantes de esquerda do exílio, com a Anistia, em 1979, a ascensão do movimento de base da Igreja Católica, inspirado na Teologia da Libertação, a organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984.

A década de 80 foi expressiva em movimentações em prol da democratização do país com significativas ações empreendidas pelos movimentos sociais. Em contrapartida, é a partir daí que ocorre a intensificação de financiamentos das agências internacionais européias ou norte-americanas e multilaterais como o Banco Mundial (BM) para ONGs, iniciativa que configura uma estratégia para a desmobilização das ações dos movimentos sociais contra o neoliberalismo (MONTAÑO 2002). Conforme evidencia Petras, “á medida que cresceu a oposição ao neoliberalismo, no início dos anos 80, os governos europeus e norteamericanos, juntamente com Banco Mundial, aumentaram a destinação de verbas para as ONGs” (PETRAS apud. MONTAÑO, 2002: 272). Assim, cumpre refletir sobre os impactos nocivos do capital neoliberal a esses agentes da sociedade civil, que tiveram grande contribuição no apoio aos movimentos sociais em seus embates populares contra um Estado autoritário, na luta social pela democratização do país e o impacto dessa lógica no papel que as ONGs vêm desempenhando a partir da década de 90.

Vale salientar, como elemento importante desse contexto, que há uma alteração no processo de luta e resistência da classe trabalhadora, a partir de 1980/1990, resultado das metamorfoses no mundo do trabalho. As condições objetivas e subjetivas do trabalho (ANTUNES, 1995) fragilizam os trabalhadores, dificultando sua organização política (sindicatos, movimentos sociais e outros), a resistência e a análise crítica dos processos sociais em curso. Tudo isso contribui para o processo de desarticulação dos movimentos sociais, promovendo perda de espaço político diante do cenário de reestruturação capitalista.

2.2.3 Assumindo identidade própria

Com o fim do Regime Militar, à volta dos exilados políticos e as mudanças sociais profundas de uma sociedade envolta em crises, apresentaram no campo das organizações uma série de conseqüências, tais como o aumento significativo do número das instituições que se denominavam *no campo da luta por melhores condições de vida e por acesso à cidadania; transformações nas relações com o Estado e com os movimentos sociais e; alterações nas temáticas e prioridades sociais de seus trabalhos*. Esse processo de redemocratização implicou na forma dos brasileiros se relacionarem com questões relativas à cidadania¹² e ao exercício de seus direitos. A crise do Socialismo real coloca em questão a proposta da esquerda e grande parte das lutas sociais perde o caráter classista.

Com a passagem dos governos militares e a consolidação democrática do país, expressa através da pluralidade partidária, da formação dos sindicatos e do fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e rurais, abriu-se espaço para uma atuação mais efetiva das organizações não governamentais, cujo número elevou-se rapidamente em face do crescimento das dificuldades sócio-econômicas experimentadas pelo Brasil. A partir do processo de abertura política, as ONGs se viram num impasse, já que muitas delas serviam de apoio, ou mesmo sustentação formal, para a continuidade da ação política durante a ditadura militar. Começa então a abertura de caminhos para a afirmação de sua identidade. As lutas democráticas e o processo constituinte desafiaram os atores sociais a se posicionarem e a apresentarem suas propostas. As ONGs passam a falar em nome próprio, e não apenas como assessoras

¹² Segundo GOHN (2005): “A questão da cidadania já estava posta nos anos 80, tanto nas lutas pela redemocratização, como nas lutas populares por melhorias na qualidade de vida urbana, quando a cidadania ganha novo contorno como cidadania coletiva, e extrapola a demanda pelos direitos civis para incluir outros direitos como os direitos sociais básicos, elementares,... contidos nas demandas por casa, abrigo e comida e como os direitos sociais modernos, relativos a condições de trabalho, educação, saúde, etc”.

dos movimentos sociais.

Com o final da década de 70 e início da de 80, dois fatores marcaram o trabalho das ONGs. Um deles foi o crescimento de trabalhos sociais no âmbito da sociedade civil, para além das pastorais da igreja católica. Esses novos espaços, muitas vezes produzidos como decorrência da própria atuação das pastorais, ao se tornar independentes de sua influência original, mostravam uma nova complexidade dos atores sociais brasileiros. Eram os movimentos de bairros, as associações de moradores e organizações populares; os movimentos sindicais que se constituíam à margem do movimento sindical oficial; os movimentos de mulheres e o movimento negro; os movimentos autônomos de luta por moradia, terra e trabalho. Os novos movimentos sociais e populares davam uma nova conformação à sociedade civil.

Tanto a origem quanto os objetivos e as trajetórias destas organizações passaram a ser mais diversificados, seguindo a fragmentação e a pluralidade características dos movimentos sociais então contemporâneos. Cabe destacar, nessa época, a aprovação da nova Constituição (1988), no âmbito de um amplo processo de mobilização social, que, dentre outros, introduziu novos direitos socioeconômicos (especialmente na área trabalhista), a expansão dos direitos de cidadania política e o estabelecimento dos princípios da descentralização na promoção das políticas sociais. Estes fatos criaram novas Inicia-se uma outra forma de participação (final dos anos 80 em diante) que leva esses movimentos a se relacionarem mais diretamente com as agências públicas. Momento em que os conselhos de participação foram criados, desde o conselho da mulher até o conselho do negro, de habitação, de saúde, conselho da criança criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Percebe-se, então, a formação de um contexto que pode ser considerado como incentivador para a atuação das ONG's na área social junto ao Estado. Cabe ressaltar que há diferentes justificativas para as parcerias

entre esses dois atores. Segundo Montañó (2002), seria a utilização, por parte das ONG's, de financiamento do Estado como forma de complementação de recursos, visto que já se percebia uma redução dos recursos advindos de agências internacionais de cooperação internacional.

A bandeira do restabelecimento do regime democrático, que unia os mais diversos segmentos da sociedade, deixou de existir ao mesmo tempo em que o bolo, que cresceu durante anos e não foi repartido. A aparente homogeneidade da sociedade civil durante os anos de chumbo explodiu em uma onda de movimentos de natureza reivindicatória que estavam contidos pela truculência do regime. Movimentos pela saúde – inclusive em relação a AIDS¹³, educação, habitação etc. passaram a exigir do Estado, no início, ações muito pontuais como uma creche ou uma escola, mas aos poucos passaram também a discutir as políticas públicas para essas áreas e a formular propostas de atuação.

Até os anos 1980 assistiu-se no Brasil a um processo de lenta e permanente expansão das políticas sociais, que foram deixando de ser privilégio dos trabalhadores do setor formal para abranger setores mais amplos da população. Com a Constituição de 1988 esse movimento foi aprofundado e os direitos de cidadania passaram a ser, ao menos do ponto de vista legal, universais (DRAIBE, 1988). Na expectativa de viabilizar este preceito legal foram determinados percentuais mais elevados do orçamento federal a serem destinados ao gasto social, bem como a descentralização dessas políticas e a criação de mecanismos para a participação da sociedade civil na sua formulação, gestão

¹³ Entre 1985 e 1989, foram criadas três organizações não governamentais com atuação na área de DST/AIDS: Gapa, Abia e Pela Vidda. A multiplicação de organizações baseadas nesses três grandes tipos (de apoio e de *advocacy*; de pressão política e de pesquisa aplicada; e de pessoas vivendo com Aids), ocorreu, nos anos seguintes, em escala extraordinária. É necessário, ainda, assinalar dois aspectos relacionados à construção de respostas à Aids no Brasil nos quais a presença das ONGs foi afetada ou teve importante papel: o financiamento do Banco Mundial dispensado ao governo brasileiro, em 1992/1993, e a concessão de acesso gratuito e universal, na rede pública da saúde, aos medicamentos anti-retrovirais, em 1996.

e fiscalização. A regulamentação da Constituição ocorreu, sobretudo, no início da década de 1990, promovendo importantes mudanças no perfil dos gastos sociais e na distribuição dos recursos entre o governo federal, os estados e os municípios. Houve também uma ampla institucionalização dos canais de participação da sociedade civil nas políticas sociais através dos conselhos de gestão.

O processo de descentralização de poderes, competências e recursos da Administração federal para os níveis estadual e municipal, bem como a abertura de canais de interação¹⁴ entre Estado e sociedade, iniciado com as eleições diretas para os governos estaduais e municipais e reforçado com o advento da Nova República, recebe um decisivo impulso com a aprovação da Constituição de 1988. Com a CF88 um espaço é aberto para a participação das organizações da sociedade civil em organismos de discussão, elaboração e deliberação de políticas públicas. Surgem outras formas de organização popular, como os fóruns, a exemplo do Fórum Nacional pela Reforma Urbana. Os movimentos também passam a se envolver mais na elaboração e na participação em políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, como os conselhos e conferências – destacadamente na área de saúde. Dentro do novo espaço criado pela Constituição, paulatinamente estruturam-se, nos níveis federal, estadual e municipal, Conselhos de Defesa dos Direitos da Mulher, de Defesa da Criança e do Adolescente, das Populações Negras, das Pessoas Portadoras de Deficiências, da Saúde, etc.

Observamos já neste período histórico o começo de um processo que se acentuará na década de 90. O campo das ONGs se mostra um universo cada vez mais amplo e diversificado que cresce em número; questões; origem; níveis de atividade; tipo

¹⁴ Em 1985, o Ministério da Justiça toma a iniciativa de convocar ONGs de todo o país para apresentar projetos na área da educação para os direitos humanos e o combate à violência. O recém-criado Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres também assina convênios com organizações não-governamentais para a execução de programas nas áreas de saúde e direitos reprodutivos, combate à violência doméstica e à discriminação no trabalho.

de financiamento; tamanho; ideologias; localização; tipo de atividade. Percebe-se a proliferação de instituições que desenvolviam trabalhos voltados para novas temáticas: meio ambiente, crianças e adolescentes, discriminação de minorias étnicas e sexuais, entre outras. A questão sindical e da organização dos movimentos populares de bairros ganham novos contornos com a livre organização dos sindicatos e a maior expressividade do movimento de bairro. Por sua vez, as ONGs vão aos poucos abandonando estes temas, principalmente o trabalho com os movimentos sindicais, devido a uma nova conjuntura mais propícia às reivindicações sociais e a formação de sindicatos livres e de associação de moradores, fundando novos espaços de atuação.

2.3 DÉCADA DE 90: A ERA DAS PARCERIAS

Nos anos 90 o cenário apresenta novos elementos, colocando em xeque o horizonte revolucionário e a proposta política das lutas das décadas anteriores, entramos na era do pensamento único e da despolitização. É neste momento que as ONGs conquistam um protagonismo no espaço público em relação às entidades tradicionais, cuja importância na construção do mesmo é inegável. De acordo com Silva (2003), o novo cenário político e econômico desenhado na década de 1990 não foi muito favorável aos movimentos popular e sindical. Em geral, houve um declínio das greves e manifestações populares em relação ao período anterior, exceção feita ao movimento do “Fora Collor!”. Com efeito, atores tidos como pilares da ação social emancipadora no curso dos anos 1980 tornaram-se *persona non grata* na lista dos atores representativos da sociedade civil no decênio seguinte — tal o caso do movimento sindical e dos atores eclesiais.

No contexto brasileiro, a crise econômica e os novos processos de produção colocaram muitos trabalhadores nas estatísticas do desemprego, jogando-os no mercado

informal como opção de sobrevivência ou como parte da estratégia geral da reestruturação do capital, por meio da qual se estabeleceu uma simbiose entre as faces formal e informal da economia.

Com o aumento dos problemas sociais, ocasionados pelas próprias políticas de ajuste adotadas no período, os sujeitos sociais passam a serem convocados pelo Estado para enfrentar a crise que se agrava com o aprofundamento da pobreza, violência e exclusão social. Da militância e da luta dos períodos anteriores, passa-se para a busca do consenso, com *parceiras e alianças em nome da garantia das condições de governabilidade*.

2.3.1 A implantação do projeto neoliberal

A década de 90 foi inaugurada sob a égide da globalização financeira, os países em escala mundial foram invadidos por uma onda do capital financeiro internacional especulativo, que exigiram, de início, a desregulamentação financeira por parte dos governos apregoando o neoliberalismo como discurso. Essa imposição do mercado teve a ver com o pensamento hegemônico conservador, resistente ao keynesianismo¹⁵, vencedor dos debates acadêmicos ao longo dos anos setenta. Essa nova hegemonia acadêmica foi convergente ao culpar o Estado Desenvolvimentista pela estagflação¹⁶ dos anos setenta, sinalizando que foram os gastos públicos e, em particular, os gastos sociais os grandes culpados pela crise.(Fiori, 1997).

O que Fiori (1997) expõe é que por trás destas medidas liberalizantes, cujo cerne

¹⁵ John Maynard Keynes pregava a necessidade da intervenção e da regulação do Estado na economia com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. Propõe uma abordagem das questões políticas, sociais e econômicas do capitalismo avançado, validando um Estado que assume o papel de liderança na promoção do crescimento e do bem-estar material e na regulação da sociedade civil.

¹⁶ O termo estagflação descreve uma situação de uma combinação entre crescimento econômico lento e alto nível de desemprego (estagnação) e altas de preços (inflação).

são as medidas clássicas liberais, foi a retomada por parte dos Estados Unidos da hegemonia mundial. Seu discurso e suas ações foram bastante convincentes, havendo poucos discordantes na América Latina sobre o pensamento hegemônico que culpou os excessos estatais pela crise dos anos oitenta. Os diagnósticos apontados por forças conservadoras indicavam a necessidade de um enquadramento nas relações de trabalho e das nações periféricas. Inaugurou-se assim o discurso para o processo de desregulamentação financeira e flexibilização das relações trabalhistas.

Durante a década de 90, verificamos ser evidente que houve uma candente mudança na natureza da política econômica pública, a ênfase deste período passou a ser obstinadamente uma busca pela estabilização monetária, contas públicas e balanço de pagamento equilibrados. A adoção destas políticas econômicas foi imposta pelos organismos multilaterais financiadores (FMI e Banco Mundial) que exigiram, entre outras coisas, disciplina fiscal, abertura ao investimento direto estrangeiro, liberalização financeira e comercial, privatizações e desregulamentação da economia, dentro de um receituário abertamente neoliberal.

Como sugere Anderson (1999), se o projeto neoliberal surgiu como terapia para animar o crescimento econômico capitalista, para frear a inflação, obter deflação como condição de recuperação de lucros, fez crescer o desemprego e a desigualdade social. Não consegue atingir os fins econômicos para os quais surgiu, ou seja, alavancar a produção e ampliar as taxas de crescimento econômico, ainda que seja vitorioso no plano político-ideológico.

Ao apostar no mercado como a grande esfera reguladora das relações econômicas, cabe aos indivíduos a responsabilidade de “se virarem” no mercado. Todo esse ideário, que envolve a canalização do fundo público para interesses privados, cai como uma luva na sociedade brasileira, que, como afirma Chauí (1995), é uma

sociedade marcada pelos coronelismos, populismos, por formas políticas de apropriação da esfera pública em função de interesses particularistas dos grupos no poder. O discurso neoliberal tem a espantosa façanha de atribuir título de modernidade ao que há de mais conservador e atrasado na sociedade brasileira: fazer do interesse privado a medida de todas as coisas, obstruindo a esfera pública e a dimensão ética da vida social pela recusa das responsabilidades e obrigações sociais do Estado (CHAUI, 1995), o que tem amplas repercussões na luta por direitos.

Vale reiterar que o projeto neoliberal subordina os direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica. Observa-se uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos. São as definições orçamentárias que se tornam parâmetros para a implementação dos direitos sociais implicados na seguridade, justificando as prioridades governamentais.

A implantação do projeto neoliberal, não obstante possuir características gerais, definidas *a priori* e fora dos contextos nacionais, como é o caso do Consenso de Washington, assumiu um perfil diferenciado tendo em vista as especificidades de cada país. No Brasil, o início das mudanças de adequação da lógica estatal e do mercado aos princípios do neoliberalismo coincide justamente com os primeiros anos de democracia e vigência do texto constitucional de 1988, que configurava inúmeros princípios e direitos, notadamente os direitos relativos à questão social, como seguridade e trabalho, por exemplo, típicos dos países do *Welfare*, de caráter bastante intervencionista. Coincide também com o governo do primeiro presidente eleito diretamente após duas décadas de ditadura militar. À liberalização política seguiu-se um rápido e intenso movimento de liberalização do mercado brasileiro, sob a alegação da necessidade vital de que se garantisse a inserção do Brasil no mercado internacional, mais ágil, dinâmico,

livre e, principalmente, globalizado.

Com esse discurso, tecido a fim de cobrir de justificativas as práticas em questão, o neoliberalismo brasileiro em sua fase inicial recorre aos “alardes terroristas” de que o país não teria lugar no painel internacional contemporâneo se não adotasse as práticas que transnacionalizasse o mercado e que moldasse o Estado para assumir o papel de condutor dessa “modernização globalizante”. Revela-se emblemática, para ilustrar essa questão, a ocasião em que o presidente Collor criticava os automóveis utilizados pelos brasileiros, caracterizando-os como “carroças”. O país precisava se adaptar as práticas econômicas, gerenciais e de consumo que o mundo contemporâneo utilizava. Daí a necessidade da abertura comercial e financeira do país.

Essa movimentação ocorria em um contexto econômico de inflação galopante, e o plano de crescimento para o país envolvia a sua abertura para os investimentos estrangeiros (leia-se entrada de capital especulativo) e redefinição do modelo de Estado presente no país, remoldando-o às novas exigências e recomendações dos organismos internacionais. Dessa maneira, um importante alvo de mudanças, e o primeiro a sofrer grandes impactos de forma a conduzir o processo neoliberal, é o aparato estatal. No caso em questão, o aparelho do Estado previsto no texto de 1988, mais interventivo, é visto como incapaz de responder a esses novos parâmetros, tendo em vista seu caráter extremamente burocrático, maximizado e, principalmente, sua responsabilidade por inúmeras questões concernentes à questão social, visto como um imenso entrave a modernização e inserção do Brasil em um mundo globalizado, trazendo problemas que envolvem a questão da “governabilidade”¹⁷.

¹⁷ A discussão sobre as condições ideais de governabilidade e as estratégias a serem organizadas para evitar uma crise de legitimidade estatal constituem-se em um dos principais focos de análise dos documentos oficiais e recomendações proferidas por organismos internacionais como ONU, Banco Mundial e FMI para os países com aparelho estatal considerado excessivo. A possibilidade de crise fiscal e estatal passível de ser gerada por esse “gigantismo Estatal” é apontada por esses organismos como um

Fiori (1998:12) realiza uma síntese das diversas atividades colocadas em prática para atender às exigências do Consenso de Washington, para efetiva adoção do modelo neoliberal. Segundo ele, trata-se de um processo seqüencial, que envolve três fases: a primeira ligada à estabilização macroeconômica com prioridade para superávit primário, revisão das relações fiscais e reestruturação dos sistemas de previdência; a segunda consistiria na realização das chamadas reformas estruturais, a liberalização dos mercados e a privatização das empresas estatais; e finalmente a terceira fase, que consistiria na retomada do crescimento econômico e dos investimentos.

A implantação do modelo neoliberal no país ressalta a existência de um consenso acerca da necessidade do cumprimento dessas três fases, e para isso se fazia urgente pensar em uma reforma do ordenamento jurídico, uma vez que a Constituição de 1988 e seu amplo elenco de reivindicações traziam sérios problemas na medida em que geravam um excesso de demandas, prejudicando um dos elementos centrais para o neoliberalismo: a governabilidade.

A questão da governabilidade e a reiteração da necessidade das chamadas reformas estruturais são, segundo Fiori, os principais pontos utilizados para justificar o projeto neoliberal. Apoiados na idéia da crise fiscal do Estado e da ineficiência mostrada pelo mesmo na resolução e atendimento às demandas crescentes, esses dois elementos são interpretados de maneira diferente, de acordo com a conjuntura política em questão, para a definição de parâmetros para a gestão governamental. Ainda segundo o autor, no contexto dos anos noventa, a construção dessas bases é realizada principalmente pelo Banco Mundial, que elenca em seus documentos e recomendações, um detalhamento “*do que seria um governo pequeno, bom e, sobretudo, confiável do ponto de vista internacional*” (FIORI, 1998:38).

grande entrave à modernização e principalmente como abalo da confiança dos investidores internacionais na solidez do Estado.

Esse processo de “satanização” do Estado, tido como ingovernável, ineficiente, burocrático, pesado e, principalmente, dispendioso devido o inflacionamento das demandas sociais, é substituído por um novo modelo que privilegia a esfera privada, do mercado e das relações sociais (BORÓN, 2001). Trata-se de um Estado mínimo, subsidiário¹⁸ que parece (mas só parece) “retirar” sua ingerência nessas esferas, atuando somente em situações de interesse exclusivamente estatal.

Na lógica da teoria neoliberal, o enfrentamento das desigualdades, via intervenção do Estado, é considerado indesejável, pois o enorme custo incidirá diretamente sobre o lucro e também reforçará a tese de abandono do mundo produtivo, uma vez que os trabalhadores preferirão o benefício estatal ao trabalho [...] As políticas sociais retomam seu caráter liberal residual; a questão dos direitos volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado (COUTO, 2004, p.69-70).

Com base neste conjunto de idéias, é possível compreender a defesa realizada da desregulamentação de direitos, cortes dos gastos sociais e flexibilização do mercado de trabalho. Estas medidas são adotadas tendo a justificativa de enfrentar a crise do Estado e sua necessidade imperiosa diante da competitividade de um mercado globalizado a fim de possibilitar a geração de empregos e integração social.

A partir disto, o Estado se converte também em objeto de reforma (SANTOS, 1998), proliferando-se as privatizações e a sufocante política de ajuste fiscal, que onera ainda mais a grande massa de miseráveis e excluídos com os cortes da área social. Para reforçar e adequar o quadro político dos Estados a esse novo “estilo” são realizadas reformas nos mais diversos setores, do sistema de tributos à previdência, legitimando a flexibilização das relações de trabalho e a supressão de inúmeros direitos anteriormente

¹⁸ O princípio da subsidiariedade estabelece que o Estado deve se abster do exercício de atividades que possam ser exercidas por iniciativa e por meio de recursos particulares. Todavia, cabe ao estado fomentar, coordenar e fiscalizar a iniciativa privada para permitir o sucesso dos mesmos.

conquistados. Como analisa Borón (2001), o próprio vocábulo “reforma”, que tinha conotação positiva e progressista, transformou-se em um sinal involutivo e de esvaziamento das instituições democráticas. Santos (1998) também analisa a utilização do vocábulo “reforma”, e contrapondo este à idéia de revolução, afirma que o reformismo costumava ser um paradigma de transformação social exercido pelo Estado, explicativo de situações nas quais a sociedade se mostrava como a entidade problemática, o espaço a ser objeto de mudança. Todavia, salienta o autor que, no contexto político em questão, os Estados são “reformados” com uma paulatina substituição da preocupação com a reforma pela preocupação com a governabilidade.

2.3.2 A Reforma do Estado Brasileiro

Para a teoria neoliberal, não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado ou diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, portanto a lógica do mercado deve prevalecer, inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo.

A ofensiva neoliberal preconiza o Estado Mínimo, utilizando-se dos artifícios de dissolução de confrontos na esfera pública, diminuindo os gastos sociais determinados para a manutenção da reprodução social e mantendo apenas a manutenção da taxa de lucro do capital. As propostas advindas da direita relativas à diminuição do Estado, não incluem a sua retirada em questões referentes às pesquisas de tecnologia de ponta nem muito menos subsídios à produção. Esta tendência ocasiona três nocivos processos: o primeiro, a mercantilização das políticas sociais, com a substituição de sistemas públicos por privados em todos os campos, sobretudo na educação, saúde e previdência; o segundo, a retomada do assistencialismo na esfera social, deixando para a sociedade a

responsabilidade de solidarizar-se com a pobreza; e o terceiro, a despolitização da luta de classes.

O objetivo central dessa ofensiva do capital no mundo do trabalho e da produção, bem como dessa reconfiguração de seus mecanismos de manutenção da hegemonia, é a desregulamentação das relações de produção, a flexibilização do contrato de trabalho, a privatização das políticas sociais e a exaltação da lei do mercado como instrumento regulador da sociedade. E isso se expressa no âmbito do Estado da seguinte forma:

“Mais do que um Estado como articulação particular das classes em luta, com seu aparelho institucional próprio e capacidade real de soberania, ele se transforma, mais e mais, em simples esferas de influência de um capital que se internacionalizou. Este capital não (re)conhece mais as fronteiras nacionais. Pelo contrário, consegue, graças à articulação dos seus intelectuais, seus práticos e dirigentes, criar em todos os países um mesmo terreno de absoluta liberdade institucional. Este capital internacionalizado constrói e destrói políticas econômicas, sociais, de emprego, enfim, exerce sua cidadania sem limitações. Por isso é necessário que a reforma política do Estado se faça em todos os países (abstração jurídico-política) e em todas as partes. A destruição dos limites é sua condição máxima de existência”. (DIAS, 1996: 50)

O ápice do neoliberalismo ocorre durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, na mesma ocasião em que se verifica um enorme crescimento do campo das ONGs e das entidades do terceiro setor e em que assistimos nos noticiários o pulular de projetos sociais envolvendo educação, esporte, saúde, artes e outras questões, reforçando o coro da importância da participação da sociedade civil e exaltando sua eficiência frente a “falência” do Estado. Verifica-se também neste período a inserção no ordenamento jurídico do chamado marco legal do terceiro setor, destinado a “modernizar” a legislação pertinente e a desburocratizar as relações entre Estado e sociedade civil.

“A década de 1990 e o início do século XXI têm a situação social agravada pela globalização neoliberal, fundada na flexibilização produtiva, no privatismo, no individualismo e na reforma do Estado. A crise do Estado brasileiro é usada como argumento para a difusão de idéias antiestatismo e a favor das privatizações. Há uma crescente desobrigação do Estado em relação às políticas públicas, acompanhada de um desmonte do aparelho de Estado, de retrocessos nas várias políticas sociais, de substituição do conceito de universalização por focalização, o que significa a desconstrução de direitos sociais, e , por fim, da desqualificação das organizações de trabalhadores(as) e do movimento sindical e popular enquanto entidades legítimas de representação.” (ABONG. 2005)

A política adotada pelo governo FHC de transferência de alguns serviços, públicos, como: saúde, educação, proteção ao meio ambiente, e outros, por exemplo - antes administrados somente pelo Estado – para grupos privados, consolida a nova função de ‘gerente’ exercida pelo próprio Estado. A partir dessa Reforma, o Estado passou a delegar tarefas - antes de sua competência - às associações civis, isentando-se da oferta de tais serviços, consolidando então, a era do *Estado mínimo*. Para FRIGOTTO (1995), *“Na realidade, a idéia de Estado mínimo significa o Estado máximo a serviço dos interesses do capital”*. A reforma do Estado brasileiro, executada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, alicerçou o edifício propugnado pelas agências multilaterais (Banco Mundial e FMI), ou seja, a nova estrutura do Estado brasileiro respondeu adequadamente às expectativas das agências ao realizar a primeira geração de reformas, especialmente, pela redefinição das funções do Estado e do que lhe é atividade exclusiva.

Foi criado, em 1995, o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), com o objetivo de realizar uma ampla reforma no aparelho estatal brasileiro. O documento que orientou às práticas reformistas, o Plano Diretor da Reforma do Estado (BRASIL, 1995) confirma, com base nos pressupostos neoliberais, que a intensa burocratização do Estado brasileiro, seus gastos exorbitantes e sua ineficiência são as causas primordiais da crise de governabilidade no Brasil. Esta crise do Estado seria

derivada do modelo de desenvolvimento dos governos anteriores, causando crise fiscal e deteriorização dos serviços públicos. Para que a capacidade de governar fosse recuperada, uma redefinição nas atividades a serem desempenhadas pelo estado se revelava de extrema urgência.

Luiz Carlos Bresser Pereira, ministro do MARE, confirma o movimento de redefinição do papel do Estado como uma unanimidade na década de noventa. Para ele, e de acordo com o exposto no Plano Diretor, esse processo de burocratização intensa do Estado, de agigantamento, de desvio de suas funções precípua, foi agravado ainda mais com o advento da Constituição de 1988, devido a um total engessamento do aparelho estatal, da rigidez das regras e, principalmente, por tratar de um Estado interventor, atuante no enfrentamento da questão social, elencando e garantindo inúmeros privilégios (BRASIL, 1995). Nessa perspectiva, a retomada do crescimento econômico exigiria movimentos coordenados simultaneamente pelo Estado e pelo mercado, a começar pelo ajuste fiscal e a reforma do próprio aparato estatal. Bresser sustenta que o Estado deve ser pequeno e forte para assumir um novo papel estratégico na promoção do desenvolvimento, distinto daquele preconizado pelo modelo *keynesiano*.

O objetivo da reforma, segundo Bresser Pereira, é redefinir o Estado de forma que o mesmo só atue nas funções que não são próprias, eliminando seus excessos e tornando a sua gestão não regida por processos, mas por resultados, a partir de um modelo gerencial de administração. Assim, torna-se o Estado mais eficiente, deixando de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela produção de bens e serviços, passando a atuar como regulador e fomentador desses serviços. Para a concretização desse novo Estado gerencial, revelou-se necessário:

“(...) transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí a generalização dos processos de privatização das empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientamos outro processo tão

importante quanto, e que, no entanto não está tão claro: a descentralização para o setor público não-estatal de execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços da educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos esse processo de publicização” (BRASIL, 1995:12-13).

Essa visão reduz o cidadão à condição de consumidor e as organizações sociais à condição de prestadoras de serviços públicos, abstraindo totalmente as questões ético-políticas implicadas no conceito de esfera pública democrática, tais como os requisitos de transparência e de participação da sociedade civil nos processos de deliberação do objeto de interesse público, na formulação das diretrizes das políticas governamentais, no controle sobre a quantidade e qualidade dos serviços públicos prestados, etc., requisitos estes que conformam as bases da legitimidade da ação estatal.

O modelo gerencial adotado significa a importação da lógica privatista e empresarial orientada para maximização de resultados da máquina estatal, de forma a conferir a mesma mais agilidade, economicidade e eficiência próprias do mercado. Na esteira da lógica empresarial, a cidadania abarca agora uma série de “serviços sociais”, e o cidadão se converte no “cliente privilegiado” dos serviços do Estado. Como consequência, temos um completo realinhamento das fronteiras entre o público e o privado, com a exaltação da esfera privada e o ataque frontal ao público na esfera econômica, vez que as privatizações são um elemento central na ideologia neoliberal (HARDT e NEGRI, 2005). Além disso, como bem coloca Borón (2001:9) o triunfo do neoliberalismo tem como efeito recrudescente das desigualdades a “*mercantilização dos direitos e prerrogativas conquistadas pelas classes populares ao longo de mais de um século de luta, convertidos agora em bens e serviços adquiridos no mercado*”.

Como resultado deste processo de reforma do estado brasileiro a partir da adoção dos preceitos neoliberais, há um desencadeamento de um forte movimento de regressão dos direitos e das políticas públicas. Segundo Iamamoto (2007) o resultado desse processo tem sido o agravamento das desigualdades sociais e o crescimento de

enormes segmentos populacionais excluídos do *círculo da civilização*, isto é, dos mercados, uma vez que não conseguem transformar suas necessidades sociais em demandas monetárias. As alternativas que se lhes restam são a violência e a solidariedade.

São inúmeras as análises existentes sobre os processos de mundialização da economia e sua financeirização na generalização das relações mercantis para todas as esferas da vida social, produzindo redefinições profundas nas manifestações da *questão social*, nas formas de sociabilidade, nas relações entre economia, política e mercado, determinando novas e complexas configurações nos âmbitos do Estado e da sociedade civil. Francisco de Oliveira (2004), referindo-se à financeirização e mundialização do capitalismo e à violência do capital que não se deixa institucionalizar, aponta nosso próprio aprisionamento pela agenda neoliberal. Para ele, o campo da política foi modificado e as classes foram excluídas da política. Vivemos, assim, uma *era de indeterminação*, para quem a metamorfose do capital produtivo em capital financeiro busca retirar o conflito da agenda.

O agravamento da *questão social* é produto desse amplo processo e indissociável da responsabilidade pública dos governos de garantir trânsito livre para o capital especulativo, transferindo lucros e salários do âmbito da produção para a esfera da valorização financeira. Para Iamamoto (2007), a "mundialização unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que tendem a ser tratados pelos intelectuais de forma isolada e autônoma: a 'reforma' do Estado, a reestruturação produtiva, a 'questão social' e a ideologia neoliberal e concepções pós-modernas".

Neste cenário, o recuo do Estado no financiamento e na oferta de serviços sociais gerou um deslocamento da fronteira entre o público e o privado que, sob o signo da parceria disseminou para o conjunto da sociedade responsabilidades que até então

eram interpretadas como tarefas dos governos, levando à multiplicação dos provedores não governamentais.

2.3.3 Um novo trato à questão social

O conceito de Terceiro Setor se expande a partir das décadas de 1980 e 1990, como alternativa que viria dar respostas que o Estado e o mercado não poderiam conceder. Para Montaña (2002) o termo é construído segundo um recorte liberal da realidade social em esferas: o Estado – Primeiro Setor, o Mercado – Segundo Setor e a Sociedade Civil – Terceiro Setor. Tal recorte isola e autonomiza cada uma das esferas, não apresentando uma visão de totalidade e relação entre o político, o social e o econômico. O autor explica melhor,

Supostamente, o “terceiro setor” teria vindo para “resolver” um problema de dicotomia entre público e privado. O público identificado sumariamente como o Estado e o privado considerado como o mercado – concepção claramente de inspiração liberal. Se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem o outro poderiam dar resposta às demandas sociais. O “terceiro setor” seria a articulação/intersecção materializada entre ambos os setores: o “público, porém privado”, a atividade pública desenvolvida pelo setor privado, e/ou a suposta superação da equiparação entre público e o Estado: o público não-estatal, e seria também o espaço “natural” para esta atividade social (MONTAÑO, 2002: 106).

Contudo, ainda segundo Montaña, o conceito de Terceiro Setor é confuso e não envolve acordo entre os pesquisadores e teóricos da temática, pois inclui tudo que não corresponde ao Estado e ao Mercado, ou seja, uma imensidão de sujeitos individuais e coletivos diversos. Na verdade, este “setor” da sociedade, que mescla diversos sujeitos com aparentes igualdades nas atividades, apresenta interesses, espaços e significados sociais diversos, contrários e até contraditórios, pois são espaços diferentes e não podem

ser agrupados num todo falsamente homogêneo.

Inseridas neste contexto do Terceiro Setor, como “ações da sociedade civil”, as ONGs se situam, interagem e revelam sintonia com esta perspectiva conceitual, viabilizando financeiramente suas intervenções através da palavra de maior sucesso na atualidade, propagada intensamente no Brasil, a parceria. Parceria, descentralização e solidariedade¹⁹ são eixos fundamentais do momento atual de reforma para a manutenção da ordem do capital.

É a partir dos fundamentos do projeto neoliberal que se intensifica, nos anos 1990, nos planos teórico e prático-político, uma conformação de sociedade civil com legalidade e institucionalidade próprias, supostamente situada entre o Estado e o mercado. Ao se caracterizar o Estado como ineficiente e ineficaz na prestação de serviços sociais públicos, elegeu-se a sociedade civil como um novo campo de possibilidades para a intervenção na área social. A alteração do compromisso do poder público, nesse contexto, envolve, além dos aspectos jurídicos e institucionais, os de natureza cultural e valorativa, na medida em que se apresenta intrinsecamente relacionado à rearticulação de novas ideologias na esfera da sociedade civil. A redefinição conservadora das relações entre Estado e sociedade civil suprime o espaço da política, da possibilidade de invenção e construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático. Ocorre, assim, um progressivo esvaziamento da sociedade civil, encarnada agora no terceiro setor, com fortes apelos no plano da subjetividade abstrata, em que valores como família, solidariedade, fraternidade e parceria ganham destaque.

O Estado assume, aqui, a função de mentor de uma estratégia governamental que

¹⁹ Em relação à categoria solidariedade é interessante para o capital descaracterizá-la na sua essência crítica, apropriando-se do termo a serviço dos seus interesses políticos e ideológicos. Segundo Petras (1999), a palavra solidariedade tem sido utilizada de forma tão indiscriminada que, em vários contextos, já perdeu o seu significado. Historicamente, a palavra tem relação com a solidariedade interna de classe; no caso particular da classe trabalhadora refere-se à união e à luta contra a exploração e a dominação.

visa a garantir institucionalidade às organizações não estatais, através da implementação de um projeto político pautado no pragmatismo das leis do mercado, que vai sendo legitimado pela sociedade. Os problemas sociais passam a ser tratados sem as mediações institucionais e políticas, com o objetivo de tornar o Estado mais eficiente, mas também menos atuante socialmente, menos participativo e menos democrático. Como tão bem expressa Barata (2000: 193), “não existe mais mediação: e assim não há mais lugar para uma luta de hegemonias contrastantes”, reafirmando-se a idéia corrente do pensamento único. Os interesses universais e de classe são substituídos por objetivos grupais e específicos, em reformas pontuais e lutas cotidianas da política localizada, esvaziando a perspectiva de avanço na totalização dos processos sociais. Aparentemente desencarnadas do Estado e centradas em questões particulares e localistas, tais lutas acabam por ceifar análises mais abrangentes relativas ao próprio sistema econômico e à totalidade social, de tal forma que a antecipação do ‘concreto’ é substituída pelo ‘meramente particular’. Na maioria das vezes são práticas que pouco interrogam, não desafiam e não modificam as orientações que hoje determinam as relações entre Estado e sociedade.

A nova forma de se relacionar com o Estado – distinto das décadas anteriores – é um ponto polêmico. Para Gohn (2005) a crítica mais usual é a de que as ONGs estão substituindo o Estado em muitas áreas do social e, com isso, corroborando para as mudanças preconizadas pelos neoliberais, de desativação do papel do Estado em áreas sociais. E isto decorre do novo papel assumido por muitas ONGs que passam a atuar exclusivamente nos projetos focalizados das políticas públicas e perdem ou passam para segundo plano, sua função e capacidade de contribuir para uma nova cultura política via intervenções no debate político, na opinião pública, de atuação no plano cultural e simbólico.

Observamos ainda neste período a entrada organizada do setor empresarial em programas e projetos sociais, especialmente através de suas fundações, representando a inserção da visão de mercado no terceiro setor e novas possibilidades de parcerias e de fontes de recursos para as instituições atuantes na área. O modo de atuação empresarial e também o novo marco legal para o setor reforçaram a tendência de modernização e de aumento da profissionalização para as instituições integrantes do setor, que passaram a investir na aquisição de atributos que confirmem melhorias de qualidade, transparência de ação e resultados, aumento da visibilidade e da credibilidade e identificação de novas estratégias de sustentabilidade e financiamentos.

A questão do financiamento ganha destaque na agenda das organizações, a partir de 90, já que as fontes de financiamento internacional sofrem mudanças de foco e diminuição de recursos. Uma série de fatores propiciou estas mudanças: uma realocação de recursos das agências (muitas delas não consideraram mais a região como prioritária para investir recursos) para os países do Leste Europeu e para o continente africano, além de problemas internos dos países da Comunidade Européia, notadamente o desemprego; houve também um enorme crescimento do número de ONG e de seus orçamentos, acarretando inevitavelmente numa disputa maior por recursos. A instabilidade institucional gerada por esta crise nos padrões tradicionais de financiamento de seus projetos obrigou as ONGs a buscarem outras opções. Além disso, as agências que antes eram tão generosas começam a exigir das organizações nacionais um perfil institucional menos militante e mais "profissional". Operando através de projetos, as ONGs passam a ser demandadas no que diz respeito à eficiência, como forma de garantir a sua 'sustentabilidade'. Justifica-se assim, um ritmo de trabalho que desemboca no cumprimento exaustivo de exigências que não deixam espaço para a reflexão.

As ONGs, sob a hegemonia na sociedade brasileira do projeto neoliberal, tornaram-se objetos de disputa. Durão (2003) aponta este, como um período de muita contradição entre discursos e práticas, de muita valorização retórica do papel da organização da sociedade civil e ainda mostra que isto foi utilizado de forma sistemática como uma arma retórica para a implantação do projeto neoliberal para o tipo de reforma do Estado que foi feita, para justificar o recuo do Estado com relação às suas responsabilidades, em relação ao desenvolvimento de políticas públicas de caráter universal. Nesse contexto, as propostas neoliberais em relação ao papel do Estado no âmbito da questão social, são reducionistas, esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção. Com isso, desestruturam-se políticas públicas e ganha força a defesa de alternativas privatistas, envolvendo a família, a comunidade e as organizações não governamentais.

As ONGs apontam respostas parciais (e geralmente funcionais ao processo de reestruturação do capital) às expressões da “questão social”, pois no seu espaço de intervenção, não conseguem cobrir grandes parcelas da população, atuando em “micro-espços” isolados sem garantir uma repercussão nacional. Diante disto, podemos afirmar que também constituem soluções paliativas e insuficientes em relação às expressões da “questão social”. Sua atuação por meio de projetos e parcerias limita o atendimento satisfatório e universal dos direitos sociais, pois atuam em determinado micro-espço, não apresentando repercussão mais ampla. É inegável que o avanço do ideário de uma sociedade solidária é colocado como alternativa face à limitada ação social do Estado no neoliberalismo. “Quer pelo papel de subsidiariedade que cabe ao Estado neste ideário, quer porque a lógica neoliberal confronta-se com o próprio pensamento igualitário na esfera pública” (YAZBEK, 1995:17). O reconhecimento dos

direitos sociais e de sua universalidade é substituído nesta ótica pelo dever moral de atender à pobreza.

3- O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Após a chamada onda longa expansiva²⁰, o sistema capitalista de produção atravessa uma crise que lhe forneceu suporte à implementação daquele que ficou conhecido como ideário neoliberal, cujas bases estão fincadas na retomada de princípios liberais, aplicados sob nova roupagem e com maior rigor. A natureza desse capitalismo contemporâneo mostra-se implacável. Sem espaço para acomodar as contradições com o Trabalho, o processo de valorização do capital assume um caráter particularmente violento e predatório, inaugurando uma época histórica marcada por forte instabilidade econômica, convulsões sociais e inevitáveis turbulências políticas.

As transformações ocorridas durante o processo de conformação desse atual estágio capitalista, e que serão abordadas no ponto seguinte, flexibilizaram relações e condições de trabalho, assim como heterogenizam a classe trabalhadora, além de reorganizar a produção num processo de descentralização, enxugamento e desterritorialização. Tal reordenamento produtivo propicia maior controle sobre a força de trabalho, que agora é produzido a partir do próprio consenso dos trabalhadores; cumprindo assim com outro grande objetivo da reestruturação capitalista diante da crise do sistema de produção, qual seja: o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora via fragmentação da organização sindical com implicações diretas no processo democrático.

²⁰ MANDEL, Ernest. *O capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

Podemos ainda mencionar o acelerado processo de globalização, ou melhor, de mundialização²¹ que vai além dos processos econômicos e alcança a política e a cultura, numa clara quebra de fronteiras geográficas. Estas transformações ultrapassam a base produtiva e chegam ao bojo das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil, numa relação dialética. Neste contexto redefinem-se as relações entre Estado, sociedade e economia, segundo direção apontada pelos organismos internacionais representantes dos interesses do capital no seu projeto hegemônico; algo que tem sérias implicações no que tange aos resultados das contradições inerentes à relação entre capital e trabalho.

Outro aspecto a ser tratado neste capítulo refere-se ao aspecto ideológico do sistema hegemônico. Pensando a ideologia como *falsa consciência*²², como mecanismo mistificador do real; e assim, tão necessária no processo da crescente divisão do trabalho, que instaura uma nova ordem. O movimento de desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista exige a criação de mecanismos de controle e dominação da classe trabalhadora; isto, que por sua vez encobre o capital como relação social, e o capitalismo como um determinado modo de produção. É essa ideologia - fiel escudeira da burguesia em seu processo de constituição enquanto classe e enquanto hegemônica dentro das relações sociais no modo de produção capitalista -, que constitui sólida base de sustentação da estratégia neoliberal de reestruturação capitalista. É no conteúdo deste discurso, que entendemos estar a retomada de princípios que enaltecem o mercado, e por isso devem recriar de forma mistificada o individualismo, a reificação, a sociedade do consumo, a concorrência, a fragmentação/setorialização da realidade social.

²¹ Chesnais (1996: 24;29) introduz o termo “mundialização” em detrimento ao de “globalização” porque considera que este último, bem como outros adjetivos atribuídos a ele, foram popularizados de forma que “cada qual pode empregá-lo exatamente no sentido que lhe for conveniente, dar-lhes o conteúdo ideológico que quiser”, além de introduzir com mais força a idéia e as dimensões incorporadas nesse processo, que não se refere somente às atividades dos grupos empresariais e aos fluxos comerciais, mas inclui também a globalização financeira.

²² Tendo aqui como referência a teoria marxiana.

Destacamos ainda que o reordenamento que se processa na esfera estatal vem determinando em larga medida uma retração quanto aos investimentos destinados principalmente à garantia dos direitos sociais. A nosso ver, isto desloca tal responsabilidade para o âmbito do mercado quando rentáveis, e, quando se trata daqueles que não são rentáveis, transfere como sendo responsabilidade da sociedade civil, incentivando práticas/ações caritativas e filantrópicas. Quando se trata daqueles que não se encontram em condições de consumir serviços sociais, destinam-se as ações pontuais, fragmentadas e precarizadas do Estado, ou para as ações filantrópicas e imediatistas de organizações não governamentais. Assim, acaba por instaurar níveis diferenciados de cidadãos e desqualificar a cidadania.

3.1 – A CRISE ESTRUTURAL

Marx, ao analisar a sociedade burguesa, teve como ponto central dessa análise, o capital, “o poder econômico onipotente da sociedade burguesa” (MARX apud MÉSZÁROS, 2002:702), o qual se constitui numa relação social – embora não seja uma simples relação, mas um processo... (MARX apud MÉSZÁROS, 2002:711) - que se reproduz, mediante a exploração do trabalho, através da extorsão da mais-valia, gerando uma riqueza contínua e incessante que deve ser ampliada sempre.

Como categoria econômica, o capital surge antes da formação do capitalismo e pode até mesmo sobreviver em formas pós-capitalistas. Na realidade, “o capital e a produção de mercadorias não só precedem, mas também necessariamente sobrevivem ao capitalismo” (MÉSZÁROS, 2002:1065). Na antiguidade, surgiram as primeiras formas históricas de capital: o capital usurário e o capital mercantil, bem como a produção de mercadorias, isso antes da era capitalista, pois para Marx, “embora os

primeiros traços esporádicos da produção capitalista já apareçam previamente nos séculos XIV e XV, em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI” (MARX *apud* MELLO:23).

Só a partir do momento em que há a predominância das relações mercantis, e do valor de troca sobre o valor de uso, é que podemos falar de um sistema do capital desenvolvido, da era capitalista propriamente dita, pois antes disso, segundo Mészáros (2002), apoiado em Marx, temos que:

“todos os aspectos da forma plenamente desenvolvida do capital – incluindo a mercantilização da força de trabalho, que é o passo mais importante para alcançar a forma mais desenvolvida, a capitalista – apareceram em algum grau da história muito antes da fase capitalista, em alguns casos, até milênios antes”. (MÉSZÁROS, 2002:703).

Só no capitalismo, em sua maturidade, é que há o domínio absoluto do capital, “o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital” (ANTUNES *apud* MÉSZÁROS, 2002:16). No capitalismo, o valor de uso (para atendimento das necessidades humanas) é suplantado pelo valor de troca (mercadoria a ser vendida), a produção é destinada para o lucro e a força de trabalho é considerada uma mercadoria.

Em seu desenvolvimento na história da humanidade, o capital ultrapassou os obstáculos mais “sagrados”, superou regras morais e idéias seculares impostas pela sociedade, pela Igreja e pelas tradições, e abriu caminhos para a busca de riqueza pela riqueza, ultrapassando tudo que limitasse essa busca, sendo por isso “considerado, por muito tempo, a forma mais “antinatural” de controlar a produção de riquezas”(MÉSZÁROS, 2002:100). Na verdade, “os obstáculos externos jamais detiveram o impulso ilimitado do capital; a natureza e os seres humanos só poderiam ser

considerados “fatores de produção” externos em termos da lógica auto-expansionista do capital ”.

No início de sua escalada, em sua fase de expansão, o capital teve um efeito progressista, mas em sua trajetória, inevitavelmente, devido a sua lógica auto-expansiva, no interesse exclusivo de sua auto-reprodução ampliada, não levando em consideração as necessidades humanas, ele resiste, de modo destrutivo, ao que se interpuser em seu caminho, no sentido de ir de encontro ao seu objetivo de ampliar a produção da mais-valia. Nesse sentido, Mészáros (2002) afirma que

“a tendência universalizadora do capital tem sido irresistível (e, também, de muitas maneiras benéfica) há muito tempo na história. Por isso, alguns clássicos da filosofia burguesa podiam conceituar – com certa justificativa – o “mal radical” como instrumento para realizar o bem. Contudo, para ver o mundo do ponto de vista do capital, eles teriam necessariamente de omitir as limitações históricas. Em si, o capital não é mau nem bom, mas “indeterminado” em relação aos valores humanos. No entanto, essa “indeterminação” abstrata, que o torna compatível com o progresso concreto sob circunstâncias históricas favoráveis, adquire uma destrutividade devastadora, quando as condições objetivas associadas às aspirações humanas começam a resistir a seu inexorável impulso expansionista”. (MÉSZÁROS, 2002:252).

Devido a sua própria natureza auto-expansionista, no sentido de submeter o trabalho aos seus desígnios com o intuito de apropriar-se da mais-valia, o capital não aceita restrições à sua lógica nem se auto-limita. Nesse sentido, Mészáros (2002:251) afirma que “o capital em si é absolutamente incapaz de se impor limites, não importando as conseqüências, nem mesmo a eliminação total da humanidade”, e para reforçar sua asserção cita Marx, para quem o capital

“é o impulso infinito e ilimitado de ultrapassar as barreiras que o limitam. Qualquer limite (Grenze) é e tem de ser uma barreira (Schranke) para ele. Caso contrário ele deixaria de ser capital – dinheiro que se auto-reproduz. Se tivesse percebido algum limite não como uma barreira, mas se sentisse bem dentro dessa limitação, ele teria renunciado ao valor de troca pelo

valor de uso, passando da forma geral de riqueza para um modo tangível e específico desta”. (MARX apud MÉSZÁROS, 2002:251).

Em sua fase de ascensão histórica, o capital ainda podia fazer determinadas concessões, mas com o fim dessa fase, suas contradições não podem mais ser ocultadas. Sua própria expansão, agora, encontra barreiras importantes, como afirma Mészáros (2002:946) a “hora da verdade” só chega quando a necessidade de expansão encontra obstáculos significativos, como os que experimentamos em nossa época. O fato de que, em tais circunstâncias, as dificuldades de expansão lucrativa do capital assumam a forma de escassez especulativa e movimentos aventureiros do capital, negando de forma mais cruel a satisfação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas, apenas sublinha que o capital é, nas palavras de Marx, a “contradição viva”.

No momento histórico por que passamos, seguimos enfrentando uma situação de crise estrutural do capital, a qual teve início na década de 1970, quando a maioria da população mundial, se encontrava em uma situação de privação das condições mais elementares de vida. Em relação à origem da crise estrutural do capital e ao espaço onde a mesma está incluída, Mészáros, (2002:798) afirma que “... a crise estrutural não se origina por si só em alguma região misteriosa: reside dentro e emana das três dimensões internas...”. Essas são as três dimensões fundamentais do capital: produção, consumo e circulação/distribuição/realização. Mészáros afirma que, enquanto essas dimensões estiverem funcionando normalmente, não há nenhuma crise estrutural, podendo haver outros tipos de crise, como as cíclicas, que não afetam as três dimensões em conjunto; e, portanto, não coloca “em questão os limites últimos da estrutura global” (idem, ibidem). Só se pode falar em crise estrutural do capital, segundo Mészáros (2002:799) quando

[...] a tripla dimensão interna da auto-expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo

normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema. [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e “disfunções” antagônicas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso complexo mecanismo de deslocamento de contradições (grifo do autor).

Diante do exposto, fica patente que vivenciamos uma crise sem precedentes que atinge todas as dimensões da sociedade: econômica, política, educacional. Para Mészáros, (2002:800), “esta crise estrutural não está confinada à esfera socioeconômica”. É uma crise que, também, “afeta todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital”. Sendo assim, as instituições que contribuem para a reprodução dos valores burgueses como: a família, a igreja e as instituições de educação formal, também se encontram em crise.

Para o capital, torna-se necessário não apenas a concretização de um novo padrão, mas também de um novo “modo de regulação” social (reprodução social), uma vez que o capital necessita se reorganizar tanto em âmbito econômico, quanto no político, cultural e ideológico. Contudo, mesmo com mundialização do capital, com o reforço do oligopólio mundial, reforçada pela recente reestruturação produtiva e o pelo neoliberalismo, o capital não conseguiu, até o momento, superar a crise do capitalismo.

Diante da gravidade da situação historicamente dada, se impõe a urgência da superação do capital, antes que a humanidade chegue a um ponto onde pouco ou nada mais se possa fazer. Os sinais já se fazem presentes, como: a contínua destruição do meio ambiente, o aumento alarmante do fosso entre ricos e pobres²³, o aumento

²³ Foi divulgado em vários veículos de mídia impressa (Jornal do Brasil, Valor econômico, O Globo entre outros) no dia 25 de setembro de 2009 o resultado de um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que constata que no Brasil, o que o pobre gasta em um ano, um rico o faz em três dias. O IPEA constatou que os gastos dos 1% mais ricos em três dias equivalem aos mesmos valores consumidos pelas famílias consideradas pobres, em doze meses. O estudo foi realizado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) referente a 2008, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

acelerado da violência, o desemprego estrutural, a demanda constante por cortes de gastos na área social, justamente num momento de aumento da pobreza. Hoje, mais do que nunca, para se manter, visando a sua reprodução ampliada, o capital intensifica sua destruição em relação à natureza e à humanidade, desemprega e precariza o trabalho, embora esta não seja uma maneira nova de o capital resolver os problemas, de forma destrutiva; isso, hoje, é intensificado. Para Mészáros (2002:1093)

esta é precisamente a maneira pela qual o capital conseguiu se livrar, ao longo de sua história, de situações de crise, isto é, destruindo sem cerimônia unidades super-produzidas e não mais viáveis do capital, e reconstituindo a lucratividade do capital social total [...] a inovação do capitalismo “avançado” e de seu complexo militar-industrial é dada pela generalização da prática anterior – que atendia às exigências excepcionais e emergenciais das crises –, que se torna, então, o modelo de normalidade para a vida cotidiana de todo o sistema, orientado no sentido da produção para a destruição, como procedimento corrente.

O capital não prescinde de seu pressuposto geral – o Estado –, que lhe assegura as condições de produção e reprodução, especialmente num ciclo de estagnação. Hoje, cumprir com esse papel é facilitar o fluxo global de mercadorias e dinheiro, por meio, como já foi sinalizado, da desregulamentação de direitos sociais, de garantias fiscais ao capital, da “vista grossa” para a fuga fiscal, da política de privatização, entre inúmeras possibilidades que pragmaticamente viabilizem a realização dos superlucros e da acumulação.

O desenvolvimento do capital é, por natureza, expansionista e mundializado. Nesse processo de desenvolvimento, o sistema de metabolismo social do capital assume uma estruturação cada vez mais complexa, o que acirra, crescentemente, o conflito de classe, bem como aperfeiçoa seus mecanismos de mediação. Os períodos de crise são uma demanda condicional para tal desenvolvimento, pois são nesses momentos que se produzem as rupturas necessárias para a conservação de suas bases de acumulação no processo histórico. É possível observar que os períodos de crise e, em decorrência, os

períodos cada vez mais tênues de estabilidade do capital são fenômenos que se expressam no cotidiano social em forma de um conjunto complexo de mudanças permanentes no seu processo de desenvolvimento, que abrange, desde as forças produtivas e as relações de produção, até as relações de poder, passando pelo imaginário social, a cultura, a arte, a religião etc.

É oportuno ressaltar que, embora essa recomposição do capital mundial venha provocando mudanças significativas nas áreas social, política, econômica e cultural, seus princípios fundamentais, pelo menos em sua essência, não se alteraram: a apropriação privada da produção social, a extração de mais-valia, a alienação do trabalho. Tantas mudanças ocorrem apenas na dinâmica da acumulação de capital, mas a essência da ordem social capitalista permanece inalterada ou, talvez, radicalizada. Portanto, não há possibilidade de se encontrar soluções institucionais para os problemas gerados pela crise estrutural, restringindo a ação política aos marcos da ordem. A razão desta impossibilidade é que a absoluta subordinação do Estado burguês à lógica do capital torna o poder público impotente para conter os excessos do capital. Em tais circunstâncias, a intervenção do Estado na economia perde todas as suas propriedades curativas para se converter em causa adicional de agravamento da crise do capital. Se as bases do regime não forem negadas, o capital sempre encontrará, à custa de grandes sacrifícios humanos e ambientais, um meio de restaurar as condições para a sua valorização, mesmo que apenas para preparar uma nova crise econômica ainda mais violenta como a que vivemos atualmente.

A explosão da crise financeira mundial em setembro de 2008, ainda que não tenha sido uma surpresa para economistas e analistas que acompanhavam a realidade com seriedade, deixou a todos estupefatos com a velocidade pela qual se propagou do epicentro da crise nos EUA para outros países centrais e emergentes. Ela começou

discreta, e aos poucos foi tomando proporções cada vez maiores até atingir o mercado financeiro e refletir no mundo inteiro. Tudo começou em 2007, nos Estados Unidos, com a crise das hipotecas decorrente do aumento da inadimplência, passou para o mercado imobiliário e teve seu agravamento com a quebra do banco de investimentos americano Lehman Brothers, em 2008, quando a crise então se tornou global.

Segundo Fontes ²⁴, tal crise resulta da existência de mais recursos concentrados do que o capital é capaz de reproduzir, na proporção e velocidade que os capitalistas consideravam necessária. Não para assegurar a vida humana, mas para “remunerar” o capital. Em outras palavras, expressaria uma acumulação gigantesca de capital – ou de exploração de trabalhadores condensada sob a forma de dinheiro nas mãos de poucos, porém altamente concentrados capitalistas – que não encontra as condições sociais para sua reprodução. Sendo, pois, uma crise de superacumulação. Esta crise seria o ponto de chegada de um longo período de expansão mundial das relações sociais capitalistas, impulsionadas pela mesma concentração que, subitamente, não mais consegue se reproduzir. É uma crise da reprodução internacional do capital.

Crise econômica que promove um movimento paradoxal apenas na aparência: enormes desvalorizações de capital e destruição de empresas ocorrem ao lado de novas concentrações monopólicas – pois os mais fortes se aproveitam da situação dos mais frágeis para devorá-los; uma inusitada e gigantesca intervenção dos Estados nos países centrais e periféricos doa generosos recursos para imensos monopólios, e justifica tais doações como tentativas para reduzir ou frear a velocidade da crise. Não se trata apenas de uma crise econômica, da queima de recursos monetários ou financeiros por empresas ou governos, mas de enorme crise social que se abre, impondo profundos sofrimentos. Expande-se o desemprego no plano mundial, ao lado de novas pressões para rebaixar

²⁴ Artigo de Virgínia Fontes, intitulado “Elementos para pensar as crises do capital e social” disponível no sítio www.mst.org.br . Link: <http://www.mst.org.br/jornal/290/artigo> . Acessado em 19/09/2009.

ainda mais as garantias ligadas aos contratos de trabalho, reduzir salários e desregulamentar as jornadas e os direitos, desqualificando a vida dos trabalhadores. A imensidão de recursos públicos injetados em bancos e empresas – recursos totalmente sonegados à extensão de direitos universais nas últimas décadas – é atordoante, e leva a temer que se trate de uma tentativa desesperada de garantir que a mesma lógica continue a predominar. Tais somas, expressas em trilhões de dólares, tornam difícil até mesmo imaginar o que essa tentativa pode vir a significar.

Em reportagem publicada pela Folha de São Paulo²⁵ em setembro deste ano, o FMI (Fundo Monetário Internacional) avalia que ainda é cedo para que os governos reduzam o montante de dinheiro público destinado a combater a crise. Mas que a chamada "estratégia de saída" tem de ser desenhada já. Segundo cálculos do Fundo apresentados no dia quinze de setembro, nas 12 principais economias avançadas, os bancos centrais estão garantindo hoje empréstimos realizados pelo setor bancário equivalentes a 6% do PIB (Produto Interno Bruto). O Fundo estimou em até 45% as perdas que os governos das economias avançadas podem acumular com linhas de socorro aos sistemas bancário e empresarial. Nos emergentes, as perdas podem chegar a 85%. Na lista de países com maiores riscos, a Irlanda é um exemplo extremo. O governo financia hoje o equivalente a cerca de 55% do PIB irlandês para que os bancos levistem capital para cobrir seus rombos e continuem financiando o consumo.

Todo esse processo demonstra que os Estados estão comprometendo recursos públicos futuros com a manutenção da lógica capitalista atualmente dominante. Crise econômica e social, mas também cultural, pois nos defrontamos com situações dramáticas, como se estivesse totalmente fora do alcance da humanidade reverter as condições que produzem tais crises.

²⁵ Reportagem de Fernando Canzian disponível no sítio [www.folha.com](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u624657.shtml). Acessado em 19/09/2009.
Link: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u624657.shtml>

Segundo Corsi e Alves (2009) é importante salientar que a crise do capitalismo global que emerge em 2008 é um dos momentos cruciais da crise estrutural do capital e como a grande crise capitalista de meados de 1970, abre uma nova temporalidade histórico-social do capitalismo mundial. Apontam ainda que a crise financeira global de 2008 é mais um dos elos da corrente crítica da dinâmica capitalista sob a crise estrutural do capital. Desde meados da década de 1970 o sistema mundial do capital submergiu numa aguda instabilidade sistêmica vinculadas a natureza da financeirização da riqueza capitalista como resposta estrutural à crise de superprodução.

Naquele momento, a primeira recessão global do pós-guerra impulsionou uma nova fase de desenvolvimento capitalista que François Chesnais chamou de “mundialização do capital”. Nos “trinta anos perversos”, o capitalismo global emerge com alguns traços estruturais marcantes, caracterizado por uma plethora de reestruturações capitalistas nos vários campos da vida social. No bojo da nova arquitetura capitalista, gesta-se a predominância do capital financeiro que marcaria a dinâmica capitalista da décadas de 1980 a 2000, caracterizada pelas supremacia das políticas neoliberais, complexo de reestruturações produtivas e ampliação da financeirização da riqueza capitalista. Nesse contexto histórico, emerge um novo e precário mundo do trabalho e dissemina-se uma sócio-metabolismo da barbárie.(CORSI & ALVES, 2009:2)

Na temporalidade histórica da crise estrutural do capital, a economia mundial torna-se bastante instável, marcada por crises financeiras e estouros de bolhas especulativas, como a de 1987 e 1997. Em 2008, parece cumprir-se um ciclo ampliado de crises financeiras, com a crise atual assumindo uma dimensão inédita por conta do acúmulo de contradições do regime de acumulação predominantemente financeirizado.

Porém, falar sobre esta crise é bastante difícil, isto porque qualquer previsão sobre o seu desdobramento é passível de se provar rapidamente como incorreta. Está-se, no presente momento, no olho do furacão. Ao contrário dos profetas e adivinhos da mídia, não há como saber que já se chegou ao fim do poço e quais serão os possíveis desdobramentos.

3.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS EFEITOS SOBRE A CLASSE TRABALHADORA

Desde a década de 1970 no mundo capitalista ocidental, vêm-se afirmando mudanças no contexto da crise global contemporânea, que se abre a partir de então. Dentre as estratégias político-econômicas de superação da crise estrutural do capital, instaurada no período pós-1970, através do ideário neoliberal, como projeto hegemônico de reestruturação, pode-se destacar o processo de reestruturação produtiva que, como nova forma de acumulação de capital, trouxe determinações com graves consequências para o mundo do trabalho. A revolução tecnológica, a automação, a robótica, ocorridas na década de 1980, inseriram-se nas relações de trabalho e de produção do capital, emergindo, assim, novos processos de trabalho.

Para Harvey (2005), ocorre a passagem de um padrão de acumulação marcado pela produção em série e de massa e pelo cronômetro (fordismo e taylorismo) para um novo padrão, a acumulação flexível, estando em confronto direto com a rigidez do fordismo e determinando a estruturação radical do mercado de trabalho. Tem como elementos constitutivos básicos produção conduzida pela demanda (just in time e kan ban) e sustentada na existência do estoque mínimo; processo de trabalho intensificado,

destacando-se a existência de trabalhadores multifuncionais, polivalentes e em equipe; flexibilização da organização do trabalho; terceirização; subcontratação, etc.

Esse padrão de acumulação tem no toyotismo, ou modelo japonês, a sua forma mais acabada, cujo ponto mais marcante é a subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, de forma mais consensual, mais envolvente, mais participativa e mais manipulatória, promovendo o que Antunes (1995) chama de “sindicalismo de participação” no lugar do sindicalismo classista dos anos 1960/1970, o que permite uma aproximação do sindicalismo com o universo do ideário neoliberal e, conseqüentemente, sua desarticulação.

Com a revolução da base técnica ocorre o aumento da produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração de mais-valia, economizando mão-de-obra. O argumento utilizado é que isto possibilitará a competitividade diante da concorrência intercapitalista em um mercado “globalizado” pela abertura econômica a partir da “reforma” do Estado baseada no ideário de recorte neoliberal. Portanto nesta perspectiva é natural a proposta de alteração da legislação trabalhista e a permanente crítica ao sistema de proteção social em nosso país.

Esta realidade traz conseqüências ainda mais negativas aos salários e aos direitos gerando insegurança, mas é apresentada como inevitável diante da concorrência e da modernização tecnológica. A insegurança passou a ocorrer em diversos níveis do trabalho, no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e na representação (MATTOSO, 1995: 525).

Nos anos 90, a adoção de políticas de corte neoliberal, que promoveram a abertura comercial e a internacionalização da economia, aprofundou o processo de introdução de inovações tecnológicas e de novos métodos de gestão da força de trabalho. Acrescentam-se a isso, mais recentemente, as tentativas de desregulamentação

do mercado de trabalho, principalmente mediante a flexibilização dos contratos. Este conjunto de transformações teve como consequências sociais importantes o aprofundamento da precarização e informalização do trabalho e o crescimento do desemprego, que ampliaram a fragmentação dos coletivos de trabalhadores e tiveram forte impacto sobre as relações de trabalho e sobre as organizações sindicais.

Estas transformações e as grandes alterações nas condições do mercado de trabalho que elas provocaram mudaram a correlação de forças de modo desfavorável aos trabalhadores. Neste contexto, grande parte dos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram sendo debilitados pela perda crescente de membros, decorrente principalmente da redução dos postos de trabalho e do movimento de terceirização, e pela dificuldade de mobilização de suas bases, expressa na queda do número de greves, bem como na redução de sua duração e extensão ao longo da década.

O impacto sobre a ação sindical desta realidade de redução do emprego formal verifica-se no declínio geral das taxas de sindicalização e do número de greves (embora este não seja o único elemento a influir na sindicalização e nas greves). Apenas para comparar no período de maior incidência de greves no país, em 1989, foram registradas 3.943 paralisações (COSTA, 2009). Já no ano de 2004, foram 302 greves, sendo que destas apenas 114 em empresas privadas, o que equivale a 38%. Evidentemente que a maioria das paralisações constituem resistência do setor público diante do seu sucateamento, desmantelamento e sua privatização a partir da redefinição do papel do Estado pela política de base neoliberal.(DIEESE, 2005). Neste contexto dá-se a diminuição de pessoas associadas ao sindicato sobre o total de pessoas ocupadas uma vez que a taxa de sindicalização dos trabalhadores urbanos em 1992 estava em 17,7% e em 2003 ficou em 16,7%.

Essas transformações no mundo do trabalho repercutem na subjetividade da classe operária, uma vez que ela é constituída a partir das vivências, experiências, costumes e normas adquiridas no processo produtivo. Segundo Dejours (1988), o trabalho domina não somente as horas de trabalho, mas também o tempo fora. Ele é condicionado pelo comportamento produtivo e perpassa os portões da fábrica e adentra a porta da casa, incidindo no tempo livre na forma de ser da classe operária e na sua organização.

A reestruturação produtiva introduz políticas de gestão baseadas na perspectiva da cooperação, através da participação do trabalhador individualmente no processo de trabalho ou lucro, via círculos de controle de qualidade (CCQs)²⁶ ou outras modalidades de envolvimento, buscando a adesão dos trabalhadores. Este novo paradigma de gestão solicita do trabalhador uma mudança de atitude diante do processo produtivo, exige uma nova cultura e visão de mundo na busca do envolvimento dos trabalhadores com os novos processos produtivos e com a empresa no contexto de crise do chamado mundo do trabalho e de implementação de tecnologias.

Com a reestruturação fica evidenciado de maneira clara que não há antítese entre produzir e dominar, pois as relações de subordinação e subjetividade significam possibilidade de intensificação da extração da mais-valia. “Hoje, muito mais que durante a fase de hegemonia taylorista/fordista, o trabalhador é instigado a se autocontrolar, a autorecriminar-se e, até mesmo, autopunir-se quando a produção não atinge a meta desejada [...]” (ANTUNES, 2005:53), além do envolvimento do trabalho

²⁶ Grupo voluntário e permanente de pessoas de um mesmo setor de uma empresa que recebem treinamento objetivando a prática do controle de qualidade dentro deste setor, como parte das atividades. A justificativa para isto é a criação de um bom ambiente de trabalho; possibilitar o desenvolvimento das infinitas possibilidades da capacidade mental humana; contribuir para o melhoramento e desenvolvimento da empresa.

vivo ser um pressuposto formal das novas tecnologias microeletrônicas em virtude de sua complexidade e alto custo.

Diante desta realidade de captura da subjetividade operária pelo capital há uma fragilização das resistências coletivas, evidenciada na redução do número de sindicalizados com a introdução de elementos da gestão toyotista. Este modelo significa, portanto a superação do paradigma taylorista/fordista de organização e gestão do processo de trabalho gerador de resistências, articulando coerção capitalista e consentimento operário.

O atual paradigma flexível tem como pressuposto a mudança de atitude do trabalhador diante do processo produtivo, na medida em que adota uma nova cultura e visão de mundo com o intuito de obter o envolvimento e reduzir as resistências. É a busca de tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, o que constitui o “momento predominante” do “complexo de reestruturação produtiva” (ALVES, 2005: 25).

O envolvimento, enquanto compromisso com a empresa e/ou com os valores e a lógica cultural burguesa, e com manifestação contemporânea predominantemente da consciência comum e formal, é um sintoma evidente das mudanças qualitativas que estão ocorrendo na tradicional relação entre os termos da luta de classes (político, econômico e teórico) (ALMEIDA e VASCONCELOS, 1997: 31).

A decorrência deste processo é o aparecimento de “três déficits sociais” nas relações, quais sejam: o “[...] baixo nível de lealdade institucional, diminuição da confiança informal entre os trabalhadores e o enfraquecimento do conhecimento institucional” (SENNETT, 2006:62). Em relação a fragilização da lealdade do trabalhador cabe destacar que a mesma decorre de um contexto em que as transações são de curto prazo e os respectivos relacionamentos são instáveis e não há uma participação efetiva no planejamento. O segundo déficit social refere-se a confiança

especialmente informal, isto é na dificuldade de prever em quem confiar quando o grupo está sob pressão, pois diante das mudanças freqüentes das “equipes de trabalho” ocorre o ocultamento do “comportamento e caráter”. Por fim quanto à debilitação do conhecimento institucional que necessita de tempo para que ocorra o acúmulo de experiências. Diante disto como desenvolver um sentimento de inclusão social a partir da identidade de trabalho ainda mais diante do estabelecimento da competição no “mercado interno” dificultando delimitar entre “concorrente e colega” (SENNETT, 2006).

Diante de tantas transformações, ocorreu uma mudança na composição da classe trabalhadora, processo contraditório que significou, em alguns casos, um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outros, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra, como o trabalho análogo à escravidão. O resultado de tais metamorfoses é a expansão, sem precedentes, do desemprego estrutural. Marx já tinha previsto essa possibilidade no século XIX, tendo como fator impulsionador o avanço tecnológico. Entretanto, o trabalho continua a ser central, pois, mesmo informal, precário, etc., ele coopera para a acumulação, destituindo, assim, o capital da responsabilidade de assegurar os direitos relativos ao trabalho. Além disso, o capital opera, ideologicamente, uma aceitação e, até mesmo, cooperação por parte do trabalhador, difundindo noções como a do indivíduo enquanto “empreendedor”, “autônomo”, com o objetivo de retirar dele toda a proteção estatal.

Atualmente tem sido comum para largos setores da sociedade, abordar as causas da exclusão social como resultado de fatores individuais e, portanto o esforço contra a exclusão é dotar os indivíduos de melhor qualificação e/ou mais motivação. A expressão mais evidente disto é a ênfase atribuída ao empreendedorismo.

Em primeiro lugar, o empreendedorismo envolve o processo [...] de criação de algo novo, de valor. Em segundo lugar, o empreendedorismo requer devoção, comprometimento de tempo e esforço para a empresa crescer. E em terceiro, o empreendedorismo requer ousadia, que assumem riscos calculados, que se tomem decisões críticas e que não desanime com as falhas e erros (DORNELE, 2001: 102).

Desta maneira o indivíduo passa a ser culpabilizado pela sua condição, e assim, a estrutura social não é considerada como um fator inibidor do desenvolvimento das potencialidades pessoais. Com isto a luta deixa de ser contra a estrutura social excludente e passa a ser contra os limites individuais. Em suma, sai do sindicato enquanto esfera coletiva e passa para o indivíduo atomizado.

Com o decréscimo do emprego formal²⁷ e o crescimento do informal, os direitos trabalhistas dos primeiros passam a ser alvos de ataque, pois são considerados como privilégios e obstáculo à expansão do emprego formal, em uma clara tentativa de manipulação da informação objetivando a redução das conquistas históricas do movimento sindical. Mas isto, também tem fortalecido a luta corporativa dos sindicatos mais atuantes através de ações isoladas em relação ao conjunto de sua classe, fragilizando a unidade e enfrentamento aos elementos estruturais determinantes da situação.

Neste sentido, constitui um desafio histórico para o movimento sindical incorporar à luta os operários com emprego e os desempregados cuja concorrência decorre em grande medida devido a luta pela sobrevivência, e a sua consciência da imediatez que não permite transformá-lo em “classe para si”. Esta disputa se acentuou, pois estudos indicam que o tempo médio de procura por emprego aumentou e o mundo industrializado se caracteriza cada vez mais pelo desemprego de longa

²⁷ Segundo dados publicados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o país perdeu no primeiro trimestre de 2009 mais de 57 mil empregados. No mesmo período do ano passado, houve geração líquida de 554.440 empregos. E apesar do crescimento de vagas que vem sendo registrado nos últimos meses, o saldo acumulado nos primeiros sete meses (437 mil postos) continua inferior ao do mesmo período de 2008, positivo em 1,5 milhão de empregos formais.

duração. "Para alguns, trata-se de um período breve de adaptação e transição para novos empregos. Para outros, é um longo e gradual processo de afastamento da esfera produtiva e de desqualificação social" (CATTANI, 1996:52). Marx (1982) já apontava a clara funcionalidade ao capital representada pela superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, conforme os trechos abaixo:

Com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor. [...] A acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente.(MARX, 1982:732)

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população.(MARX,1982:733)

Dessa forma, a superpopulação relativa (os sobrantes, que constituem o exército de reserva) faz parte da lógica do sistema capitalista desempenhando duas funções básicas: 1) independência do capital quanto ao crescimento populacional: o capital sempre terá a sua disposição mão-de-obra abundante e "livre" para ser explorada. 2) a existência da superpopulação relativa diminui o poder de barganha dos trabalhadores ativos assalariados, que se sentem temerosos em perderem seus empregos.

Logo, não há dúvida de que o desemprego é uma variável estratégica de dominação do capital. Os desempregados vivem uma situação cada vez mais insegura e contribuem para a insegurança dos que estão no emprego. Neste quadro, uma parcela significativa dos trabalhadores perde a possibilidade de vender sua única propriedade, a sua força de trabalho indispensável para obtenção dos recursos a fim de adquirirem os bens para satisfação de suas necessidades. Ao serem excluídos da sociabilidade do trabalho são afastados das promessas de modernidade. Já que:

[...] o primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto de toda a história é que todos os homens devem estar em condições de poder 'fazer história'. Mas, para viver. É preciso, antes de tudo, beber, comer, ter moradia, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades[...] (MARX; ENGLS, 2004:53).

O desemprego, as mudanças da legislação trabalhista contribuem para o incremento do trabalho precarizado utilizado geralmente nas terceirizações da produção. A indústria ou empresa cada vez mais se envolve diretamente somente na produção daquilo que é central para ela. Diante da tecnologia disponível e da abertura das economias e da centralização da produção do essencial, ocorre uma alteração quanto a noção de espaço geográfico, em um contexto de desenvolvimento econômico desigual na qual o capital é mundializado. Enquanto o capital tem mobilidade, no sentido oposto, cada vez mais os países criam dificuldades para o ingresso de imigrantes. A liberdade de investimento pesa sobre seus assalariados, através da ameaça como do efetivo deslocamento de plantas industriais para países ou regiões onde a mão-de-obra é barata e os assalariados são pouco ou nada organizados e com pouco direitos garantidos. Certamente esta realidade contribui para dificultar as negociações e mobilizações diante da dispersão operária.

Todas estas transformações constituem a tentativa do capital de buscar a superação da crise do padrão de acumulação taylorista/fordista e da necessidade de dominação societal a fim de controlar as lutas reivindicatórias que afetam, sobremaneira, os índices de acumulação capitalista. As transformações organizacionais e de gestão em curso ocorrem normalmente associadas às tecnológicas e ao ideário e pragmática de recorte neoliberal. Isso significa que as transformações no mundo do trabalho encontram terreno fértil neste ideário, que propõe a substituição do Estado de

bem-estar social, pela fórmula de menos Estado e mais mercado e advogam a desregulamentação da economia, flexibilização das relações de trabalho, a privatização das estatais, e a abertura econômica, com a livre circulação do capital. Este processo tem seus desdobramentos na subjetividade da classe operária, na sua organização sindical e resistência, influenciando na concretização de lutas contra-hegemônicas.

3.3 O ESPECTRO IDEOLÓGICO

Meszáros (1993) mostra que o impacto prático da ideologia tem estado presente nas diversas sociedades, desde a antiguidade até o presente, e que a ideologia como forma específica de consciência social, é inseparável das sociedades de classe. Diz o autor (1993:10):

“Deve-se enfatizar que o poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder matéria e por um equivalente arsenal político- cultural à disposição das classes dominantes, mas, sim, porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à posição de supremacia da mistificação, através da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, ‘consensualmente’, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversas a seus interesses vitais”.

O momento histórico que vivemos revela a força da ideologia , que mantém e fortalece os interesses das classes dominantes, que toma forma via as idéias imperativas do neoliberalismo. Estas idéias são veiculadas principalmente pela mídia, que tem-se espalhado pelo mundo, junto ao processo de globalização econômica e financeira, na tentativa de criar uma consciência, como “verdade” única, de que tudo deve ser determinado pelas regras do mercado. O conceito central de “mercado” vem destruindo muitas referências solidificadas ao longo da história da humanidade. Dentre estas podemos destacar o conceito de “consciência de classe”, que embasa a formação dos sindicatos, como representação na luta dos interesses dos trabalhadores. Com a ideologia dominante, tem-se pregado incessantemente, o individualismo como um valor atual.

Onde vence os mais preparados, mais fortes, ou dotados de melhor sorte na vida. Aos despreparados, mais fracos ou sem sorte, cabe a periferia, o desemprego, ou subemprego, engrossando as grandes massas de excluídos. A desestruturação do trabalho tem gerado crescentes volumes de desempregados e de pessoas com subempregos, onde foram abolidos todos direitos sociais conquistados no passado. Vemos a consciência de classe sendo enfraquecida, com a conseqüente desmobilização pela defesa dos direitos conquistados. Em *O poder da Ideologia*, Meszáros (2004) ressalta que “a ideologia não é ilusão nem superstição de indivíduos malorientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”, que “afeta tanto os que desejam negar sua existência quanto aqueles que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos das várias ideologias”.

A crise do capital, expressa nas crises do *Welfare State* e no modelo de produção *fordista-taylorista-Keynesiano*, vai engendrar a necessidade não só de novos mecanismos de dominação “no campo, para a reprodução do capital, mas também de socialização de novos valores e novas regras de comportamento” (SIMIONATO, 1999:82). Assim, é que:

[...] a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um consenso ativo em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se, assim, a uma verdadeira reforma intelectual e moral, sob a direção da burguesia, que, em nome da crise geral do capital internacional, consegue socializar uma cultura da crise, transformada em base material do consenso e, portanto, da hegemonia (*op. cit.*, grifos da autora).

A consolidação do neoliberalismo exige pois, um processo de submissão e aceitação passiva dos indivíduos. Submissão esta, já denunciada no título da obra do propulsor da vertente neoliberal, Friedrich von Hayek: “O Caminho da Servidão”.

Mézáros, em sua análise sobre o pensamento de Hayek, demonstra criticamente a defesa da submissão à ordem neoliberal como “única opção”:

[...] em nome da liberdade, ele também nos diz que a maior virtude é a submissão inquestionada de todos os indivíduos à tirania do mercado [...]. Está óbvio que Hayek não consegue admitir a possibilidade e a legitimidade de se contemplar uma alternativa para o domínio do capital, a que, em sua visão, todos devem se submeter; menos ainda se isso deve significar que os indivíduos assumirão o controle sobre as atividades de próprias vidas por meio de formas conscientemente organizadas [...] [...] por que alguém preferiria o tipo de incontrolabilidade e submissão de Hayek ao que este demagogicamente projeta como única alternativa? (2002:280-281).

Essa perspectiva consensual adotada não leva em consideração, em primeiro lugar, que a formação do consenso depende de relações de força. O fato de a fala ser livre não pode ocultar o fato de que as condições gerais da vida social estão definidas pela forma capitalista. Ela abdica dos elementos de coerção que estão presentes na linguagem, na fala e que estão presentes no conjunto da vida social para pactuar condições mínimas. Foi isso que levou, por exemplo, nos últimos 30 anos, à existência de uma política internacional de combate à pobreza que não combate as causas da produção da pobreza: no máximo, minimiza suas conseqüências. No caso brasileiro, se chegou a uma minimização da pobreza por causa da distribuição de bolsas, porém seus resultados ficam muito aquém do desejado. Essa situação simplesmente mantém tudo praticamente “na mesma”.

Tal perspectiva se esquece que, por exemplo, a lógica capitalista leva a crises e que, na dinâmica das crises, boa parte dos recursos públicos sociais são encaminhados para o capital, altamente concentrado, para aqueles que justamente provocaram a crise, às custas do restante da população que é quem acaba pagando essa conta com menos direitos, trabalho mais precarizado e flexibilizado, etc. Portanto, os direitos acabam se concentrando na ponta da grande propriedade do capital. Para o resto da população, são poucos os direitos que sobram.

O argumento de Mota (1995) acerca da existência de uma *cultura da crise*, como elemento constitutivo do fazer político burguês no sentido da disputa ideológica e constituição de hegemonia²⁸ é imprescindível para pensar as condições de legitimação das políticas regressivas neoliberais. Para a autora, uma cultura política da crise recicla as bases da hegemonia do capital, mediando as práticas sociais das classes e formando um novo consenso. Ou seja, ainda que o capital esteja vivendo uma crise orgânica, e de larga duração, esta não gera mecanicamente uma crise de hegemonia (1995:38). Assim, o enfrentamento da crise relaciona-se à capacidade das classes de fazer política, disputando na sociedade civil e no Estado a condução do processo. Compõe essa disputa a difusão por parte das classes dominantes de uma *cultura da crise*, cujos componentes centrais são o pensamento privatista e a constituição do *cidadão-consumidor*, com o sentido de assegurar a adesão às transformações no mundo do trabalho e dos mercados. O eixo central do convencimento repousa em que há uma nova ordem à qual todos devem se *integrar*, e que é inevitável a ela se *adaptar*.

Na medida em que tais pressupostos se universalizam, transfere-se para as classes dominantes uma “poderosíssima ferramenta de controle político e social” (BORON, 1995: 95), convertendo-se o capitalismo na organização econômica final da história. A classe dominante legitima, assim, sua ideologia, uma vez que detém a posse do Estado e dos principais instrumentos hegemônicos (organização escolar, mídia), “lugar constituinte dos valores sociais e garantia de sua reprodução” (VIANNA, 1991: 155), e ainda do poder econômico, que representa uma grande força no seio da sociedade civil, pois, além de controlar a produção e a distribuição dos bens, organiza e

²⁸ A idéia defendida por Gramsci ressalta que o processo através do qual se constrói hegemonia é tencionado por mecanismos ideológicos e políticos de coerção e de consenso. Portanto, a construção hegemônica remete à formação, no âmbito da sociedade civil, de uma cultura plasmadora da visão de mundo de uma determinada classe que se torna universal e que, ao tornar-se dominante, passa a ser também dirigente diante das demais classes.

distribui as idéias. As superestruturas dessa ideologia ganham materialidade e se reatualizam, a fim de defender e manter um certo tipo de consenso dos aparelhos de hegemonia em relação a seus projetos, legitimados por via democrática. A transformação da objetividade burguesa em subjetividade e sua naturalização na sociedade expressam-se através de um “movimento molecular”, que, conforme indica Badaloni (1991: 109), “envolve indivíduos e grupos, modificando-os insensivelmente, no curso do tempo, de modo tal que o quadro de conjunto se modifica sem a aparente participação dos atores sociais”.

No contexto brasileiro, com o início do período de governo FHC foi intensificada a movimentação da burguesia na sociedade civil para aprimorar a atuação de seus aparelhos em temas antes praticamente exclusivos das políticas sociais. O grupo de grandes empresários mobilizados pelo Prêmio ECO criou em 1995 uma organização denominada Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) com a missão de ordenar e incentivar a intervenção burguesa na “questão social” a partir do que denominaram de “investimento social privado”. E o grupo a frente da Fundação ABRINQ em 1998 cria o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, com a finalidade de ampliar e estimular uma nova conduta empresarial na sociedade, reunindo empresas de diferentes tamanhos e setores de atuação na economia brasileira.

Tanto o GIFE quanto o Instituto Ethos foram fundamentais para conscientizar o empresariado sobre a importância da ação coletiva e orgânica através da “responsabilidade social empresarial” e sobre a necessidade de ampliar o número de organizações na sociedade civil, ampliando o trabalho de educação de corações e mentes para assegurar a afirmação da nova sociabilidade do capital. Outro elemento importante neste cenário são as empresas, que passaram a intervir na sociedade por meio de projetos sociais e passam a atuar como instâncias difusoras da ideologia da

responsabilidade social e atuando como aparelhos privados de hegemonia para assegurar as mudanças de consciência e de comportamentos das massas trabalhadoras, para evitar qualquer mudança nas relações de poder e nas relações sociais capitalistas.

No âmbito da produção, os trabalhadores que se mantêm empregados, além de serem contemplados com as aplicações atualizadas dos princípios e diretrizes psicológicas que embasam as relações humanas no trabalho, são “convidados”, juntamente com seus patrões, harmonicamente, a realizar na sociedade civil os denominados programas de responsabilidade empresarial, doando aos projetos sociais da empresa horas de seu trabalho. Dessa forma, o trabalhador contemporâneo, paulatinamente, abdica de sua função militante (contra o capital) e transmuta-se em voluntário. Em seu ambiente de trabalho, ele se transfigura em um cidadão colaborador que abdica espontaneamente do enfrentamento ao patrão na defesa de seus direitos de cidadania e de suas condições de trabalho. (NEVES, 2005).

A partir de 1995, sistematicamente, as políticas sociais dos governos FHC se configuraram como instrumento privilegiado de consolidação do novo padrão de sociabilidade, sob orientação da ideologia da responsabilidade social. Nesse processo, a classe burguesa teve um papel fundamental na metamorfose das políticas sociais universais em políticas compensatórias de alívio à pobreza e de manutenção da coesão social. A Comunidade Solidária foi o órgão que sintetizou todo o esforço do bloco no poder na redefinição dos rumos da educação política do novo homem coletivo no Brasil contemporâneo.

Embora as políticas sociais no governo Lula da Silva tenham se tornado uma grande vitrine das realizações governamentais, na essência nada ou pouca coisa mudou. A focalização e descentralização, referências tipicamente neoliberais, foram mantidas em detrimento a uma agenda comprometida com mudanças substantivas nas políticas de

saúde, educação, previdência e seguridade, salário, moradia. A confirmação das políticas neoliberais se deu porque o governo Lula não realizou mudanças substantivas na composição do bloco no poder. Conseqüentemente, a classe burguesa em seu conjunto manteve uma posição privilegiada dentro da aparelhagem estatal, beneficiando-se de sua posição hegemônica como na conjuntura anterior.

Essas novas estratégias se destinam a educar o consenso por meio da consolidação de uma nova sociabilidade delimitada pelos interesses do capital, e isto só se justifica porque a burguesia, além de se manter como classe dominante, deseja se firmar neste início de século como classe dirigente de uma sociedade tão complexa como a nossa. E diz que é possível afirmar que as formas de dominação na contemporaneidade devem ser encaradas como processos educativos mais complexos do que todos os já vividos, sem que isso seja tomado como o esgotamento das lutas de classe, portanto, da própria história; e que, dada a complexidade, serão necessários mais estudos sobre o movimento da nova pedagogia da hegemonia²⁹ em nosso país, para a compreensão da nova ordem do capital.

A nova pedagogia da hegemonia consubstancia uma estratégia de legitimação social do capital depois que as receitas preconizadas pelo Consenso de Washigton para retomada do crescimento econômico e redução das desigualdades sócias na década de 1980 e nos anos iniciais dos anos de 1990 mostraram-se insuficientes para assegurar a coesão social no capitalismo neoliberal, tornando imprescindível uma redefinição das estratégias de busca do consenso.

Um primeiro movimento dessa nova pedagogia diz respeito à viabilização do retorno ou da permanência de um conjunto significativo da população ao nível mais

²⁹ De acordo com Neves (2008) a Nova Pedagogia da Hegemonia consiste em uma série de formulações teóricas e de ações político-ideológicas utilizadas pela burguesia para assegurar, em nível mundial e no interior de cada formação social concreta, a dominação da classe, a partir da redefinição de seu projeto de sociedade e de sociabilidade para os anos iniciais do século XXI.

primitivo da convivência coletiva, no qual os grupamentos sociais organizam-se conforme a sua função e posição na produção, sem uma maior consciência de seus papéis econômico e político-social. Nesse movimento, são incentivadas pela aparelhagem estatal, por organismos diversos da sociedade civil e por empresas, formas de participação política caracterizadas pela busca de soluções individuais ou grupistas para problemas coletivos. (NEVES, 2005).

Outro movimento que podemos destacar traduz-se no desmantelamento e/ou na refuncionalização dos aparelhos privados de hegemonia da classe trabalhadora que vinham até então se organizando com vistas à ampliação de direitos e/ou construção de um projeto socialista de sociedade e de sociabilidade. Esses organismos passam a atuar como parceiros na construção de uma nova “sociedade do bem-estar”, ora participando diretamente da execução de políticas sociais do neoliberalismo reformado, ora redefinindo o escopo de suas lutas ao nível da construção de um capitalismo de face humanizada, considerado como única solução possível para a classe trabalhadora no século XXI. (Idem)

A ofensiva ideológica em curso torna-se um aspecto central para engendrar transformações no âmbito do Estado e da sociedade civil. De fato, para manter-se como modo hegemônico de organização econômica, política e social, num mundo tão inseguro e violento e cujo sentido não se orienta para o atendimento das necessidades sociais da maioria das pessoas, mas para o valor de troca e a rentabilidade do capital (MÉSZAROS, 2002), os arautos do neoliberalismo desencadearam inúmeras estratégias ideológicas e culturais, tendo a mídia, especialmente a TV (SALES, 2005), como um instrumento decisivo de constituição de hegemonia. Tais estratégias, combinadas aos processos anteriormente sinalizados, têm sido bastante eficazes para garantir o consentimento e a legitimação dessas políticas por parte de amplos segmentos e evitar

uma radicalização da luta de classes. Para as expressões mais radicalizadas de demandas e insatisfações, resta o isolamento político e/ou a coerção violenta.

3.4 - ONGs: AGENTES DA REESTRUTURAÇÃO

A matriz teórica que nos permite olhar para a realidade compreendendo-a como um momento do real e que por isso expressa parte dele, nos permite concluir que neste movimento, a ideologia dominante procura propiciar uma leitura cada vez mais fragmentada e mistificada da realidade social, bem a seu gosto e necessidade. Isto implica numa verdadeira manipulação do jogo das forças em presença, como vem se processando a partir da mistificação da sociedade civil, num fetichizado debate acerca do “terceiro setor” e do papel das organizações não governamentais.

O debate em torno das ONGs, garantido pelo esforço de seus intelectuais orgânicos³⁰, produz assim uma mistificada e mistificadora convivência harmônica. Na realidade, tal debate, dentre outros interesses do capital, vem produzindo uma forma de legitimar o descaso estatal com a questão social ao se expressar como parte das estratégias do capital. Numa perspectiva tanto ideológica quanto prática, cumpre uma função específica, como aparece nos apontamentos de Montaño (2002), cujas análises no tocante ao “terceiro setor” se propõe numa perspectiva mais crítica e de desvelamento da realidade. Para este autor,

“Na verdade, no lugar deste termo, o fenômeno real deve ser interpretado como ações, que expressam funções a partir de valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade

³⁰ Para aprofundamento de tal categoria ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

fundamentalmente do Estado), a partir dos valores de solidariedade local, auto-ajuda, ajuda-mútua (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade dos direitos)” (Montaño, 2002:184).

A denominação “terceiro setor” se explicaria, para diferenciá-lo do Estado (Primeiro Setor) e do setor privado (Segundo Setor). Ambos não estariam conseguindo responder às demandas sociais: o primeiro, pela ineficiência; o segundo, porque faz parte da sua natureza visar o lucro. Essa lacuna seria assim ocupada por um “terceiro setor” supostamente acima da sagacidade do setor privado e da incompetência e ineficiência do Estado.

Montaño deixa claro a importância do papel ideológico que o “terceiro setor” cumpre na implementação das políticas neoliberais e a sua sintonia com o processo de reestruturação do capital pós 70, ou seja, flexibilização das relações de trabalho, afastamento do Estado das responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho. No entanto, o Estado, permanece como instrumento de consolidação “hegemônica do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva e comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro” (2002:17).

O “terceiro setor” que, aparentemente, pode parecer um espaço de participação da sociedade, representa a fragmentação das políticas sociais e, por conseguinte, das lutas dos movimentos sociais. Neste sentido, como vimos pela Reforma do Estado, levada a cabo por Bresser Pereira, o “terceiro setor” é colocado num patamar de “co-responsabilização” das questões públicas junto ao Estado, propiciando a sua desresponsabilização com o eufemismo de “publicização”.

Vive-se hoje a retórica da solidariedade e do social, presente na linguagem cotidiana, na cultura difundida, no discurso da mídia, retornando-se à velha oposição entre sociedade e instituições - entre uma sociedade civil generosa, portadora da

solidariedade, em contraponto a instituições públicas incompetentes. Tais associações, principalmente as de natureza empresarial, vêm desenvolvendo ações que buscam privatizar e filantropizar o que antes era objeto de políticas sociais públicas, ações que exatamente negam a polis e a universalidade, posto que se dirigem a grupos especiais e privatizam o público, sempre às expensas do imposto de renda, do qual são abatidos os gastos filantrópicos³¹. A atuação das ONGs conduz à privatização dos processos de política universal. E, em última instância, à própria eliminação desse horizonte universal como uma referência importante ou até mesmo essencial para o conjunto da vida. Uma política universal não quer dizer uma política burocrática, quer dizer que todos são iguais – todos, sem exceção - e não igualados pela capacidade de comprar, pelo volume de recursos que têm para pagar um plano de saúde ou uma escola. Para

Petras (2000) “é sintomático que haja pouca crítica sistemática da esquerda acerca do impacto negativo das ONGs. Esse fracasso se deve em grande parte ao sucesso das ONGs em substituir e destruir os movimentos de esquerda organizados e cooptar seus estrategistas intelectuais e líderes organizacionais” (p.177). O autor continua afirmando que “as ONGs tornaram-se, em todo o mundo, o último veículo de mobilidade vertical para as ambiciosas classes instruídas: universitários, jornalistas e profissionais liberais abandonaram suas incursões iniciais dos movimentos esquerdistas, pobremente recompensados, por uma carreira lucrativa dirigindo uma ONG, levando com eles as suas habilidades organizacionais e retóricas, bem como um certo vocabulário populista[...]Os líderes das ONGs são uma nova classe que não se baseia em propriedades pessoais ou em recursos governamentais, mas vivem de fundos imperiais e de sua capacidade de controlar grupos populares significativos”. (p.178). Tais profissionais estariam mais familiarizados e gastariam mais tempo com lugares no

³¹ No momento de acertar as contas com a Receita Federal por meio da declaração do imposto de renda, tanto pessoa física como jurídica podem se beneficiar de leis de incentivos fiscais, que podem chegar até 6% do imposto devido.

exterior, onde acontecem conferências internacionais sobre pobreza, do que com suas lamacentas aldeias de seu próprio país. Em sua análise crítica, Petras percebe que “essa realidade contrasta com a imagem que os funcionários das ONGs têm de si mesmos. Segundo seus despachos de imprensa e discursos públicos eles representam uma terceira via entre o ‘estatismo autoritário’ e o ‘capitalismo selvagem de mercado’: descrevem-se como a vanguarda da ‘sociedade civil’ atuando nos interstícios da ‘economia global’” (2000:179).

Dessa forma, ao contrário da falsa ideologia que difunde no campo da aparência a imagem das ONGs como entidades “progressistas”, o que observamos é que há um distanciamento perceptível da luta concreta e radical contra as desigualdades sociais, que passam, no universo das ONGs, a se limitarem em ações focalizadas e em Grandes Conferências e Convenções para pensarem e discutirem a pobreza ao lado dos representantes de quem a produz, como demonstra Petras: “[...]existem milhares de dirigentes de ONGs que conduzem carros-esporte de 40.000 dólares de sua confortável casa ou apartamento de subúrbio para seu escritório ou prédio, deixando seus filhos e tarefas domésticas nas mãos de empregados, seu jardim aos cuidados do jardineiros”.

Nessa linha de análise Petras ainda ressalta que tais dirigentes abandonaram suas “excursões iniciais dos movimentos sociais esquerdistas, pobremente recompensados, por uma carreira lucrativa dirigindo uma ONG, levando com eles habilidades organizacionais e retóricas e um certo vocabulário populista” (*apud* COUTINHO, 2005:59). Habilidades estas, sabiamente apropriadas pelo grande capital. Daí que o significativo volume de dinheiro dispensado ao financiamento de ONGs, não apenas representa uma “terceirização” precária do Estado, desonerando o capital, como também camufla o antagonismo de classe mediante a sua atuação populista.

A atuação destes profissionais se dá, como já mencionamos, através de projetos que se baseiam nas diretrizes dos agentes financiadores. Tais diretrizes geralmente são pontuais e pretendem criar “modelos sustentáveis” para serem replicados, o que raramente acontece. Apesar dos resultados positivos consubstanciados por processos avaliativos, os projetos dificilmente têm continuidade, pois estão sujeitos às constantes alterações de prioridades determinadas pelos fundos sociais. Desta forma, as ONGs desmobilizam a população e fragmentam os movimentos sociais.

Muitas vezes as ONGs se deslocam do discurso da mudança social e da defesa dos direitos para se transformarem em instrumentos da agenda neoliberal promovida pelo poder hegemônico. Ao prestar ajuda ao desenvolvimento de países, o órgão ou entidade repassador de recursos incorpora um modelo, uma concepção de desenvolvimento, que normalmente está de acordo com as estratégias dos países doadores e não dos receptores. (MENESCAL, 1996; VILLALOBOS E ZALDIVAR, 2001).

O próprio fluxo de recursos dos países ricos para os pobres revela-se ilusório. Os países desenvolvidos transferem em média 0,35% do seu Produto Nacional Bruto para os diversos programas de cooperação com os países subdesenvolvidos. Esses, todavia, transferem aos mesmos países que os auxiliam 5% de seu PNB como pagamento de suas dívidas externas (VILLALOBOS, 2001)

O que se vê é a busca do arrefecimento da tensão social gerada pelos programas de ajuste estrutural, típicos do avanço do neoliberalismo, alcançando-se apenas a satisfação de pequenas parcelas da população mais afetada pelas reformas. Neste sentido elas estariam tecendo um “amplo e sutil colchão”, capaz de amortizar os efeitos dos ajustes econômicos sobre os excluídos do modelo adotado, minando seu potencial

convulsivo e evitando, assim, que se levantem para exigir seus direitos, o que iria desestabilizar o sistema. (VILLALOBOS, 2001)

Muitas ONGs sucumbem aos interesses capitalistas em detrimento da luta de classe, ao passo que têm como mantenedores representantes do grande capital. Com isso, por vezes, essas organizações limitam sua atuação às exigências de seus financiadores, correspondendo, por conseguinte, aos interesses dos mesmos, ainda que venha ferir os interesses da classe trabalhadora. As relações de dependência/subordinação, transvertidas no discurso de “parceria”, contribuem, portanto, para descaracterizar o movimento como luta social. Além disso, há uma competição entre essas ONGs na disputa pelos investimentos, o que fragmenta a identidade da classe trabalhadora, conseqüentemente, o potencial do seu poder combativo ao capitalismo.

Em um sentido mais amplo, as ONGs ainda contribuem para a minimização do Estado, no que diz respeito à pulverização e focalização das políticas sociais, portando, ratificando o neoliberalismo e indo de encontro à universalidade das mesmas. Não é à toa que as ONGs são financiadas por organismos como o Banco Mundial. Esta é uma nova forma de dar “respostas” à “questão social”, na busca necessária de consenso de uma maneira bem menos onerosa para o capital, correspondendo aos interesses neoliberais, como demonstra Montaña:

[...] o interesse do governo neoliberal (e do capital) nas “parcerias” é ideológico, é de contentação e aceitação. Uma vez consolidado o processo de saída do Estado de certo espaço da área social – mediante recortes orçamentários, precarização, focalização, descentralização e privatizações – e esvaziada a dimensão de direito universal das políticas sociais, uma vez que a retirada do Estado da resposta às seqüelas da “questão social” passe a formar parte da cultura cotidiana, então a função ideológica das “parcerias” já terá cumprido sua finalidade, e não será mais tão necessária sua manutenção (2002: 227).

Essa citação demonstra ainda a gravidade dessas “parcerias”, pois além de camuflarem as contradições de classe, são temporárias e tendo cumprido sua “função ideológica”, podem inexistir, o que acentuaria ainda mais a precariedade das já fragmentadas políticas sociais. Apesar disso, na contemporaneidade, as ONGs contribuem para um consenso ideológico de “contentação e aceitação”, obtido sob a aparência de que o governo e/ou o capital internacional se preocupam com questões humanitárias ou estão atendendo aos interesses das lutas sociais. Na verdade, o que ocorre é um controle e uma fragmentação destas lutas e fortalecimento do neoliberalismo, tendo em vista a relação de dependência estabelecida na “parceria” com as agências financiadoras.

O crescimento das iniciativas do terceiro setor é carregado do espectro ideológico de um Estado ineficiente para dar resposta satisfatória às expressões da questão social, aparecendo assim, como uma alternativa à suposta insuficiência do mesmo. É, portanto, um termo que manifesta a ideologia do capital em sua versão neoliberal, que tem como uma de suas estratégias, para a manutenção de seus níveis de acumulação, a diminuição das ações de proteção à classe trabalhadora através das ameaças a seguridade social bem como outras ocorrências que atingem o conjunto do/as trabalhadores/as. A diminuição dos gastos públicos com as políticas sociais se manifesta, dentre outros aspectos, na abertura para relação de parceria entre Estado e organizações do terceiro setor, como expressa a lei das OSCIPS, que regulamenta a transferência de recursos que custeiam serviços dirigidos a segmentos fragilizados sócio-econômica e politicamente, para que sejam executados por essa modalidade de organização da sociedade civil, a partir do título de utilidade pública que a mesma

adquire. Além dessa, a lei do serviço voluntário³² expressa a abertura para que iniciativas direcionadas ao público das políticas sociais sejam realizadas pela sociedade.

Desse modo, como uma das manifestações das reformas neoliberais ocorridas no interior do Estado tem-se a transferência das políticas sociais para execução no âmbito das organizações do terceiro setor no qual se inserem as ONGs, expressando assim, um processo de desresponsabilização e a formatação de um Estado mínimo para o social além de um reforço a iniciativas de cunho filantrópico através do incentivo as ações de “Responsabilidade Social” de grandes empresas e corporações e do incentivo a solidariedade dos cidadãos para o voluntariado.

É imprescindível ressaltar que as ONGs exprimem um espaço de contradição, assim como toda a realidade social é contraditória e complexa, pois ao mesmo tempo em que tais organizações se inserem na lógica do terceiro setor e assumem funcionalidade no processo de reestruturação do capital trazem contribuições importantes à garantia de direitos sociais, assim como permitem respostas interessantes e criativas às diversas expressões da questão social. O que procurou se enfatizar neste trabalho não são as organizações em si, mas o papel sócio-político que exercem no contexto de reestruturação capitalista. O principal no debate é desvelar as relações, os nexos e as mediações entre o universo das ONGs e a conjuntura desfavorável para a classe trabalhadora com perda de direitos sociais e trabalhistas e os discursos político e ideológico que fundamentam as modificações necessárias ao capital para manter seus padrões de acumulação e hegemonia.

³² Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. De acordo com a lei é considerado serviço voluntário atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início de nossas elaborações procuramos imprimir a marca de uma análise da realidade pautada numa perspectiva materialista da história, e nesse movimento desnudar a atuação das ONGs cooptadas pela lógica capitalista. Pelo caminho que enveredamos nos acompanha sempre o questionamento quanto a conformação assumida pelas organizações neste contexto sócio-histórico. Neste sentido, entendemos ter explicitado nossa hipótese central de que os aspectos político-ideológicos contidos no caráter assumido por grande parte das ONGs especialmente no período posterior a década de 90 traz sérias implicações para a organização da luta da classe que vive do trabalho e para a proposição de outro projeto societário.

O desenvolvimento deste estudo vem ser esclarecedor por trazer mediações que permitem despir o olhar romântico sobre o papel das Organizações não governamentais no atual contexto, conduzindo a reflexões que desqualificam uma possível face humanitária do capital. Seria um equívoco pensar que a ideologia dominante se estrutura de forma simplista, superficial ou medíocre. Muito pelo contrário. É necessário

compreender que o caráter sedutor e fantasmagórico da ideologia burguesa renovada tem origem no justo entendimento dessa classe de que a agudização da condição de barbárie social se manifesta na razão direta de potenciais espaços e práticas contra-hegemônicos.

As transformações contemporâneas expressas na ascensão do modelo de Estado neoliberal e na reestruturação produtiva, estão voltadas para superação da crise do capital. Estas transformações decorrem de um duplo movimento em que estão presentes, por um lado, as condições para o fortalecimento da dinâmica de acumulação capitalista e, por outro, a fragilização da organização da classe trabalhadora. Temos, deste modo, alterações que viabilizam a garantia de um maior controle dos detentores do capital sobre a "(des)ordem" do sistema.

A sociedade capitalista vem desenvolvendo-se de forma contraditória. As crises sociais e econômicas aparecem como fatores de anomalia, como fenômenos que estão fora da lógica interna deste sistema de produção social. É preciso resgatar a processualidade interna do capitalismo para não perder-se na complexidade da sua forma fenomênica. Sabemos que os representantes do capital têm como uma de suas características fundamentais a capacidade de engendrar transformações em busca da superação das suas crises sucessivas, fruto das contradições inatas desse sistema. Ao mesmo tempo, emergem estratégias cada vez mais sofisticadas voltadas para exercer o controle sobre a classe trabalhadora, em suas múltiplas expressões.

O momento sócio-histórico se apresenta repleto de “velhos” conceitos/categorias que são retomados em função dos interesses dominantes, sem a devida crítica e análise das múltiplas determinações, sendo massificados a partir de uma apropriação pelo capital que deturpa as categorias teóricas na sua essência a favor dos seus interesses. O que ocorre no presente momento é uma deturpação da categoria sociedade civil,

desconsiderando, principalmente, aspectos econômicos e políticos no contexto da sociedade capitalista, isentando-a do conflito e da contradição a ela inerentes; como se constituísse um espaço homogêneo de interesses, o que permite atender à necessidade contemporânea do capital de redução do Estado no tratamento da questão social. O espaço da sociedade civil é conceitualizado como representado de forma homogênea pelas organizações que representam os interesses populares, em que suas demandas são dirigidas e articuladas a um mesmo fim: o bem comum.

Temos nas ONGs pautadas pela ideologia dominante um fenômeno fluído e funcional ao processo de reestruturação do capital, inserido na perspectiva de totalidade e nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, assim, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia. Porém, devido a grande diversidade e heterogeneidade do setor das ONGs e de sua trajetória no Brasil, não podemos deixar de considerar alguns aspectos relevantes. O primeiro deles é a importância da conquista obtida na Constituição de 1988 quando se iniciam os avanços referentes à participação das organizações da sociedade civil em organismos de discussão, elaboração e deliberação de políticas públicas. O segundo aspecto seria a participação das ONGs (no período de redemocratização) na elaboração de projetos e políticas em determinados setores, sobretudo na área de DST/AIDS. O terceiro é reconhecer que nem todas as ONGs sucumbiram aos ditames neoliberais. Algumas ainda preservam seus valores e ideais e dentro deste grupo podemos encontrar experiências positivas. Este grupo se encontra num território onde segmentos neoliberais procuram reordenar a sociedade civil a partir do direito privado em detrimento do direito democrático.

A funcionalidade das organizações (à serviço do capital) diante da conjuntura de reestruturação do capital se desdobra em duas dimensões. A primeira delas é na

contribuição com o processo de redimensionamento do Estado, minimizando sua intervenção no enfrentamento das expressões da questão social; e a segunda é na promoção de um clima de aliança e igualdade entre as classes sociais, o que obscurece o conflito e fragiliza a luta e a resistência dos trabalhadores na contemporaneidade. Dessa forma a atenção, por parte das ONGs da demanda social, termina por calar as vozes desconformes com as condições de vida dessa ordem social. Tornando-se uma atividade com potencial desarticulador e inibidor do descontentamento e da tendência à rebeldia. Os conflitos de classes, as tendências subversivas e transgressoras da ordem, seriam canalizadas por mecanismos institucionais e convertidas em confrontos “dentro” do sistema, e não mais “contra” o sistema. De lutas de classes, desenvolvidas na sociedade civil, passa-se a atividades em parceria com o Estado e o empresariado.

Há todo um movimento ideológico e cultural que alicerça a função social das ONGs na atualidade. As condições materiais da “crise” estrutural do capital condicionam à alternativa burguesa da deflagração da “cultura da crise”, cultura esta que sustenta a contra-reforma do Estado e viabiliza a funcionalidade das ONGs ao processo de reestruturação do capital. No bojo da “cultura da crise” fundamenta-se a lógica da solidariedade, do voluntariado, da filantropia empresarial em que todos, indistintamente, precisam contribuir, dar a sua parte para a resolução dos problemas sociais. Atuando em prol de um suposto interesse geral da sociedade de “combater a pauperização” no Brasil, agem como se não existissem interesses de classe e como se tal ideologia não fizesse parte das estratégias do capital para garantir a sua reestruturação.

Assim, derivando a atenção para as pontuais medidas estatais compensatórias e para as ações do “Terceiro Setor” escondem-se os verdadeiros fenômenos e esvaziam-se os debates sobre estes: a desregulação da relação capital/trabalho, o esvaziamento dos preceitos democráticos, a anulação da perspectiva de superação da ordem, a

precarização do trabalho e do sistema de proteção social (estatal) ao trabalhador e à sociedade no seu conjunto, o peso para o trabalhador dos custos do ajuste estrutural orientado segundo as necessidades do grande capital (sobretudo financeiro).

Não podemos deixar de destacar que o que se coloca no horizonte da proposta do “terceiro setor”, e por sua vez das ONGs na contemporaneidade, é uma nítida intenção de esvaziar a sociedade civil das contradições e conflitos de classe que a perpassam, abrindo espaço à manutenção da hegemonia da classe burguesa, ao invés da construção da contra-hegemonia da classe trabalhadora. Diante disto, entendemos que o que deveria ser um processo de disputa entre os distintos projetos societários presentes na sociedade civil, é amalgamado por fortes componentes ideológicos que imprimem nesta, a insígnia da passividade, da homogeneidade.

Não se trata, portanto, de descaracterizar e minimizar a esfera da sociedade civil, enquanto portadora de valores democráticos, espaço de luta e de construção de projetos contra-hegemônicos. Trata-se de reconhecer, no seu processo de constituição histórica, os atores políticos e sociais empenhados na formulação de um projeto de sociedade capaz de superar os déficits de cidadania e democracia que caracterizam a atualidade. Trata-se igualmente de reconhecer que, nesse campo contraditório, a luta de classes não desaparece e as alianças continuam cada vez mais necessárias, mesmo manifestando-se de forma mais problemática, dadas as diferentes iniciativas políticas que ora perpassam os movimentos organizativos da sociedade civil, às vezes coincidentes, outras excludentes, bem como os novos padrões de sociabilidade, que não ocorrem somente no plano econômico-objetivo, mas também no ideológico-subjetivo.

Pensar, portanto, na construção de outro projeto de sociedade, significa apostar decisivamente na formação de uma cultura política capaz de restabelecer a relação dialética entre Estado e sociedade civil. Significa impregnar as inúmeras formas

participativas, que configuram o tecido da sociedade civil contemporânea de uma cultura política capaz de “projetar o futuro”, superando as determinações prevalentes da economia e do mercado neoliberais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. *Cadernos ABONG* nº 33 Junho / 2005.

ACANDA, Jorge Luis. *Sociedade Civil e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ALMEIDA, Milton B. de, VASCONCELOS, Nilton. Trabalho e qualidade total. *Revista princípios*. São Paulo, n. 43, p. 22-31, 1997.

ALVES, Gionanni. *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. 1ª reimpressão, São Paulo: Boitempo, 2005.

ANDERSON, Perry. *A civilização e suas interpretações*, Praga, São Paulo: Editora Boitempo, nº 2, junho, 1997.

_____. *As origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Ed. Cortez/Ed. Unicamp, 1995.

_____. *Os Sentidos do Trabalho*, São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. O Caracol e a concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, Boitempo Editora, 2005.

BADALONI, N. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. *In*: HOBBSBAWM, Eric. (Org.). *História do marxismo*. V. X, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BARATA, G. *Le rose e i quaderni*. Roma: Gamberetti Editric, 2000.

BARCELLOS, Tanya Maria Macedo (coord.). *A Política Social Brasileira 1930-64: evolução institucional no Brasil e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1983.

BAVA, Silvio Caccia. *Sobre ONGs e Terceiro Setor* Diário de São Paulo, 16 de dezembro de 2003.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. *Plano diretor da reforma do aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, 1995.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Tradução de Carmen C. Varrialle e outros. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1992, v. 1 e 2.

_____. *Estado, Governo, Sociedade. Para uma teoria geral da política*. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BORON, Atílio. A sociedade civil após o dilúvio neoliberal. *In*: SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. Os “novos Leviatãs” e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e a decadência da democracia na América Latina. *In*: Sader, Emir & Gentili, Pablo. (orgs.). *Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?* 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CHAUÍ, Marilena. Raízes teológicas do populismo no Brasil: a teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, A (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CARDOSO, Ruth. O Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.) *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra /GIFE, 2000.

CARVALHO, A. M. P. de. “O desafio contemporâneo do fazer ciência: em busca de novos caminhos/descaminhos da razão”. *Serviço Social e Sociedade*, n. 48, ano XVI, 1995.

CATTANI, Antônio D. *Trabalho e Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

CORSI, Francisco Luiz; ALVES, Giovanni. Crise financeira global e o capitalismo do século XXI: Uma perspectiva crítica. In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. Especial, p.16-25, maio 2009.

COSTA, Walber Carrilho. Sindicalização e Greves: história recente do movimento sindical brasileiro. Disponível em: <<http://www.anpuuh.uepg.br/historia-hoje/vol.2n6/walber.htm>>. Acesso em 25/01/2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (org). *Gramsci e a América Latina*. São Paulo:Paz e Terra,1988.

_____. *Marxismo e Política: A dualidade de poderes e outros ensaios*. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____;e TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Notas sobre cidadania e modernidade. In: *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005.

_____. *Intervenções: o marxismo na batalha de idéias*. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTINHO, Joana. “ONG’s: caminhos e (des)caminhos”. In: *Revista Lutas Sociais*, nº 13/14 – 1º semestre. São Paulo: Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), 2005.

COUTO, Berenice R. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira; uma equação possível?* São Paulo: Cortez, 2004.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.*, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

_____. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DA SILVA, Ana Lúcia. Escola, Sociedade e História: Vivências Plurais e Movimentos Sociais In: *Revista Espaço Acadêmico* – Ano III – Nº24 . Maio de 2003.

DEJOURS, Christofhe. *A loucura do Trabalho, Estudo de psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez, Oboré, 1988.

DELGADO, Ignacio. Empresariado e direitos sociais na Constituição de 1988. *Locus (Juiz de Fora)*, Juiz de Fora, v.6, n.1, jan.-jun. 2002.

DIAS, Edmundo F. Capital e trabalho: a nova dominação. In: _____ et al. *A ofensiva neoliberal, reestruturação produtiva e luta de classes*. Brasília, DF: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular; movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Delume-Dumará; ANPOCS, 1995.

DORNELE, José Carlos Assis. *Empreender: transformar idéias em negócios*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 2003.

DURÃO, Jorge Eduardo S. *O Estado da questão*. In: GARCIA, Joana e outros. *Sociedade & Políticas – novos debates entre ONGs e universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

EVANS, Peter. *A Tríplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FERNANDES, Rubem C. *Privado porém público – o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FIORI, José Luis. Globalização, Hegemonia e Império, In: Tavares, M.C., Fiori, J.L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *Os moedeiros falsos*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FORTES, Luiz R. Salinas. *Rousseau: o bom selvagem*. São Paulo: FTD, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo*. Editora: Cortez, 1995.

GOHN, Maria da Glória (1997). *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2002 (3ª edição).

GOMEZ, José Maria. Direitos humanos, desenvolvimento e democracia na América Latina. In: *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 1, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Literatura e vida nacional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. *Cadernos do cárcere, volume 3*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 14. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda. *Serviço social em tempo de capital fetiche - Capital financeiro trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

JAMESON, Frederic. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

LANDIM, Leilah. *Múltiplas Identidades das ONGs*. In: ONGs e Universidades na América Latina. ABONG. São Paulo: Editora Petrópolis, 2002.

LAVALLE, Adrian Gurza. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. *Lua Nova*, n.º 47, 1999.

LIGUORI, Guido. “Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Tradução de Anwar Aiex. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. v. 9. (Coleção Os Pensadores).

MALLOY, James M. *The Politics of Social Security in Brazil*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1979.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

_____. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*: 1º capítulo seguido das teses de Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1997.

_____. Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política* - Livro 1: O processo de produção do capital. - Volume 2. (Capítulo XXIII: a lei geral da acumulação capitalista). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MATTOSO, Jorge. *A Desordem do Trabalho*. São Paulo: Scritta, 1995.

MEDEIROS, Marcelo. *A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990*. Brasília: IPEA, 2001.

MELLO, A. F. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente; movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENESCAL, Andrea Koury. História e a gênese das ONGs, in: GONÇALVES, Hebe Signorini (org.). *ONGs: solução ou problema?*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

MESZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social – ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *Para além do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabeth. *Cultura da crise e Seguridade Social*. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: *Serviço Social e Sociedade* n. 50. São Paulo, Cortez, abril, 1996

_____. Notas sobre a reestruturação do Estado e a emergência de novas formas de participação da sociedade civil. In: BOSCHETTI, I.; PEREIRA, P.A.; CÉSAR, M.A. *et al. Política Social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília : UNB, 2004.

PETRAS, J. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. n. 3. Tradução de Ana Maria R. Naumann et al. Blumenau: FURB, 1999. (Coleção sociedade e ambiente).

_____. ONGs ao Serviço do Imperialismo. In: Petras, J.; Weltmeyer, H. *Hegemonia dos Estados Unidos no Novo Milênio*. Petrópolis : Editora Vozes, 2000.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista"*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SALES, Mione Apolinário. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A reinvenção solidária e participativa do Estado. In: *Seminário Internacional da Reforma do Estado*. Brasília, 1998.

SCHERER-WARREN Ilse. e KRISCHKE P. J. (1987) *Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SILVA, Ilse Gomes. *Democracia e Participação na 'Reforma' do Estado*. São Paulo: Cortez, 2003. – (Coleção Questões da Nossa Época ;volume 103)

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a.

_____. Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci. In: *Educação & Sociedade*. Vol 20. no. 66 Campinas, Abril 1999b.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TONET, Ivo. Modernidade, pós modernidade e razão. *Revista Temporalis*. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano V, n. 10, jul/ dez, p. 11-28, 2006.

TORRES, Júlio César. "Sociedade civil como recurso gerencial? Indagações acerca da política de Assistência Social no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 73: 142-156, São Paulo, março, 2003.

VIANNA, L.W. *De um plano Collor a outro*. Rio de Janeiro: Revam, 1991.

VIEIRA, Evaldo. Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, F. M. G. (Org.) *Estado e políticas sociais no Brasil*. Cascavel :EDUNIOESTE, 2001

VILLALOBOS, Jorge Guerra; ZALDIVAR, Victor Bretón. *ONGs: um passo a frente e dois para trás*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2001.

WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "O Federalista". 3. ed. São Paulo: Ática, 1991.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. "Terceiro setor e despolitização". *Revista Inscrita*. Brasília: CFESS, julho. 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)